



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**ATA DA 208ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS DIAS 20 E 21 DE FEVEREIRO DE
2013**

BRASÍLIA – DF

Ata DA 208ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS DIAS 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2013

1 Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 4º
2 Andar, Ala A teve início a Ducentésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência
3 Social – CNAS, sob a Presidência da Senhora Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social,
4 CNAS e Representante Titular da Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, Luziele Maria de
5 Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes
6 do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS: A Senhora Conselheira Luziele Maria de Souza
7 Tapajós, da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e
8 Combate a Fome, MDS, A Senhora Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Secretária
9 Nacional de Assistência Social, SNAS; O Senhor Conselheiro José Geraldo França Diniz, Ministério do
10 Planejamento, Orçamento e Gestão, MP; O Senhor Conselheiro José Ferreira da Cruz, Secretária
11 Nacional de Assistência Social; A Senhora Conselheira Meive Ausônia Piacesi, Fórum Nacional de
12 Secretários de Estado de Assistência Social, FONSEAS; A Senhora Conselheira Leila Pizzato, Associação
13 Antônio Vieira; O Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; O Senhor
14 Conselheiro Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do Brasil, ONCB; O Senhor Conselheiro
15 Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de Rua; A Senhora Conselheira Aldenora
16 Gomes González, Confederação Nacional das Associações de Moradores, CONAM; A Senhora Maria
17 Aparecida Amaral Godói de Faria; A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Federação
18 Nacional dos Assistentes Sociais, FENAS; A Senhora Conselheira Jane Pereira Clemente, Federação
19 Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosa e Filantrópicas, FENATRIBEF; O
20 Senhor Conselheiro Charles Roberto Pranke, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
21 Assistência Social, CONGEMAS. Senhoras e Senhores Conselheiros na Suplência: a Senhora
22 Conselheira Margarida Munguba Cardoso; A Senhora Conselheira Eloiana Cambraia Soares; A Senhora
23 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Lar Fabiano de Cristo; A Senhora Conselheira Dóris Margareth
24 de Jesus, União Brasileira de Mulheres, UBM; A Senhora Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos
25 Miranda, União de Negros pela Igualdade, UNEGRO; O Senhor Conselheiro José Araujo da Silva,
26 Pastoral da Pessoa Idosa; O Senhor Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de
27 Educadores de Deficientes Visuais, ABEDEV; O Senhor Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes,
28 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB; O Senhor Conselheiro Thiago Szolnok de
29 Barbosa Ferreira Cabral, Ordem dos Advogados do Brasil, OAB. Convidadas e Convidados: A Senhora
30 Valéria Maria de Massarani Gonelli, Secretária Adjunta de Assistência Social, MDS. **A Senhora Luziele**
31 **Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS,** iniciou a
32 reunião cumprimentando a todas e a todos, justificou que a reunião não estaria acontecendo na Sede
33 do CNAS devido à mesma ainda se encontrar em reforma. Em seguida solicitou que Senhora
34 Secretária-Executiva do CNAS, Maria das Mercês fizesse a verificação do quórum. A Senhora Maria
35 das Mercês, Secretária-Executiva do CNAS cumprimentou a todas e a todos, desejou um Feliz 2013
36 com um ano com muito trabalho, paz e saúde. Em seguida fez a verificação do quórum. **A Senhora**
37 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS,** iniciou

38 a reunião com quórum estabelecido, dando boas-vindas a todas e a todos, desejando um ano repleto
39 de realização para o conselho que teria um grande compromisso de interação com a sociedade,
40 através das Conferências Estaduais, Municipais e Nacional. Cumprimentou as conselheiras e os
41 conselheiros que não estiveram presentes na última reunião, Volmir Raimondi e Aldenora. Informou
42 que mais para frente iria falar das ausências na presente reunião. Informou que gostaria de iniciar a
43 reunião falando sobre a descoberta que havia feito de um novo filósofo da moda e que poderia se
44 começar a reunião inspirada nas palavras do mesmo para a caminhada do Conselho em 2013.
45 Informou que o nome do filósofo era Kléber Novartes, que falava que: “A perseverança é continuar
46 lutando mesmo depois das forças terem acabado.” Ressaltou que todos haviam terminado o ano de
47 2012 com muito cansaço, mas muito satisfeitos por tudo que havia construído coletivamente. Em
48 seguida citou outra passagem do livro do filósofo Novartes que dizia: “Quero um mundo melhor,
49 pessoas mais justas, mais sinceras e que se importem, mas já me sentirei bem sucedido se conseguir
50 isso, apenas, de mim mesmo.” Em seguida falou da responsabilidade de todos, responsabilidade
51 esperada pelo Brasil inteiro. Informou que havia sido colocada na pasta de todos a Agenda Temática
52 para que fosse lembrado o belo trabalho realizado, que gostaria que todos revissem no sentido de
53 planejamento. Em seguida passou a palavra a Senhora Leila. **A Senhora Leila Pizzato, Vice-Presidente**
54 **do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS**, cumprimentou a todas e a todos. Disse que era
55 um prazer reiniciar mais um ano de atividades com uma agenda tão densa e com desafios no ano da
56 Conferência Nacional com um tema importantíssimo “Financiamento e Gestão”, que seria para todos
57 um momento de fortalecimento da política pública. Solicitou a todos a colaboração, sempre
58 dispensada, e o empenho para se conseguir vencer a pauta com aprofundamento que se achasse
59 necessário, pensando a Assistência Social para as diversidades, diferenças e semelhanças existentes
60 no país. Em seguida convidou a todos para fosse dada continuidade da 208ª Reunião com
61 compromisso e comprometimento que sempre houvera. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós,**
62 **Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS**, agradeceu a Senhora Leila pelas
63 palavras. Em seguida colocou em votação a ata da 207ª Reunião Ordinária do CNAS e não havendo
64 manifestação contrária a ata foi aprovada. Dando continuidade fez a leitura da pauta. Informou que o
65 Conselheiro Fábio Moassab estaria aniversariando, a Conselheira Nilsia havia aniversariado, a
66 Conselheira Eloiana e ressaltou que havia aniversariado no dia 04 passado. Em seguida informou que
67 a pauta estaria dividida em Informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT, CONGEMAS,
68 FONSEAS e Conselheiros. A apresentação da representação na sociedade civil, com a presença da
69 União de Negros pela Igualdade; ABDEV e o Lar Fabiano de Cristo; Avaliação da Reunião Ampliada e
70 Descentralizada de Vitória que não teria sido possível ser feita na plenária passada; Na parte da tarde
71 haveria o relato da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional; Relato da Reunião Conjunta
72 da Comissão de Política de Assistência e Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
73 Transparência de Renda, com destaque do Conselheiro José; Relato da Reunião Conjunta da Comissão
74 de Política e Assistência Social e Comissão de Financiamento, com pedido de destaque do Conselheiro
75 José e de si própria. Em seguida informou que havia duas mudanças a serem feitas na pauta: 1ª) Que
76 na parte da tarde não fosse realizado o relato da Comissão Organizadora da IX Conferência, deixando
77 o mesmo para ser feito no dia seguinte quando estariam mais conselheiros presentes, porque muitos

78 se encontravam na Reunião do CONGEMAS. Ressaltou que essa era uma sugestão da Mesa. **O Senhor**
79 **José Ferreira da Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome** manifestou-se
80 cumprimentando a todas e a todos. Solicitou e sugeriu que fossem trocados os seus relatos. Que na
81 presente reunião o relato da Reunião Ordinária da Comissão de Política e no dia seguinte faria o
82 relato, junto com o Conselheiro Ademir ou Volmir, da Reunião Conjunta da Comissão de Política e a
83 Comissão de Financiamento. **O Senhor Wagner Carneiro de Santana, Fundação Orsa** cumprimentou a
84 todas e a todos. Informou que no dia seguinte não iria ocorrer o relato da Comissão de Normas,
85 porque não havia ocorrido a reunião. Sugeriu que o assunto fosse suprimido da pauta. **A Senhora**
86 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS,**
87 informou ao pleno que a Reunião da Comissão de Normas não havia ocorrido, mas que iria haver uma
88 Reunião Extraordinária no dia 25 e a ordinária no dia 11 de março. Ressaltou que a reunião não havia
89 ocorrido devido à ausência de conselheiros e que por esse motivo havia sido consenso que a reunião
90 fosse realizada no dia 25 e no dia 11 de março. Solicitou a Senhora Silvani que retirasse da pauta do
91 dia seguinte o relato da Comissão de Normas. Em seguida colocou em votação o pedido da inversão
92 de pauta feito pelo Conselheiro José Ferreira Crus e em não havendo manifestação contrária por
93 parte do plenário a solicitação do conselheiro foi acatada. Colocou em votação, também, o pedido de
94 inversão de pauta para a apresentação do relato da Comissão da IX Conferência para o dia seguinte e
95 em não havendo manifestação contrária a solicitação foi aprovada. Dando continuidade informou que
96 a pauta ficaria: Informes; Apresentação da Sociedade Civil; Avaliação da Reunião Ampliada; Sugeriu
97 que no horário do almoço os coordenadores das comissões se reunissem para ver qual comissão faria
98 a apresentação na sequência. Em seguida solicitou a Senhora Secretária-Executiva do CNAS que
99 fizesse os Informes da Presidência. **A Senhora Maria das Mercês, Secretária-Executiva do CNAS**
100 começou o relato dos Informes da Presidência sendo eles: *“Informes da Presidência e da Secretaria-*
101 *Executiva. Informes gerais: ausência justificadas, a Conselheira Solange Teixeira nessa reunião*
102 *ordinária nos dias 19, 20 e 21 devido a compromissos institucionais, a Conselheira Márcia Rocha nesta*
103 *reunião ordinária no dia 21 de fevereiro por motivo de saúde, Conselheiro Marcílio Ferrari nesta*
104 *reunião ordinária em virtude de férias, a Conselheira Simone Aparecida Albuquerque nessa reunião*
105 *ordinária nos dias 19 e 20 de fevereiro em virtude de sua participação no Encontro Regional do*
106 *Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social Região Sul, a Conselheira Marisa*
107 *Rodrigues nessa reunião ordinária nos dias 19 e 20 em virtude de sua participação no Encontro*
108 *Regional do CONGEMAS Região Sul como Representante do CNAS, a Conselheira Viviane Vieira da*
109 *Silva nessa reunião ordinária devido a compromissos institucionais, a Conselheira Maria do Socorro*
110 *Tabosa nessa reunião ordinária no dia 18 de fevereiro. Emails enviados aos Conselheiros, convocações*
111 *e participação: os Conselheiros integrantes da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de*
112 *Assistência Social participaram da primeira reunião da Comissão no dia quatro de fevereiro de 2013*
113 *de 9h as 18h em Brasília e da Reunião Extraordinária da Comissão no dia 14 de fevereiro de 9h as 18h*
114 *e no dia 15 de fevereiro das 9h as 13 em Brasília; o Conselheiro José Araújo participou da 119ª*
115 *Reunião Ordinária da CIT realizada no dia sete de fevereiro de 2013 em Brasília; os Conselheiros*
116 *Nacionais Titulares e Suplentes foram convocados para esta Reunião Ordinária no período de 18 a 21*
117 *de fevereiro de 2013; a Conselheira Marisa Rodrigues foi convocada para participar do Encontro*

118 *Regional do CONGEMAS Região Sul nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2012 em Foz do Iguaçu, Paraná;*
119 *os Conselheiros José Crus e Jane Pereira Clemente foram convocados para a Reunião de*
120 *Sistematização da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS no dia 28 de fevereiro de 10h*
121 *as 18h em Brasília; os Conselheiros Fábio Bruni e Cláudia Faquinote foram convocados para a Reunião*
122 *Intersetorial do SINASE no dia 28 de fevereiro em Brasília; as Conselheiras Leila Pizzato e Margarida*
123 *Munguba foram convocadas para a Reunião da Comissão Organizadora Nacional da III Conferência*
124 *Global sobre Trabalho Infantil que será realizada no dia 05 de março em Brasília; os Conselheiros*
125 *Nacionais participaram da cerimônia de anúncio de medidas no Plano Brasil Sem Miséria realizada no*
126 *dia 19 de fevereiro em Brasília; os Conselheiros Integrantes da Comissão de Normas foram convocados*
127 *para a reunião extraordinária da Comissão no dia 25 de fevereiro em Brasília. Boletins informativos*
128 *MDS: boletins especial Brasil Sem Miséria de 17 de dezembro de 2012; Boletim MDS nº 367; Boletim*
129 *semanal MDS nº 368; Boletim Brasil Sem Miséria janeiro de 2013; Boletim semanal MDS 369; Boletim*
130 *semanal MDS 370; Boletim MDS nº 371; Boletim especial Brasil Sem Miséria oito de fevereiro de 2013;*
131 *Boletim MDS 372. Documentos diversos: cópia do calendário de reuniões CNAS para exercício de 2013;*
132 *link para acesso as publicações realizadas pela SAGI/MDS relacionados com o tema Assistência Social;*
133 *convite para o Seminário Cultura, Organização e Sustentabilidade das Comunidades Tradicionais de*
134 *Terreiro do Distrito Federal; lista de novos números de telefones do CNAS; Cópia das cartas do*
135 *Movimento Nacional pela Sócio Aprendizagem do SUAS e do Fórum Municipal de Assistência Social de*
136 *São Paulo, que foram itens de pauta relatados na Memória da Presidência Ampliada em dezembro de*
137 *2012 conforme deliberado na 207ª Reunião Ordinária; Informativos sobre abertura de inscrições para*
138 *edição 2013 do curso de especialização em Democracia Participativa República e Movimentos Sociais;*
139 *pauta do 208ª Reunião Ordinária do CNAS publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de*
140 *2013; Encaminhamento no endereço das reuniões das Comissões e Plenárias da 208ª Reunião;*
141 *comunicado aos Conselheiros Integrantes da Comissão de Normas sobre o cancelamento da Reunião*
142 *da Comissão que seria realizada no dia 19 de fevereiro; Ata e gravação da 207ª Reunião Ordinária*
143 *do CNAS; Resoluções e Portarias: Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012 que aprovou a Norma*
144 *Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS; Resolução nº 34 de 13 de*
145 *dezembro de 2012 publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2013 Seção 01 que*
146 *recomenda a Comissão Intergestora Tripartite que apresente uma proposta de regulamentação de*
147 *regionalização do serviço socioassistenciais; Resolução CNAS nº 35 de 13 de dezembro de 2012*
148 *publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2013 Seção 02 que cria Comissão*
149 *Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social; Resolução CNAS nº 36 de 13 de*
150 *dezembro de 2012 publicada no Diário Oficial da União de três de janeiro de 2013 Seção 01 que define*
151 *o período de realização das Conferências de Assistência Social de 2013; Portaria MDS CNAS nº 3 de 17*
152 *de dezembro de 2012 publicado no Diário Oficial da União de 18/12/2012 que dispõe sobre a*
153 *convocação ordinária da IX Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências;*
154 *Comunicados: A Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania do Amazonas encaminhou*
155 *ofício nº 446 de 2013 em agradecimento pela participação da Conselheira Léia Braga no Encontro de*
156 *Gestores Municipais da Assistência Social de Manaus, Amazonas; a Secretaria de Desenvolvimento*
157 *Social do Governo do estado de São Paulo encaminhou dois exemplares com o tema Avaliação de*

158 *Impacto do Efeito Conjugado de Programas de Transferências de Renda e Complementares na região*
159 *metropolitana de São Paulo, Estudo quantitativo e Qualitativo; Audiências Realizadas: solicitante*
160 *Maria Risonele Moura de Sousa, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Irituba,*
161 *Pará, no dia 19 de dezembro de 2013 as 15h30 no CNAS, Participantes: Maria Auxiliadora Pereira*
162 *Coordenadora de Política, Antônia de Jesus Macias Gestora da Assistência Social, Ezinalva Cabral*
163 *Cordeiro Pereira Conselheira; Elizângela do Socorro Lopes Romano Conselheira, Assunto: aprovação*
164 *da NOB/SUAS, a importância dos Conselhos de Assistência Social no controle da política de Assistência*
165 *Social e sobre o Conselho Nacional de Assistência Social informa, Providências: foram esclarecidas as*
166 *dúvida apresentadas pela Conselho Municipal incluído os emails da Presidenta e Conselheiros na mala*
167 *direta do CNAS para recebimento do informativo; Solicitante, outra audiência, Iderval Mirando Moura*
168 *Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Xambioá, Tocantins, no dia 13 de fevereiro*
169 *de 2013 as 16h50 no CNAS, Participantes: Jamile Calado, Coordenadora da Comissão e Financiamento*
170 *da Assistência Social e Mirele Dantas, Assunto: estrutura e funcionamento dos Conselhos Municipais*
171 *de Assistência Social a cerca da matéria orçamentária e financeira, Providências: prestado os*
172 *esclarecimentos sobre competência do Conselhos Municipais, sobre matéria orçamentária e financeira*
173 *e outras explicações sobre as normativas; outra audiência, solicitante Ronaldo André, Presidente do*
174 *Conselho Municipal de Assistência Social de Manaus no dia 18 de fevereiro as 11h no Conselho*
175 *Nacional de Assistência Social, Participantes: Luziele Tapajós, Presidenta do CNAS, Liliane Neves,*
176 *Coordenadora de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, Assunto: Conferências*
177 *municipais, audiências públicas e visitas técnicas em outros Conselhos; Atualização do site: inserida*
178 *em notícia, Reunião Extraordinária da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de*
179 *Assistência Social, CIT pactua critérios de partilha referente ao reordenamento do serviço de*
180 *convivência, fortalecimento de vínculos, democracia participativa, república e movimentos sociais,*
181 *cursos de formação de Conselheiros, CNAS reedita o documento perguntas e respostas, nova edição*
182 *do documento Orientação Gerais do CNAS para adequação da lei de criação dos Conselhos, as*
183 *normativas vigentes e ao exercício de controle social no SUAS, Comissão Organizadora da IX*
184 *Conferência Nacional realiza primeira reunião, CNAS temporariamente em novo endereço, gestão*
185 *financeira e orçamentária no Sistema Único de Assistência Social, participação dos usuários no SUAS,*
186 *responsabilidade dos entes federativos com controle social, o planejamento das ações dos Conselhos*
187 *de Assistência Social, o parágrafo único do artigo 16 da LOAS, os Conselhos e os Conselheiros de*
188 *Assistência Social, questão de RH que devem ser observadas pelos Conselhos Gestores do SUAS,*
189 *atenção para sensibilidade nas Conferências de Assistência Social, importante atualização do sistema*
190 *CAD/Sistema Único de Assistência Social, o que são Conferências, nota técnica com orientações sobre*
191 *RG para os CREAS, mobilização dos usuários para participação nas Conferências de Assistência Social*
192 *em 2013, o Comando Único da Assistência Social...” Depois eu vou contar um segredo para vocês.*
193 *“Conheça as novas resoluções do CNAS publicadas, publicada a nova Norma Operacional Básica*
194 *NOB/SUAS 2012, convocada a IX Conferência Nacional de Assistência Social com tema Gestão e*
195 *Financiamento na Efetivação do SUAS, Conselho Nacional de Assistência Social participa do I*
196 *Seminário Nacional do Fórum Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, Secretária-*
197 *Executiva e Secretaria Nacional saúdam Conselheiros do CNAS, NOB/SUAS 2012, Resoluções do CNAS*

198 *nº 33/2012, CNAS aprova a norma operacional básica do SUAS, livro Assistência Social e Filantropia é*
199 *lançado em Brasília, hoje tem início a 207ª Reunião (ininteligível) do CNAS, Gestores encerram o I*
200 *Encontro Nacional de Gestão Estadual defendendo o SUAS, controle social presente, I Encontro*
201 *Nacional de Gestão Estadual do SUAS já é um êxito, CNAS participa da III Conferência Nacional dos*
202 *Direitos da Pessoa com Deficiência, ONG Brasil 2012.”* **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós,**
203 **Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS,** informou que havia participado do I
204 Seminário Nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, FNT, SUAS, com o tema
205 “Identidade e Representação nos Espaços Públicos”, ocorrido nos dias 14 e 15 de dezembro de 2012,
206 na UNB, com um público bastante amplo e que esteve na reunião a convite do Fórum Nacional de
207 Trabalhadores. Em seguida deu boas-vindas a Secretária Adjunta, Valéria Gonelli e disse que a palavra
208 estava franqueada para os Informes do MDS. **A Senhora Valéria Maria de Massarani Gonelli,**
209 **Secretária Adjunta de Assistência Social, MDS** manifestou-se cumprimentando a todas e a todos e
210 desejou um Feliz Ano Novo. Disse que cabia salientar que a LOAS estaria completando 20 anos e que,
211 no caso, olhassem para trás e comemorassem bastante. Ressaltou que neste ano também se teria a
212 grata felicidade da realização da IX Conferência, que o marco importante do ano seria os 10 Anos do
213 Programa Bolsa Família, por isso a sua sugestão de se pensar esses avanços na sociedade brasileira,
214 que havia sido construído, também, pelo esforço coletivo na construção histórica da Política da
215 Assistência Social. Em seguida cumprimentou a Senhora Suzia, Representante do Gabinete da
216 Ministra, na equipe da Senhora Luciana, Senhora Brenda, Representante da Secretaria-Executiva do
217 Ministério, o Senhor Carlos, do Conselho Estadual de São Paulo, a Senhora Denise, que seria a nova
218 Presidenta do Conselho Estadual de Goiás, o Representante do Conselho Estadual de Pernambuco e
219 do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, ao Representante do Conselho Federal de Serviço Social e
220 Psicologia. Disse que teria que se reconhecer a vinda de todos para essa primeira reunião. Informou
221 que havia algumas ausências do governo na reunião devido ao Encontro Regional Sul do CONGEMAS,
222 mas que, provavelmente, no dia seguinte mais alguns conselheiros estariam presentes. Em seguida
223 passou aos informes: Informou que havia trabalhado muito no mês de janeiro e fevereiro Brasil a
224 fora, principalmente no acolhimento das novas prefeitas e prefeitos, gestores e gestoras,
225 principalmente, da Assistência, mas não só da Assistência. Informou que nos dias 28, 29 e 30 de
226 janeiro haviam recebido um convite da Presidenta Dilma para participarem do I Encontro de Prefeitas
227 e Prefeitos. Informou que também que desde janeiro estaria indo para alguns estados fazer Encontros
228 Estaduais em várias partes do Brasil e que no dia anterior havia estado em Cuiabá e que no dia
229 seguinte a Secretária Denise estaria em Campo Grande, enquanto ela estaria em Fortaleza. Informou
230 também que já havia estado em Sergipe, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, e ainda havia
231 diversos lugares a ir, exatamente, para fazer uma conversa e aproximação com os gestores,
232 conselheiras, conselheiros, enfim, com todos os coletivos da Assistência Social na perspectiva de
233 construir uma possibilidade de aproximação e já fazendo as informações referentes ao Sistema Único
234 e a Assistência Social. Informou que haviam ocorrido alguns problemas de pane no sistema no início
235 do ano, em relação às senhas, ao Sistema SAA, mas que já havia sido solucionado. Que gostaria de
236 informar, também, que no dia 18 havia sido feita uma teleconferência sobre a implantação do
237 Prontuário do SUAS, ressaltou que no dia seguinte seria enviado a todos uma cópia do formulário via

238 email. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência**
239 **Social, MDS**, informou que já havia solicitado ao Departamento de Gestão do SUAS que enviasse
240 exemplar do Prontuário do SUAS para cada conselheiro. **A Senhora Valéria Maria de Massarani**
241 **Gonelli, Secretária Adjunta de Assistência Social, MDS** informou que a princípio a implantação seria
242 no modo manual, mas futuramente poderia ser eletrônico e falou da importância do prontuário no
243 atendimento as famílias nos CRAS e nos CREAS. Disse que o Senhor José Crus estaria informando que
244 a videoconferência iria ser reprisada pela NBA e disponibilizada no site do ministério e no Boletim do
245 MDS. Em seguida informou que a remessa dos prontuários seria enviada via Correio na segunda
246 quinzena de fevereiro. Que outra informação importante a ser dada seria em relação ao Registro de
247 Atendimento, que estaria sendo construída uma ferramenta para registrar o Atendimento Individual
248 das famílias. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de**
249 **Assistência Social, MDS**, informou a Senhora Valéria que o Conselheiro Fábio estaria aniversariando.
250 **A Senhora Valéria Maria de Massarani Gonelli, Secretária Adjunta de Assistência Social, MDS**
251 parabenizou o conselheiro. Em seguida falou sobre o Registro Individual e informou que a sua
252 implantação a nível nacional estaria prevista para o próximo mês de março, estabelecido na
253 Resolução nº 04 da CIT, já aprovado em 2011, e seria um registro para ser realizado por meio de um
254 aplicativo on line na internet. Ressaltou que o ano de 2012 teria sido um ano muito importante com
255 relação à estruturação do Sistema Único de Assistência Social. Informou que havia saído o Decreto do
256 Fundo Nacional de Assistência Social, com várias possibilidades e com a possibilidade almejada que
257 seria a possibilidade de financiamento de capital, que até então os serviços eram cofinanciados e
258 que com o novo Decreto do Fundo haveria a possibilidade de se trabalhar no cofinanciamento de
259 capital. Falou sobre a dificuldade sobre o repasse da Caixa Econômica Federal para seiscentas
260 construções no Brasil nas modalidades de CRAS ou CREAS, de Centro para Atendimento à População
261 em Situação de Rua e Centro de Convivência para Idosos. Ressaltou que seria um montante bastante
262 significativo de construções cofinanciadas pelo Governo Federal, seja por orçamento do ministério
263 ou por participação de emendas parlamentares destinadas para essa finalidade. Em seguida informou
264 que esses eram os informes a serem dados, desejou a todas e a todos um excelente retorno ao
265 conselho, que todos trabalhassem com garra nas Conferências de Assistência Social e que em outubro
266 iria realizar a III Conferência Global de Enfrentamento do Trabalho Infantil, onde o MDS seria um dos
267 organizadores da conferência. Finalizou desejando a todas e a todos uma ótima plenária, com muita
268 luz, muita força e muito sucesso em toda a empreitada. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós,**
269 **Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS e Coordenadora da Mesa** agradeceu a
270 Secretária Valéria e solicitou que ela levasse a Secretária Denise e a Senhora Ministra à disposição de
271 todas e todos nos trabalhos para o ano de 2013. Em seguida agradeceu a presença do SNAS que
272 sempre que solicitado e isso sempre fazia a diferença. Em seguida solicitou ao Senhor José Araújo que
273 fizesse os Informes da CIT. **O Senhor José Araújo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa, 3º Suplente da**
274 **CIT** manifestou-se cumprimentando a todas e a todos. Informou que a CIT havia se reunido no dia 07
275 de fevereiro e o assunto discutido teria sido o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.”
276 Ressaltou que havia sido uma discussão muito importante, envolvendo programas em andamento nos
277 municípios como o Projovem Adolescente, de 15 anos a 17 anos, o PET, de 06 anos a 15 anos, criança

278 até 06 anos e Idosos de 60 anos ou mais. Ressaltou que os municípios tiveram que pactuar essa
279 transição que seria muito difícil, porque em algum momento, algum prejuízo iria ocorrer para algum
280 município. Informou que a CIT havia trabalhado intensamente e havia conseguido aprovar a
281 Resolução do Reordenamento que, inclusive, havia sido encaminhada a todos os conselheiros da
282 sociedade civil e com relação aos conselheiros governamentais alguns estiveram presentes na reunião
283 e, com certeza, teriam levado ao conhecimento da bancada do governo a Resolução aprovada.
284 Finalizou dizendo que esse era o informe que gostaria de dar. **A Senhora Luziele Maria de Souza**
285 **Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS e Coordenadora da Mesa**
286 agradeceu ao Conselheiro José Araújo e solicitou que ele enviasse a Resolução aprovada a todos os
287 Conselheiros do CNAS. Em seguida solicitou ao Senhor Charles que fizesse os Informes do
288 CONGEMAS. **O Senhor Charles Roberto Pranke, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de**
289 **Assistência Social, CONGEMAS** cumprimentou a todas e a todos. Informou que estavam em processo
290 de viabilização dos Encontros Regionais. Informou que um havia sido feito no ano passado na Região
291 Norte. Na Região Sul estaria acontecendo, em Foz do Iguaçu e o próximo seria em Belo Horizonte,
292 pegando a Região Sudeste e por fim a do Centro-Oeste que seria realizada em Goiás, na Cidade de Rio
293 Verde. Informou que esses encontros faziam parte do processo de preparação do Encontro Nacional
294 que iria ocorrer nos dias 22, 23 e 24 de abril em São Paulo. Finalizou dizendo que esses eram os
295 informes a serem dados. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho**
296 **Nacional de Assistência Social, MDS e Coordenadora da Mesa** solicitou que a Conselheira Meive ou a
297 Conselheira Eloiana fizessem os Informes do FONSEAS. **A Senhora Meive Ausônia Piacesi,**
298 **Representante do FONSEAS e Secretária Adjunta de Estado da Assistência Social, PA** cumprimentou
299 a todas e a todos. Falou da responsabilidade do FONSEAS com relação às conferências. Falou sobre a
300 eleição de novas prefeitas e prefeitos, onde havia o recomeço de todas as orientações iniciais,
301 operacionalização e o SUAS. Informou que ainda iria haver dificuldades de gestão a se enfrentar em
302 2013. Ressaltou que seria um grande ano para os Gestores Estaduais e Municipais e que estaria
303 aguardando a todos, com enorme prazer, no Pará que estaria sediando o Encontro do CONGEMAS na
304 Região Norte, o que seria muito oportuno para à discussão do fator Amazônico. Ressaltou também
305 que na NOB havia sido possível passar o olhar para a Região Norte, para a diversidade da Amazônia,
306 que com isso encontrou na especificidade a expressão e a materialidade do financeiro para cobrir o
307 que tanto se necessitava. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho**
308 **Nacional de Assistência Social, MDS e Coordenadora da Mesa** agradeceu a Conselheira Meive. Disse
309 que como havia sido informado pelo Conselheiro Charles havia ocorrido uma mudança no calendário
310 e Rio Verde teria mudado para três e quatro de abril a sua reunião para não coincidir com a Reunião
311 da CIT, mas que o conselho estaria também tentando se encaixar nesse calendário e que, inclusive, já
312 havia conversado com o Presidente Valdiosmar sobre a posição do conselho com relação ao assunto
313 e, sobretudo, considerando que a era uma Agenda de Articulação Política muito importante a qual o
314 CNAS não poderia ficar de fora. Ressaltou que já estava confirmada a sua presença e a da Vice-
315 Presidenta na Reunião em Belém. **A Senhora Meive Ausônia Piacesi, Representante do FONSEAS e**
316 **Secretária Adjunta de Estado da Assistência Social, PA** informou que seria um grande prazer recebê-
317 las em Belém, pois, assim, seria possível entender as dificuldades da Região Norte. **A Senhora Luziele**

318 **Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS e**
319 **Coordenadora da Mesa** passou a palavra aos conselheiros que quisessem fazer os seus Informes. **O**
320 **Senhor Tiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Ordem dos Advogados do Brasil, OAB**
321 cumprimentou a todas e a todos. Disse que gostaria de informar que a Ordem dos Advogados do
322 Brasil havia entrado com uma ação direta de inconstitucionalidade com relação aos Termos da Lei nº
323 12.101/09. Eu a Ordem estaria pedindo na ação a declaração de irregularidade do texto total da lei
324 que, inclusive, alterava a LOAS. Ressaltou que isso era importante para o CNAS e que havia sido
325 distribuída no dia 17 de dezembro no pré-período de férias judiciárias e até o momento não havia
326 sido apreciada. E que após o recesso a Ordem, internamente, havia declarado a prioridade do
327 acompanhamento desta demanda por conta da repercussão nacional. Disse que essa informação
328 estaria disponível no site da OAB. Finalizou desejando um Feliz 2013 a todas e a todos. **A Senhora**
329 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS e**
330 **Coordenadora da Mesa** agradeceu ao Conselheiro Tiago e passou a palavra ao Conselheiro Anderson.
331 **O Senhor Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de Rua** manifestou-se
332 cumprimentando a todas e a todos. Informou que havia ocorrido um encontro no dia 21 de
333 dezembro, em São Paulo, com a Presidenta Dilma, Catadores e População em Situação de Rua e que
334 durante esse encontro havia sido solicitado a Presidenta um encontro com os novos prefeitos e
335 prefeitas eleitos no país. Informou que o encontro havia ocorrido, mas que a População em Situação
336 de Rua estaria muito decepcionada com os novos Prefeitos e Prefeitas por não haver no encontro
337 uma pauta para se discutir à inclusão social, programas e políticas para a População em Situação de
338 Rua. Ressaltou que o assunto iria ser retomado com a Presidenta Dilma solicitando que a pauta fosse
339 recolocada. Informou que havia encaminhado a pauta do Encontro com a Presidenta. Informou que
340 estaria acontecendo o Encontro de todos os Conselhos e Comitês da Secretaria de Direitos Humanos
341 ligada a Presidência da República e que no encontro iria ser tratado, um pouco, a violência da
342 população de rua no país. Ressaltou que estaria acontecendo genocídios das populações em situação
343 de rua e que o estado com maior índice seria no Estado de Alagoas. Outro informe que gostaria de
344 trazer e que no Disque 100 o maior índice de violação do direito das pessoas em situação de rua seria
345 o estupro. Informou que o último informe seria que o movimento estaria com uma parceria com a
346 Defensoria Pública da União, pedindo juridicamente a redução de idade para a População em
347 Situação de Rua do benefício de prestação continuada de 65 anos para 50 anos. Ressaltou que isso já
348 havia tentado fazer isso via CNAS, mas não havia sido possível. Por esse motivo estaria se tentando
349 fazer isso pela área jurídica, no caso, a Defensoria Pública da União. **A Senhora Luziele Maria de**
350 **Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS e Coordenadora da**
351 **Mesa** manifestou-se dizendo que o CNAS não iria discutir os Informes, mas que o seu pensamento era
352 de que o CNAS deveria, sim, se debruçar e se posicionar com relação aos organismos, tal a gravidade
353 relacionada aos usuários. Disse que era preciso se conversar depois e dar um suporte ao movimento
354 com relação a esse assunto. Em seguida passou a palavra a Conselheira Margarida. **A Senhora**
355 **Margarida Munguba Cardoso, Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza**
356 **(suplente)**, cumprimentou a todas e a todos dizendo que o seu informed era no sentido de informar
357 que ela e a Conselheira Leila haviam representado o CNAS na organização da III Conferência Global

358 sobre o Trabalho Infantil. Comunicou que o CNAS havia participado da organização dos Encontros
359 Regionais que iriam acontecer antes do Encontro Nacional e que a conferência iria ter Encontros
360 Regionais, Nacional e Internacional. Ressaltou que a responsabilidade dos Encontros Regionais era do
361 Ministério do Trabalho e Emprego e que o Encontro Nacional seria custeado pelo MDS, fechado para
362 cem pessoas que seriam escolhidas nos Encontros Regionais. Que outra contribuição que seria de
363 responsabilidade do CNAS seria a realização de uma videoconferência para mobilizar todos os
364 conselhos, explicando como deveria ser a participação do conselho e a importância do engajamento.
365 Informou que além dela a Secretária Denise Colin e a Senhora Liliane haviam participado da reunião e
366 que a Conselheira Leila poderia ficar despreocupada porque o CNAS estaria bem inserido no assunto.
367 **A Senhora Leila Pizzato, Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS**
368 manifestou-se dizendo que o CNAS estaria muito bem representado, que o assunto era de extrema
369 importância para a Assistência Social e que, inclusive, a Comissão de Política já teria ele pautado para
370 um aprofundamento. Disse que a seu ver o CNAS deveria se fazer presente nessa reunião. **A Senhora**
371 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS e**
372 **Coordenadora da Mesa** informou que durante o ano de 2013 haveria um choque de agendas entre os
373 diversos organismos e que, no caso, deveria haver muita serenidade para se trabalhar todas as
374 situações com pertinência e com competência para fazer aproximação da Assistência, pois seria um
375 dever de articulação política. **O Senhor Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de**
376 **Rua** disse que havia se esquecido de fazer um informe importantíssimo que seria o de que o
377 Movimento Nacional em parceria com o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e o GT em que
378 trabalhava iriam fazer um evento no dia 09 e 10 de março chamado “Mulher com Vida”, que seria
379 realizado em São Paulo, no Vale do Anhangabaú. **O Senhor Wagner Carneiro de Santana, Fundação**
380 **Orsa** informou que São Paulo já havia feito a convocação para a Conferência Estadual para os dias 01,
381 02 e 03 de outubro, na Cidade de Atibaia, interior de São Paulo e que seria uma grande alegria a
382 presença do CNAS. **O Senhor José Araújo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa, 3º Suplente da CIT** disse
383 que gostaria de comentar um assunto que o estaria preocupando. Informou que ultimamente
384 estavam sendo publicados alguns documentos do CNAS que não estavam passando pelo colegiado e
385 nem pelas comissões. Citou como exemplo o documento de Perguntas e Respostas sobre o
386 funcionamento e estrutura dos Conselhos de Assistência Social, um documento atualizado em janeiro
387 de 2013, publicado, mas que não se recordava de tê-lo visto no Pleno, salientou que existia mais um
388 documento fora esse e que, a seu ver, algumas providências deveriam ser tomadas com relação a
389 isso, porque o CNAS era um colegiado e deveria estar ciente e deveria aprovar esses documentos.
390 Lembrou que com relação ao documento de Perguntas Respostas estaria se dizendo aos Conselhos
391 Municipais que não acatassem a decisão do TCU, a decisão que dizia que o voto teria que ser para a
392 pessoa e não para a entidade. Disse achar que o TCU estava errado e que o MDS deveria entrar com
393 uma ação na justiça, porque a assunto estava parado e que o MDS estaria à mercê do TCU e alguma
394 providência teria que ser tomada com relação a isso. **O Senhor Ademar de Andrade Bertucci,**
395 **Representante da Entidade Cáritas Brasileira** cumprimentou a todas e a todos. Disse que devido as
396 férias todos ficavam quase que por fora da continuidade das coisas e citou como exemplo a questão
397 do marco regulatório, das relações estado e sociedade civil. Ressaltou que o assunto já havia sido alvo

398 de conversa no conselho e que era preciso que dar continuidade para se conseguir uma legislação
399 para clarear e acabar com a insegurança jurídica que não estava favorecendo as relações de estado e
400 sociedade civil. Ressaltou que o Comitê de Articulação dessa mobilização agregava milhares de
401 organizações com uma parte razoável no campo da Assistência Social e que os temas de Assistência
402 Social estão muito presentes nesse processo de reflexão e de elaboração de uma legislação do marco
403 regulatório. Informou que o Comitê de Articulação estava pretendendo fazer um Encontro Nacional
404 das Entidades Signatárias da Plataforma do Marco Regulatório, mas não tinha data prevista. E que a
405 seu ver devido a Secretaria da Presidência da República estar sendo o diálogo mais claro, mais aberto
406 com relação a esse assunto iria favorecer o avanço para um marco regulatório das preocupações e
407 desafios da Assistência Social. Sugeriu que esse fosse um dos temas do processo das conferências e
408 que já fosse sendo feita essas articulações. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do**
409 **Conselho Nacional de Assistência Social, MDS e Coordenadora da Mesa** informou que já havia tido
410 uma conversa com o Senhor Diogo e a Senhora Laís sobre o assunto e havia sugerido que isso fosse de
411 novo pauta no CNAS, talvez, de alguma comissão para que não se tomasse conhecimento das
412 situações quando as mesmas já tivessem sido resolvidas. Agradeceu ao conselheiro pela excelente
413 lembrança. Em seguida falou que iria passar a palavra as entidades para fazerem as suas
414 apresentações e solicitou que todas fossem bem objetivas para que em seguida se começasse a fazer
415 a reavaliação da Reunião Descentralizada. Passou a palavra a Conselheira Nilsia da UNEGRO. **A**
416 **Senhora Nilsia Lourdes dos Santos, União de Negros pela Igualdade, UNEGRO** cumprimentou a todas
417 e a todos. Informou que a UNEGRO era um movimento social organizado em 24 estados, que em
418 julho estaria completando 25 anos de existência, que os seus colaboradores, seus membros da
419 Direção Nacional eram voluntários, não teriam vencimentos para trabalhar, que haviam pleiteado
420 uma vaga no CNAS, que estariam presentes em outros conselhos a nível nacional, mas que havia sido
421 de fundamental importância porque havia um débito muito grande com a população negra desse país
422 em função do histórico da formação dessa nação. E que estariam presente no CNAS exatamente para
423 pontuar e o maior lema da UNEGRO que era lutar pela efetiva inclusão social, econômica e cultural
424 dos negros e o combate efetivo a qualquer tipo de discriminação. Informou que a UNEGRO tinha uma
425 atividade intensa em todos esses estados e quem quisesse saber mais sobre a UNEGRO era só entrar
426 no site www.unegro.org.br. Informou que havia trago um folders para distribuição informando sobre
427 algumas atividades que a UNEGRO já efetivado no país. Finalizou se colocando à disposição. **A**
428 **Senhora Leila Pizzato, Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS** agradeceu
429 a apresentação da Senhora Nilsia, disse que a presença da UNEGRO engrandecia o debate da
430 Assistência Social no Conselho e abriu a palavra a quem quisesse se manifestar. Em seguida passou a
431 palavra ao Senhor Araújo. **O Senhor José Araújo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa, 3º Suplente da**
432 **CIT** falou a Senhora Nilsia que o conselho havia ficado mais fortalecido com a chegada da UNEGRO e
433 que era merecida a presença da UNEGRO sempre no conselho e que a conselheira era uma
434 combatente. **A Senhora Nilsia Lourdes dos Santos, União de Negros pela Igualdade, UNEGRO**
435 agradeceu as palavras do conselheiro. **A Senhora Leila Pizzato, Vice-Presidenta do Conselho Nacional**
436 **de Assistência Social, CNAS** passou a palavra ao Senhor Volmir. **O Senhor Volmir Raimondi,**
437 **Organização Nacional de Cegos do Brasil, ONCB** cumprimentou a todos, disse que gostaria de

438 registrar que estava meio ausente do conselho devido a uma série de atividades em outras frentes
439 que trabalhava, mas estaria se organizando para poder estar mais presente. Em seguida perguntou a
440 Senhora Nilsia qual era a relação da UNEGRO com as outras entidades que trabalhavam pela questão
441 do negro no Brasil, como a União de Mulheres Negras e outras entidades, como que a UNEGRO se
442 organizava se era por pauta temática ou se era um conjunto de movimentos que em algum momento
443 se reunia para fazer o trabalho de interesse da classe como um todo. **A Senhora Nilsia Lourdes dos**
444 **Santos, União de Negros pela Igualdade, UNEGRO** informou que a UNEGRO se reunia uma vez por
445 ano em cada estado na qual ela estava organizada e a cada três anos havia a Conferência Nacional
446 onde era convergido todos os temas, inclusive, o que ele havia citado da questão das mulheres, das
447 crianças. Solicitou que a Senhora Margarida enviasse a pauta do evento que ela havia dito que iria
448 acontecer com relação à criança, o menor, onde o recorte maior seria em relação às questões raciais,
449 na maioria crianças negras exploradas devido à questão da exclusão dos pais. Ressaltou que isso era
450 de grande interesse para a UNEGRO. Disse que gostaria de deixar registrado a solicitação de que em
451 algum momento no conselho se falasse sobre a questão dos quilombolas, os verdadeiros excluídos,
452 que não tinham nem conhecimento dos seus direitos. Ressaltou que havia encaminhado um convite
453 ao conselho que havia vindo da Fundação Cultural Palmares, sobre um trabalho que iria ser feito em
454 comum com outros Ministérios voltados para os quilombos em dez estados do país e que, inclusive, o
455 CNAS estaria citado no trabalho de inserção, de inclusão, de esclarecimentos. Perguntou ao Senhor
456 Volmir se havia respondido a sua pergunta de forma satisfatória e que a UNEGRO trabalhava no
457 sentido que havia acabado de falar. **O Senhor Fábio Moassab Bruni, Secretaria Nacional de**
458 **Assistência Social, CNAS, Suplente/MDS** informou a Senhora Nilsia que ele e a Senhora Cláudia
459 participavam da Comissão Intersetorial do SINASE, que a SEPPIR também fazia parte e que na
460 Comissão do SINASE estaria sendo articulada uma agenda para combater a mortalidade da juventude
461 negra e isso teria bastante a ver com o serviço do conselho de medida em meio aberto. E que, no
462 caso, a presença dela no conselho iria dar mais subsídios para serem levados a Comissão Intersetorial
463 do SINASE. **A Senhora Nilsia Lourdes dos Santos, União de Negros pela Igualdade, UNEGRO** se
464 colocou a disposição, falou que havia estado presente na última semana de janeiro, a convite da
465 SEPPIR, para o lançamento de um Programa Nacional de Sustentabilidade das Comunidades
466 Tradicionais de Matriz Africana, do Ministério da Justiça, muito focado também para a questão do
467 genocídio dos jovens negros. Disse que havia um olhar muito particular da UNEGRO para essa
468 situação. Informou que UNEGRO se sentia um pouco fragilizada e sem saber muito bem como atuar
469 nessa questão, porque haviam recebido, agora, em janeiro uma informação de que na Cidade de
470 Campinas, no Estado de São Paulo, o Comando Geral da Polícia daquela cidade havia dado uma
471 orientação aos policiais que abordassem todo e qualquer negro que encontrassem pela rua. Que no
472 caso, então, todos os negros seriam criminosos ao olhar da Polícia do Estado de São Paulo. Ressaltou
473 que isso era muito triste para a UNEGRO. Finalizou se colocando, mais uma vez, à disposição para o
474 que se fizesse necessário. **O Senhor Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do Brasil,**
475 **ONCB** disse que gostaria de sugerir a Senhora Nilsia dois livros que o ajudaram muito a entender, um
476 pouco mais, a questão do negro no Brasil, que seriam 1808 e 1822, de Laurentino Gomes, que seriam
477 bastante relevantes para contar essa história e entender o contexto dos dias de hoje. **A Senhora**

478 **Nilsia Lourdes dos Santos, União de Negros pela Igualdade, UNEGRO** agradeceu a sugestão do
479 Senhor Volmir. **A Senhora Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de Mulheres, UBM** disse que
480 gostaria de saudar e parabenizar a Senhora Nilsia e falou que a UNEGRO era muito importante para a
481 UBM em relação à mulher negra. Finalizou dizendo se sentir muito orgulhosa da presença da Senhora
482 Nilsia no conselho e também para a UBM. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do**
483 **Conselho Nacional de Assistência Social, MDS e Coordenadora da Mesa** passou a palavra ao Senhor
484 Edivaldo da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais, ABDEV. **O Senhor Edivaldo da**
485 **Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais, ABDEV** cumprimentou a
486 todas e a todos. Disse que a ABDEV embora tivesse em seu nome esse apontamento, para que fosse
487 entendido como sendo uma entidade de educadores, ela não era exclusivamente de educadores. O
488 seu próprio Estatuto dizia que ela era uma entidade que congregava os profissionais que atuavam nas
489 áreas da educação, reabilitação e Assistência Social de pessoas com deficiência visual. Informou que
490 ela tinha uma abrangência nacional, com delegados em todas as unidades federadas, em todos os
491 estados e no Distrito Federal, conforme a necessidade, conforme o tamanho populacional e até
492 mesmo o volume do processo de inclusão da pessoa com deficiência. Que em alguns estados havia
493 mais de um Delegado, que a Diretoria era constituída por um Presidente e quatro Vices, além,
494 obviamente, de Tesoureiro e de Secretário e Conselho Fiscal, mas que os quatro vices eram
495 exatamente para que cada região geográfica tivesse um Vice-Presidente. No caso, hoje a sede da
496 entidade estava em Campo Grande, porque segundo o Estatuto ela seguia o domicílio do Presidente.
497 Disse que respondia pela Vice-Presidência da Região Centro-Oeste e que teria mais quatro Vice-
498 Presidentes, que seriam os Vice-Presidentes nas demais regiões e formalmente teria, também,
499 instalada sub-sedes em cada uma das regiões, além dos delegados em cada estado. Que a atuação
500 tem se dado mais fortemente na área da capacitação de profissionais, embora também paralelo a isso
501 se fazia todo um conjunto de atividades relacionado a garantia de defesa e direito dos profissionais e
502 também de ações focadas na habilitação, reabilitação e Assistência Social e educação de pessoas com
503 deficiência visual, do usuário como um todo. A atuação mais especificamente na Assistência Social
504 estaria se dando na busca de discussões, debates a respeito da Política Nacional da Assistência Social
505 e a participação nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional. No CNAS, por exemplo, a ABDEV
506 ocupou assento nos períodos de 2006-2008, 2008-2010 e agora 2012 a 2014, aonde se procurava
507 fazer uma participação mais contributiva possível e a grande prova disso e os deixava orgulhosos era
508 exatamente terem conseguido contribuir para que se tivesse a Conferência Nacional como referência
509 em acessibilidade. Disse que o tempo era curto, mas se colocava a disposição de todos para colocar
510 melhor o que seria a ABDEV. **A Senhora Leila Pizzato, Vice-Presidenta do Conselho Nacional de**
511 **Assistência Social, CNAS** agradeceu ao Senhor pela apresentação da ABDEV e ressaltou a importância
512 da ABDEV no conselho. **A Senhora Cláudia Laureth Faquinote, Associação Brasileira de Educação e**
513 **Cultura, ABEC** cumprimentou a todas e a todos, disse que também queria parabenizar o Senhor
514 Edivaldo e o trabalho desenvolvido, pois com certeza a inclusão da pessoa com deficiência no
515 universo da Assistência Social era um desafio que estaria pautando o trabalho e todos os diálogos
516 estabelecidos com o Senhor Edivaldo, quer fosse no pleno, quer fosse no universo da sociedade civil,
517 estaria enriquecendo e contribuindo enormemente. A Senhora Márcia de Carvalho Rocha, **Lar**

518 **Fabiano Cristo** cumprimentou a todas e a todos. Informou que o Lar Fabiano de Cristo era uma
519 entidade constituída em 1958, no Município do Rio de Janeiro e oriunda do Grupo Espírita Boa
520 Vontade. E que, na verdade, um grupo de estudantes da Doutrina Espírita viram a necessidade de
521 começar a atuar e colocar em prática aquilo que estavam estudando. Então constituíram a entidade
522 desmembrada do grupo espírita e essa entidade recebeu o nome de Lar Fabiano de Cristo, que teve
523 como associado fundador Chico Xavier, Divaldo Franco, Alziro Zarur e outros grandes nomes. Que o
524 Lar Fabiano de Cristo iniciou as suas atividades com a missão de acolher famílias, isso em 1958, e que
525 de lá para cá seguia o binômio do amor e da técnica, sempre atrelando tanto o conhecimento técnico,
526 quanto o envolvimento afetivo com aqueles que são acolhidos pelo Lar Fabiano. Que o Lar Fabiano
527 era constituído por unidades de promoção integral que acolhiam e trabalhavam a promoção de
528 famílias e idosos. Informou que haviam duas unidades no Rio de Janeiro de acolhimento institucional
529 e duas instituições de longa permanência de idosos. Informou que havia unidades em todo o
530 território nacional, com representação, pelo menos, em alguns estados e o maior trabalho seria com
531 famílias e a principal ferramenta de trabalho era o Plano de Qualidade de Vida. E que o Plano de
532 Qualidade de Vida era construído com as famílias, onde se chamava os usuários de coparticipantes,
533 onde começa a ser visto como um agente participativo do processo de promoção de cada família que,
534 dessa forma, era inserida no Plano. Que o Plano de Qualidade de Vida era executado em todas as
535 unidades, que já era informatizado. E que na sede no Rio de Janeiro teria a informação de todas as
536 famílias, de todos aqueles que estavam envolvidos. E que por ser feito junto com a família havia ações
537 com todos os seus membros, ações específicas com os jovens, com os idosos, com os homens, com as
538 mulheres, em grupos de convivência, em projetos e em programas e um programa de capacitação
539 continuada de toda a equipe, porque se leva muito a sério a questão da união do amor e da técnica,
540 que havia recursos voltados para capacitação continuada, WEBTV de formação dos colaboradores,
541 estímulo com recurso financeiro para auxiliar na formação acadêmica. E que a participação do Lar
542 Fabiano era muito grande nos Conselhos Municipais, não só de Assistência Social, mas como Conselho
543 de Saúde, Conselho de Segurança Alimentar, Conselho do Direito da Criança e do Adolescente. E que
544 em muitos municípios chegou-se a ter as suas supervisoras, que eram as gestoras das unidades de
545 promoção integral, como Presidente do Conselho por mais de uma gestão. Disse que era um grande
546 prazer participar do CNAS. **A Senhora Jane Pereira Clemente, Federação Nacional dos Empregados**
547 **em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas** cumprimentou a todas e a todos e desejou
548 um ótimo trabalho em 2013, parabenizou a todos os conselheiros e conselheiras da sociedade civil
549 que haviam falado e ressaltou a grande importância do trabalho dos mesmos. Parabenizou também a
550 todas e a todos os conselheiros e conselheiras governamentais. **A Senhora Meive Ausônia Piacesi,**
551 **Secretária Adjunta de Estado/SEAS/PA** falou que era muito importante ter a sociedade civil como co-
552 participes das ações do conselho, falou das apresentações feitas pelos conselheiros e conselheiras e
553 que era muito importante ter o diálogo e também a oportunidade de ouvir esse outro lado. **O Senhor**
554 **Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de Rua** disse da importância do trabalho das
555 entidades que haviam se apresentado e parabenizou a todas. **A Senhora Leila Pizzato, Vice-**
556 **Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS** falou que era engrandecedor para o
557 conselho o trabalho das entidades que haviam se apresentado e parabenizou a todas. **A Senhora**

558 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS** disse
559 que gostaria de parabenizar, de maneira geral, a todas as apresentações feitas, que o Conselho
560 Nacional se fortalecia na perspectiva do conagração entre setores governamentais e setores não
561 governamentais que atuavam na área da Política Pública de Assistência Social. Informou que no
562 próximo pleno iria haver mais três entidades sendo apresentadas no Conselho. Em seguida informou
563 que iria fazer um intervalo para o almoço, que a Presidência Ampliada iria se reunir na hora do
564 almoço, que na volta às 14h iria ser feita a apreciação da reunião descentralizada, depois as
565 Comissões de Financiamento e Política iriam fazer uma apresentação e depois iria acontecer a
566 apresentação das comissões seguindo a pauta anunciada no início da reunião. Intervalo do almoço. **A**
567 **Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social,**
568 **MDS** iniciou a reunião informando que o primeiro assunto seria a avaliação da Reunião
569 Descentralizada de Vitória, em conformidade com a metodologia que foi decidida pela Presidência
570 Ampliada e pelos senhores quando do relato da Presidência Ampliada no último pleno. Antes de
571 começar solicitou que a Senhora Maria das Mercês fizesse a conferência do quórum. **A Senhora Maria**
572 **das Mercês, Secretária-Executiva do CNAS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à**
573 **Fome, MDS** cumprimento a todas e a todos e iniciou a verificação do quórum, presentes:
574 Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Clara Carolina
575 de Sá; Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Meive
576 Ausônia Piacesi; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro
577 Wagner Carneiro de Santana; Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda;
578 Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane
579 Pereira Clemente; Conselheira Maria Cristina Lobo; Conselheiro Charles Roberto Pranke. Conselheiros
580 na Suplência: Conselheiro Fábio Bruni; Conselheira Eloiana Cambraia Soares; Conselheira Márcia
581 Rocha; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira Nilsia dos Santos; Conselheiro Edivaldo da Silva
582 Ramos; Conselheiro Carlos Rogério Nunes; Conselheiro Tiago Ferreira Cabral. Conselheira na
583 titularidade: Conselheira Fátima Rampin. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do**
584 **Conselho Nacional de Assistência Social, MDS** informou que com o quórum estabelecido iria iniciar a
585 avaliação da Reunião Descentralizada de Vitória. Em seguida informou que: Foi debatida a
586 necessidade de definir uma metodologia para avaliação da reunião pela Plenária, de forma a gente
587 identificar os pontos fortes e fracos do evento. E que a Presidência Ampliada propõe avaliar a
588 Reunião Ampliada e Descentralizada, iniciando com a pontuação sobre o histórico e breve dados. Os
589 seguintes itens foram indicados como referência para a avaliação da Reunião Descentralizada e
590 Ampliada. Por favor, Srs. Conselheiros. I) Organização, logística; II) Programação; III) Oficinas; IV)
591 nomes e palestrantes; V) Processo de preparação, programação, nomes e conteúdo; VI) Envolvimento
592 dos Conselheiros durante o evento.” Em seguida solicitou a Senhora Maria Mercês recuperasse um
593 pouco o histórico da reunião. **A Senhora Maria das Mercês, Secretária-Executiva do CNAS, Ministério**
594 **do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS** informou que para recordar: a indicação do
595 Estado do Espírito Santo foi feita numa consulta a todos os Conselhos Estaduais sobre sediar a
596 Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS. O Estado do Espírito Santo foi o primeiro a se
597 manifestar favoravelmente à realização da reunião naquele estado, e oferecendo todo o suporte

598 técnico e operacional para a realização da mesma. As inscrições foram abertas no site do Conselho
599 Nacional, foram inscrições *on-line* após comunicada todos os Conselhos Estaduais sobre a realização
600 da mesma, com o tema e o local. Nós tivemos a abertura da inscrição, se não me engano, dia 10 e um
601 dia e meio tivemos o recorde de 500 inscrições. O site ainda continua, houve um acordo dessa
602 Plenária de a gente manter as inscrições por mais um período, e nós chegamos a 833 inscrições,
603 dentre Conselheiros do CNAS, equipe do MDS e da Secretaria-Executiva do CNAS, palestrantes e os
604 participantes inscritos via *on-line*. A Reunião Descentralizada aconteceu 06 e 07 de novembro, e ela
605 contou com painéis e oito oficinas também. E acho que as instalações foram no Centro de
606 Convenções de Vitória, aí só para clarear com muita chuva, mas mesmo com a chuva o local que a
607 gente estava totalmente alagado, nós tivemos ainda a presença dos participantes, as oficinas foram
608 super concorridas, oficinas esgotadas em termos de participantes e mesmo assim com demanda de
609 presença. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de**
610 **Assistência Social, MDS** informou que a palavra estava franqueada a quem quisesse fazer menções
611 ou contribuições. Em não havendo manifestação informou que iria começar. Iniciou dizendo: “Eu vou
612 falar sobre uma situação que a gente não pode mais incorrer nela e que acabou que nós incorremos
613 por uma série de fatores e que foram todos fatores práticos, não foram fatores políticos, que é fazer
614 uma Mesa de Abertura com mais solidez democrática no sentido de presenças da sociedade civil etc.
615 Essa foi a minha, é a minha visão de hoje e que foi, de fato, aqui não tem nenhuma justificativa,
616 porque nós não estamos aqui para justificar e sim para avaliar, essa é uma observação clara e límpida
617 que nós não temos mais como fazer nenhum evento do CNAS que não esteja presente o que o CNAS
618 é, apesar de nós não termos tido tempo, a Presidência Ampliada, porque nós não tivemos tempo de
619 fazer essa reunião para essa decisão, foi uma coisa muito *engargalada*, os senhores lembram disso.
620 Talvez nós tivéssemos nos falado mais, e isso aí é uma coisa que eu também já deixo aqui, viu Srs.
621 Conselheiros, tanto os Srs. Conselheiros governamentais como não governamentais é muito
622 importante a resposta aos nossos *e-mails*, sobretudo, agora nesse ano de Conferência é muito
623 importante que a gente tenha pelo menos um ok recebido, “ok, não concordo”, mandem esse tipo de
624 intervenção. Então a gente pode estar errando menos se a gente poder estar conversando mais entre
625 todos nós.” Em seguida passou a palavra a Senhora Margareth. A Senhora **Margareth Alves**
626 **Dallaruvera, FENAS** iniciou a sua fala com as seguintes palavras: “Boa tarde Senhora Presidente, Vice-
627 Presidente e Secretária Executiva, Conselheiros e Conselheiras, os convidados aqui presentes. Bem,
628 eu vou ser, que bom que a Presidente já adiantou a nível de realmente dar uma explicação, mas que
629 realmente fique registrado com certeza foi um lapso aí de todos nós, mas que a gente fique registrado
630 realmente de que a Mesa de Abertura do CNAS deve contar com todos os seguimentos do
631 governamental e da sociedade civil. Mas também ainda vou mais além, que quando um Fórum, que é
632 um Fórum legítimo também pede assento, pelo menos numa Mesa de Abertura, que também a gente
633 como CNAS possa levar em consideração como foi no caso do Fórum dos Trabalhadores, que pediu
634 assento na Mesa de Abertura e também não teve o seu assento enquanto Fórum legitimado. Então,
635 além do seguimento da sociedade civil, que também os Fóruns que são legítimos, não são CNAS, mas
636 são espaços de pactuação e negociação, e são também importantes para o CNAS. Outra questão que
637 eu queria também levantar, e não sei se algum outro Conselheiro vai fortalecer a minha fala, é no

638 sentido de a gente prestar, ser mais rigoroso com a indicação de alguns palestrantes, por questões
639 éticas a gente aqui não vai citar nomes, mas tem alguns palestrantes que eventualmente vem
640 participando de alguns eventos do CNAS, mas não participam efetivamente do debate, fala e fala e na
641 hora vai embora que tem sempre vôo. Não foi só em Vitória, mas isso tem acontecido em outros
642 eventos do CNAS. Então se o participante, o palestrante está indo para o evento importante e ele não
643 pode sair do debate, que o debate é a hora que enriquece, porque aqui a gente entende que ninguém
644 é dono do saber, nem o palestrante, nem os palestrantes que estão vindo, nós já estamos aqui numa
645 relação de aprendizado mútuo, portanto, palestrante tem que ouvir das pessoas que ele palestrou e
646 tem que ouvir algumas críticas, sugestões e aí que se enriquece. Então nós temos que, seria bom a
647 gente não ser atropelado com os nomes e que a gente na hora também pense nesses nomes, que a
648 nossa disponibilidade tem que estar para o evento, não precisa ser o evento inteiro, mas pelo menos
649 em um dia da sua palestra não pode se marcar vôo logo após a sua intervenção no evento. E de outra
650 forma, de todo mais, o evento particularmente eu participei de todos os momentos, foi muito
651 gratificante, foi emocionante, inclusive pela aprovação da NOB. Talvez nossos ânimos para aprovar a
652 NOB nos levou a alguns equívocos, e a gente tem que repensar mesmo para errarmos menos, porque
653 se vamos errar. Mas o evento teve um salto qualitativo muito grande e claro foi um pontapé inicial e a
654 gente tem que reconhecer o evento como fator positivo e que será um primeiro de muitos outros que
655 nós iremos mostrar a nossa força e capacidade de fazer descentralizadas cada vez melhor para o
656 controle social. **O Senhor Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de Rua**
657 manifestou dizendo: “A minha colocação Presidenta, Vice-Presidenta, Conselheiros e Conselheiras é a
658 primeira vez assim que eu participo enquanto Conselho, primeiro Conselho, e principalmente dentro
659 do Conselho Nacional de Assistência essa descentralizada, essa reunião que houve. Então, assim,
660 muitas vezes eu chego à Brasília eu durmo em casa de companheiros do movimento. Então a minha
661 preocupação foi quando eu cheguei em Vitória, eu fui direto para esse hotel indicado e chegando lá
662 não consegui fazer reserva, por mais que houvesse uma comunicação, mas a diária não caiu. E eu
663 acho que a gente precisa estar nessa preocupação de que se houvesse a gente pensar das próximas,
664 eu sei que tem gente que não concorda, mas para mim é viável uma licitação que todos os
665 Conselheiros ficassem no mesmo hotel, para que todos pudessem convergir, dialogar, discutir,
666 trabalhar. E eu acho que é fundamental e importante isso para nós porque eu senti muita
667 necessidade de discussões, reuniões, avaliações, até reuniões que poderiam ser feitas no hotel,
668 porque quando você faz um evento muito grande as pessoas se sentem também que ela está sendo
669 excluída. Então quando houve a reunião do CNAS em momentos de chamada, teve outras pessoas
670 que queriam participar dessa reunião, e a gente falou: não, é só de Conselheiros. Elas se sentiram um
671 pouco: “Por que nós não podemos participar? Não é uma reunião aberta, não é todo mundo?” Então
672 eu acho que quando a gente está no hotel, tudo organizado, todo mundo junto tem como você
673 chamar uma reunião maior, e eu senti muito isso. E eu venho de uma exclusão, então tem momentos
674 que eu senti isso também. Outra questão que eu quero colocar aqui bem claro é a oficina do usuário,
675 eu só tinha dois usuários, eu e um usuário do Espírito Santo, tinha mais técnicos, trabalhadores e
676 entidades nessa oficina, e estava muito vazia a oficina, e a gente sentiu essa necessidade. Então só
677 tinha, eu acho que a participação de fato nem os usuários do CNAS não estavam. Então a participação

678 de a gente ter mais usuários dentro desse sentido do fortalecimento da chamada, então só tinham
679 dois usuários, eu e aí você tinha palestra do Professor Edval, a palestra da Professora muito Fórum
680 fortalecimento, do protagonismo, e a gente, e aí muda de sala, tira a sala, porque o outro povo ia ser
681 maior e a gente teve que, toda a fala teve que ser mudada, claro que em respeito à Secretária
682 Executiva que foi lá solicitar e a equipe, mas a gente teve uma estrutura assim muito um pouco
683 atrapalhada dentro desse sentido. E aí a gente foi para uma sala sem estrutura, não dava para se
684 comunicar. Eu acho que a importância de nós pensarmos um pouco mais nessas estruturas. Então eu
685 senti muito a falta dos usuários, tanto do estado do Espírito Santo, quanto das cidades. Então, assim,
686 de a gente pensar também enquanto a gente fazia, eu sei que não é conferências, mas é reuniões,
687 mas até para a gente entender o que está se passando, o que está se acontecendo, o que no estado
688 está necessitando, qual é o fortalecimento. Então eu senti muita falta disso, enquanto representantes
689 dos usuários eu senti. Eu que tinha comunicado ainda a participação de outros usuários: Olha, vão
690 porque é importante, mas eu senti falta dos usuários nessas reuniões. Então eu acho que é
691 importante a gente frisar muito isso.” **O Senhor Wagner Carneiro de Santana, Fundação Orsa**
692 cumprimento a todas e a todos e disse que: “Bom, com relação, o encontro, a Reunião
693 Descentralizada em Vitória, claro que tinham questões de tempo que ninguém tem como prever etc.
694 e tal, ela foi interessante que teve uma participação muito positiva, uma coisa que eu considere que
695 foi fantástico, além de outras, porque é um espaço do controle social essas reuniões descentralizadas,
696 foi a transmissão da Conferência via internet, via *on-line*. Então utilizar esse meio de comunicação eu
697 penso que futuramente as nossas, eu sei que já está programado, mas que as nossas reuniões do
698 CNAS também sejam transmitidas *on-line*, porque isso vai ampliar muito maior o acesso às
699 informações e também a participação, mas também seria interessante como sugestão uma coisa para
700 se fazer a transmissão *on-line*, mas outra questão é você permitir alguma ferramenta para que as
701 pessoas façam perguntas ou tirem algumas dúvidas nesse caso de Reunião Descentralizada. Porque
702 tudo bem, está transmitindo por internet, mas e aí se eu quiser interagir, já que é uma Reunião
703 Descentralizada, um espaço de democracia participativa, seria interessante que essa interação
704 houvesse de todo o território nacional. Com relação à programação seria bem interessante as
705 oficinas, eu particularmente pude ser moderador da mesa que envolvia o tema, que foi um tema da
706 minha pesquisa pela Universidade Federal de Minas, ou seja, a participação dos usuários do Conselho
707 é um tema que deve continuar a ser constante, é muito mais trabalhado, os modelos dos dois
708 palestrantes já nós não tivemos receio com o problema que a Conselheira traz do palestrante
709 terminar e ter que sair, embora isso é muito comum. Aí até brinco de uma maneira fraterna, porque
710 eu sou muito fraterno para falar às questões que penso, são os nossos palestrantes estrelas que vêm
711 porque está correndo e viajando. Mas um processo de democracia participativa, por mais que eu
712 entendo que o nível de gabarito de quem está convidado por esse Conselho, é importante que a
713 pessoa fique, por quê? Não é sempre que a gente tem a oportunidade de ficar com as pessoas ali, é
714 um momento muito ímpar para aquelas pessoas que foram para uma Reunião Descentralizada. No
715 nosso caso a gente teve tempo de sobra, graças a Deus, e graças aos palestrantes foram muito bons
716 os dois, tanto a Professora *Biont* como também o Professor Bernardino, e o próprio Anderson que fez
717 uma fala fundamental e fantástica, o Conselheiro Anderson, para a questão da participação do

718 usuário. Mas é um momento que precisa ser maior ampliado. E aí eu termino a minha colocação aqui,
719 Presidente, agradecendo, foi uma reunião muito bem preparada, encontro descentralizado, mas eu
720 volto a repetir que essa questão da transmissão *on-line* com possíveis debates, diálogos eu penso que
721 isso como fazer eu não sei, como você veio da SAGI conhece bem essa ferramenta, isso é tarefa da
722 equipe aí para pensar, uma sugestão. **O Senhor Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do**
723 **Brasil – ONCB** informou: “Presidente, primeiramente eu quero dizer que eu não estive lá, então como
724 falar de um evento que eu não estive. Mas uma preocupação que eu fui acompanhando nos debates
725 por *e-mail* e algumas pessoas conversaram comigo foi quanto à questão realmente do que o
726 Anderson estava colocando da questão de custos, de logística, de hotel e toda essa situação, e eu
727 queria fazer uma sugestão para a gente ser bastante rigoroso nos critérios de escolha quando a gente
728 aponta, por exemplo, sei lá próxima em São Paulo, não é? Então que alguém local participe de uma
729 espécie de uma Comissão Organizadora e tal para prover e para verificar as questões, assim, colocar
730 num listado, pelo menos é assim que faz nas organizações que eu trabalho, é uma série de critérios
731 bem simples, mas que a gente coloca lá: precisamos de uma sala de tantos metros quadrados com
732 tantos microfones. E a negociação da diária de um hotel para que todo mundo possa ficar junto, ela
733 não pode ultrapassar o valor da diária que o Conselheiro recebe como suporte para as suas despesas.
734 Então eu acho que é importante pensar nisso, nos critérios, e a gente sabe que toda a negociação de
735 evento, ela permite uma redução substancial de custos em hotéis mesmo de boa qualidade e tal.
736 Então é uma questão só de, talvez, ter um pequeno grupo local que nos apóie a apontar, que eu não
737 teria todos os critérios, a gente poderia, inclusive, sugerir depois à Secretaria-Executiva o que a gente
738 usa na organização da entidade, mas isso vai favorecer bastante que ninguém tenha surpresas e que
739 possa realmente participar e ficar num grupo mais unido para compartilhar, porque, na verdade, os
740 momentos que a gente passa posterior a evento também são de formação e de fortalecimento dos
741 laços de amizade. **O Senhor Ademar de Andrade Bertucci, Representante da Entidade Cáritas**
742 **Brasileira** disse que: “Bom, eu participei em parte, porque no primeiro dia tinha um evento grande
743 aqui do marco regulatório e não pude estar presente. Mas do que pudemos acompanhar e de certa
744 autocrítica que nós da sociedade civil, eu tenho que falar isso, nos fizemos e que de alguma maneira a
745 Presidenta fez de conjunto agora, já está dada essa avaliação, um cuidado dessa participação um
746 pouco mais protagonista da sociedade civil. É uma dificuldade nossa da sociedade civil também de
747 não estarmos tão organizados e presentes, sobretudo, na preparação. Acho que isso é algo que deve
748 ser levado em conta. É claro que eu estou falando isso também porque a cada reunião nossa nós
749 estamos sempre enfrentando uma dificuldade da reunião da sociedade civil, a gente tem que buscar
750 resolver isso entre nós, mas não vamos resolver assim que isso também seja de alguma maneira
751 solidariamente vista pelo Conselho como um todo. E eu acho que isso influenciou a correlação a esse
752 processo de participação e encaminhamento lá em Vitória. Eu queria falar de uma expectativa que eu
753 criei, que eu acho que não era, não foi o foco principal desse evento, é que como eu li e me preparei
754 para vir aqui para o Conselho, a partir do que foi em Manaus, então eu tinha uma expectativa muito
755 grande de Vitória de continuidade em Manaus, e quem sabe eu fiz uma leitura, que não era melhor, é
756 que a palavra descentralizada significava: irmos para Vitória para trocar, intercambiar com o
757 Conselho, que seria uma forma de todos nós também estarmos percebendo como é que um Conselho

758 funciona, o Conselho de estado, não é? E no que eu participei ficou pouco visível essa preocupação,
759 porque eu acho que não era o foco, eu acho que o foco que foi dado, o debate do NOBSUAS nos
760 ocupou, mas eu não sei se com os meus equívocos isso não é algo que deveria ser levado em conta na
761 medida em que todos podíamos ter um pouco mais de diálogo com o Conselho Estadual, e,
762 sobretudo, considerando aquele número de participantes praticamente do Brasil todo, que estiveram
763 lá. E que eu imagino que o lado positivo, por exemplo, foi a nossa reunião do Conselho tendo
764 conseguido, e sabíamos que tinha uma dificuldade lá se teria lugar para todo mundo que tinha
765 participado dos dias anteriores de estar assistindo ao Conselho. Parece que isso foi resolvido, todo
766 mundo teve condições de estar participando, estar assistindo. Eu entendo que a gente está um pouco
767 na vitrine, é de alguma maneira também dar um exemplo de como é que o Conselho se organiza, se
768 estrutura, faz os debates. Talvez a minha sugestão era como podemos aproveitar esses eventos
769 descentralizados, compreendendo, conhecendo, tornando um pouco mais visível o que o Conselho do
770 estado possa trazer? Por último, para dizer para o Anderson, há 10 anos atrás eu vim num evento
771 nacional da Assistência Social de 1000 pessoas, quando se perguntou: quantos usuários tinham lá:
772 tinha um. Eu estou querendo brincar com o Anderson, se tinha dois aí já é 50% do que ocorreu no
773 passado, isso como ironia. Agora, eu entendo que da parte nossa, desse Conselho pensar em
774 estratégias de ampliar a participação dos usuários, do modo como, hoje, pela manhã, com as três
775 exposições feitas, aqui, a gente percebe a importância do protagonismo dos usuários é uma tarefa de
776 caráter político para a gente não ficar falando sobre os, mas falar com os.” **O Senhor José Ferreira da**
777 **Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** iniciou dizendo: “Eu queria iniciar,
778 Presidente, primeiro parabenizando aqui pela condução daquela Reunião Descentralizada e Ampliada.
779 Eu acho que a cada dia a gente vem aprimorando os nossos eventos, seja uma descentralizada, seja as
780 reuniões aqui em Brasília que a gente envolve outros atores. Então eu queria parabenizar muito pela
781 condução da Presidente, da Vice-Presidente pelo fruto que colhemos naquela Reunião
782 Descentralizada. Eu acho que foi uma reunião, uma organização muito ao nível desse Conselho, eu
783 acho que a parceria, a relação com o Conselho Estadual do Espírito Santo e com a Secretaria de
784 Estado foi uma relação bastante profícua, importante, ela conseguiu materializar uma descentralizada
785 rica e importante, com conteúdo, com debate. Eu discordo de algumas falas que me antecederam de
786 que não houve troca, porque eu acho que houve muitas trocas ali sim, mesmo que não visível, assim,
787 mas eu acho que esses encontros possibilitam sim trocas, principalmente nas oficinas, na oficina que
788 eu participei foi muito importante, foi o auge da discussão do programa Capacita/SUAS. Então houve
789 uma troca de experiências riquíssima entre as pessoas que ali participaram de vários estados, de
790 acúmulo de uns e não de outros. Então eu acho que foi, eu tenho essa avaliação. Então eu acho que a
791 programação, ela foi bastante acertada, eu acho que priorizando sim a discussão da NOB, eu acho que
792 esse Conselho publicizou mais, centralizou o debate que estava havendo, não era um momento ali de
793 consulta pública ou de contribuições, mas podemos dar visibilidade, publicidade no debate franco,
794 fraterno, democrático, participativo que esse Conselho vem conduzindo em todas as suas ações,
795 então acho que isso merece registro. A participação, ela tem cada vez mais aumentado, as nossas
796 reuniões ampliadas e descentralizadas. Eu concordo muito com o Anderson, porque eu acho que a
797 gente ainda vai avançar muito, viu Anderson, para a participação dos usuários. Eu acho que a gente

798 ainda vamos ter que caminhar ainda para que de fato o usuário esteja ali participando, não só nesse
799 espaço, mas em outros espaços. A gente estava discutindo recentemente as várias possibilidades e
800 estratégias que temos para que o usuário participe, foi com Leila, não sei com quem a gente estava
801 conversando ontem? Mas ontem eu estava meio assim, não sei mais com quem, mas de fazer com
802 que, eram estratégias que a gente estava discutindo da participação dos usuários. Ah, lembrei, a
803 gente estava conversando sobre: se fechar centro de saúde o que acontece no âmbito do município?
804 Os usuários, enfim, toda a população ali daquele território não vai ali na porta do Prefeito, agora
805 fechar um CRAS vocês acham que os nossos usuários vão bater na porta do Prefeito? Até que ponto
806 que nós estamos politizando, que aí eu acho que um recado mais para fora dos trabalhadores para os
807 trabalhadores que compõem esse Conselho, até que ponto que nós estamos politizando de fato os
808 usuários para participarem? Até que ponto que eles são protagonistas da sua própria história, são
809 protagonistas daquelas ações que são de fato ofertadas, afiançadas a eles, seja no CRAS, seja no
810 CREAS, seja nas entidades. Então eu acho que isso, eu acho que a gente tem que avançar nessa
811 perspectiva de politizar a participação desses usuários nos nossos equipamentos, para que eles
812 cheguem de fato nos Conselhos, cheguem nas reuniões descentralizadas, nas conferências, enfim,
813 quer dizer, a gente fala protagonista. Então eu acho que esse é uma pauta, uma agenda aí para o
814 Fórum dos Trabalhadores, para as entidades que compõem esse Conselho, que representa os
815 trabalhadores, é isso que eu acho que nós temos que avançar ainda na Assistência Social. **A Senhora**
816 **Cláudia Laureth Faquinote, Associação Brasileira de Educação e Cultura, ABEC** iniciou a sua fala
817 dizendo: “Boa tarde Presidenta e todos e todas presentes. Bom, primeiro todos e todas que estão
818 presentes. Primeiro falar da alegria de poder receber no Espírito Santo a descentralizada, e a adesão
819 dos participantes o Espírito Santo tem isso e também de participantes de todo o Brasil, como Mercês
820 fez brilhantemente o resumo no início dessa pauta, mostra a importância da descentralizada. E aí eu
821 fico imaginando, pensei aqui a partir dos itens alguns pontos que poderiam nos ajudar a aperfeiçoar
822 as próximas descentralizadas. Primeiramente, estamos na primeira Plenária do ano, teremos ou não
823 descentralizada nesse ano, considerando que é ano de Conferência? Se sim, quando será e como
824 faremos a consulta para a definição do local, de modo que a definição de ter ou não descentralizada
825 já nos permitiria atuar em primeiro item da logística com antecedência para ir mesmo com todo o
826 empenho da equipe do CNAS a gente viu no primeiro dia lá, eu cheguei junto com Luziele no evento e
827 várias situações precisando ser organizadas e o público chegando, claro que para quem, para os
828 participantes o que está por detrás das cortinas não aparece, ainda bem, mas nós sabemos que tem
829 vários procedimentos que podem ser melhor encaminhados, demandados. Então as próprias
830 questões que já foram citadas, como licitações, contratos, tudo isso. Então envolve logística, um outro
831 ponto e também os Conselheiros já citaram, e eu gostaria de reforçar é a possibilidade de termos um
832 colegiado, um grupo que possa atuar com a equipe da Secretaria-Executiva do CNAS na preparação da
833 descentralizada. Então que possa contribuir efetivamente na construção da programação, na
834 interlocução com os seus diversos pares dentro do Conselho e fora do Conselho. Então esse grupo,
835 esse colegiado, essa Comissão Organizadora. E penso que isso impacta diretamente no último item
836 pontuado, que é a participação dos Conselheiros, eu acho que todos estávamos lá o tempo todo
837 participando, quer fosse como mediadores de painéis, como moderadores ou como painelistas. Mas a

838 forma como construímos uma programação, ela tem um impacto direto também como nós
839 implicamos mais com menos os Conselheiros. E penso que nós podemos ser mais implicados do que
840 fomos, podemos colaborar mais do que colaboramos, inclusive envolvendo outros Conselheiros.
841 Então se um Conselheiro está mediando, um outro pode estar contribuindo numa sistematização ou
842 moderação, outra painelistas, enfim, podemos explorar mais o potencial do grupo que aqui está a
843 serviço da política. E uma outra consideração que eu não sei se é possível ou não, porque reconheço
844 que implica orçamento e tudo isso, mas considerando a expressiva participação da comunidade na
845 descentralizada, eu fico imaginando se não seria também a oportunidade, já que a Plenária acontece
846 naquele território, de definir o local de realização da Plenária de modo que mais pessoas possam
847 acompanhar a Plenária presencialmente, porque é uma oportunidade ímpar. Então essas eram as
848 contribuições.” **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de**
849 **Assistência Social, MDS** informou que o próximo ponto de pauta seria o relato da Comissão de
850 Política, em seguida o relato da Reunião Conjunta da Comissão de Política e Acompanhamento de
851 Benefícios e solicitou que o Senhor José Crus iniciasse o relato. **O Senhor José Ferreira Crus,**
852 **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** iniciou o relato dizendo: “Memória da
853 Reunião Ordinária da Comissão de Política da Assistência Social, recurso 01/2013, 19/02/2013. A
854 reunião foi realizada no auditório da SAGI, na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, sala 356.
855 Conselheiros presentes. José Crus; Anderson Lopes Miranda; Dóris Margareth de Jesus; Edivaldo da
856 Silva Ramos; Jane Pereira Clemente; Márcia de Carvalho Rocha; Nilsia Lourdes dos Santos. Ouvintes
857 dessa reunião: Carlos Nambu; Déborah Akerman; Eloiana Cambraia Soares; Leila Pizzato; Marlene
858 Merisse. Ausências Justificadas: Léa Lúcia Cecílio Braga; Maria do Socorro Fernandes Tabosa; Marisa
859 Rodrigues da Silva. Secretária-Executiva Maria Auxiliadora Pereira; Ana Tereza Gomes; Carolina
860 Ribeiro; e Maria Antônia Pereira Valente. 1. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS
861 (PNEP/SUAS): O Conselheiro José Crus e Conselheira Jane Clemente fizeram o relato do processo de
862 discussão da PNEP/SUAS: Esses oito anos de implementação do SUAS propiciou, dentre outras
863 conquistas, a construção ampliada e democrática da Política Nacional de Educação Permanente no
864 SUAS - PNEP/SUAS, que tem como principal papel definir princípios e diretrizes para o
865 desenvolvimento de percursos formativos no âmbito da Assistência Social, visando o aprimoramento
866 da Gestão do SUAS por meio da qualificação da oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios
867 socioassistenciais. Em 2010, o texto preliminar dessa política foi proposto pela SNAS/MDS. Em 2011,
868 esse texto preliminar foi entregue ao CNAS e apresentado durante a VIII Conferência Nacional de
869 Assistência Social. Em 2012, o CNAS, em parceria com o MDS, realizou uma oficina para
870 aprofundamento e discussão do texto preliminar dessa política, tendo como participantes Instituições
871 de Ensino Superior, Associações de Ensino e pesquisa, Entidades de Classe, Fóruns dos Trabalhadores
872 do SUAS, CONGEMAS, FONSEAS e outros colaboradores do MDS e CNAS. Em 6 de junho de 2012, o
873 CNAS Instituiu o Grupo de Trabalho com o objetivo de sistematizar o texto da Política Nacional de
874 Capacitação e Educação Permanente do SUAS a partir das contribuições oriundas da oficina realizada
875 pelo CNAS, em 25 de abril de 2012. O GT trabalhou no período de junho a outubro de 2012, e teve
876 como integrantes a conselheira Jane Clemente e conselheiro José Crus e como convidados as
877 professoras Esther Lemos, representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS),

878 Jucimeri Silveira- PR, Stella Ferreira - SP e Joaquina Barata, PA. A Política Nacional de Educação
879 Permanente do SUAS, foi sistematizada e apresentada na Comissão de Política e a Plenária do CNAS
880 ,deliberou pelo encaminhamento do texto sistematizado para os colaboradores, participantes e da
881 oficina e conselheiros do CNAS, com o prazo de envio de contribuições ao documento até 31 de
882 dezembro de 2012. Foram recebidas contribuições do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS -
883 FNTSUAS, da Professora Aldaíza Sposati e do MDS. Diante desse movimento de aperfeiçoamento e
884 aprimoramento do texto da PNEP/SUAS e da necessidade de se fazer uma releitura do texto da
885 PNEP/SUAS a partir da aprovação da NOB SUAS/2012 por meio da Resolução CNAS nº 33, de
886 12/12/2012, o CNAS, promoveu a realização de uma reunião de sistematização final do documento a
887 partir dessas contribuições recebidas, realizada em 5 de fevereiro de 2013, em Brasília. Estiveram
888 presentes à reunião os Conselheiros José Crus e Jane Clemente; as professoras Esther Luíza de Souza
889 Lemos - PR, Joaquina Barata - PA e Stela Ferreira - SP; Antônio Castro, da SAGI/MDS e Wagner
890 Saltorato, da SNAS/MDS. Encaminhamentos: A Comissão propõe a validação dos encaminhamentos
891 retirados durante a reunião de sistematização da PNEP/SUAS, realizada em 5 de fevereiro, a saber: -O
892 MDS encaminhará ao CNAS o texto final da PNEP/SUAS, até o dia 22 de fevereiro; -A Secretaria
893 Executiva do CNAS encaminhará esse documento aos participantes da reunião, colaboradores e
894 conselheiros do CNAS, dia 22 de fevereiro; -o prazo de envio de contribuições ao CNAS será até o dia
895 26 de fevereiro pelo e-mail: cnas.politica@mds.BQv.br;" Registrando aqui que as contribuições aqui
896 são ainda se for necessário dos colaboradores que participaram dessa reunião, então foi a partir do
897 debate que fizemos dessa reunião com as contribuições que chegaram até a data que deliberamos
898 que era 31 de dezembro, então são essas pessoas que vão contribuir e também todos os Conselheiros
899 Nacionais receberão e também até o dia 26 ter ainda contribuições nesse documento. "-A Secretaria
900 Executiva do CNAS sistematizará as contribuições para consideração e validação na reunião do grupo;
901 -Realização de reunião para fechamento do texto da PNEP/SUAS, dia 28 de fevereiro. Considerando
902 os encaminhamentos validados acima, a Comissão de Política propõe a apresentação do documento
903 final da PNEP/SUAS na reunião da Comissão de Política em março de 2013 e aprovação no Pleno. 2.
904 Deliberação Conjunta CMAS/RJ e CMDC/RJ nº 002/2012 - Tipificação Municipal do Serviço de
905 Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Atendimento em horário integral de segunda a sexta-feira,
906 admitido pernoite, localizando-o no nível de complexidade do SUAS: Proteção Social Especial de
907 Média Complexidade. A partir do expediente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/RJ,
908 que demandou à SNAS e ao CNAS posição sobre a deliberação conjunta CMAS/RJ e CMDC/RJ nº
909 002/2012, que regulamenta no âmbito municipal o Serviço de Convivência e Fortalecimento de
910 Vínculos e considerando a posição desse órgão pela "impugnação da Citada resolução conjunta
911 considerando que o CMAS/RJ, não tem atribuição para regulamentação de novos serviços
912 socioassistenciais diversos daqueles previstos na resolução CNAS Nº 109/2009 - Tipificação Nacional
913 dos Serviços Socioassistenciais, a serem prestados no âmbito do SUAS. Os promotores de Justiça
914 enfatizaram que o serviço em questão encontra-se em total desacordo com as normas da PNAS,
915 CF/1988, LOAS e demais orientações do SUAS, já que contraria, ao restringir o direito à convivência
916 familiar dos usuários.", a Comissão debateu o assunto a partir do conteúdo da citada deliberação, da
917 cópia do relatório da reunião realizada entre o Ministério Público do Rio de Janeiro e a SNAS e o

918 CNAS, bem como do debate sobre o tema realizado na reunião plenária do CNAS em dezembro de
919 2012. Encaminhamentos: -Responder ao Ministério Público do Rio de Janeiro, enfatizando que os
920 municípios, Distrito Federal e estados têm autonomia para regulamentar os serviços que tratam de
921 particularidades e especificidades locais, desde que não firam os princípios e fundamentos da
922 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009 e
923 desde que essas regulamentações sejam submetidas às respectivas instâncias de pactuação e de
924 controle social do SUAS. Ressaltar que o cofinanciamento da União é estritamente para os serviços
925 tipificados nacionalmente em consonância com a Resolução CNAS nº 109/2009. Nesse expediente,
926 informar ao MP/RJ sobre a recém-aprovada NOB SUAS/2012, bem como o especificar os serviços que
927 compõem a Proteção Social Especial de Média Complexidade e o que configura esse nível de proteção
928 no SUAS e, solicitar que o mesmo observe as ações tipificadas no Rio de Janeiro, uma vez que essa
929 decisão passou pela discussão de dois conselhos: da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do
930 Adolescente a partir de demandas identificadas localmente. -Reforçar e esclarecer o que realmente
931 compete dentro da Tipificação: o conhecimento sobre os serviços, mantendo a padronização,
932 valorizando o avanço dos serviços, tendo em vista que as realidades locais se distinguem. -Solicitar à
933 SNAS orientações sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, explicitando sua função
934 e reconhecendo as especificidades locais de forma a garantir o atendimento dessas demandas. 3.
935 Ofício do Ministério Público Federal - MPF/RJ: A Procuradoria da República do Estado do Rio de
936 Janeiro encaminhou um expediente ao CNAS sobre o inquérito civil para apurar possíveis ilegalidades
937 na regulamentação e execução das ações promovidas pela União, Estado e Município do Rio de
938 Janeiro, bem como o correto emprego dos recursos federais destinados ao acolhimento e à
939 assistência prestadas aos usuários de crack. O CNAS tem o prazo de 30 dias, contados a partir de
940 01/02/13, data do recebimento do ofício, para envio de informações a respeito dos últimos relatórios
941 de gestões, deliberações e resoluções que tenham analisado gestões anteriores, projetado metas ou,
942 de alguma forma, tenham abordado a questão da assistência prestada aos usuários do crack nas ruas
943 do município do Rio de Janeiro. Encaminhamentos: - Responder ao ofício/PRDC/PRRJ/ARC/N2
944 992/2013 - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão e a Procuradoria da República do Estado do
945 Rio de Janeiro informando as ações realizadas pelo CNAS que tem relação com a Política Pública de
946 Assistência Social aos usuários de crack. Moção de Repúdio - Recolhimento e Internação Compulsória,
947 aprovada pelo CNAS em 17 de agosto de 2011 (seguirá em anexo). Enumerando as recentes
948 resoluções do CNAS de aprovação de cofinanciamento federal para expansão de equipamentos
949 públicos (CRAS e CREAS)...” Os CREAS-POPs e para serviços e programas socioassistenciais,
950 enfatizando a corresponsabilidade de cada ente federado na implementação da política de assistência
951 social. -Mencionar a NOB SUAS/2012 recém aprovada e a NOB/RH/SUAS, que especifica as equipes de
952 referências, reafirmando a importante estratégia da Busca Ativa realizada por essas equipes, tendo
953 como instrumento de gestão o CadÚnico e em consonância com as normativas aprovadas nesse
954 Conselho. Enfatizar que a Assistência Social como política pública tem como centralidade a família, e
955 incorpora em suas intervenções o caráter protetivo para a defesa, garantia e promoção dos direitos
956 das famílias. Por fim, mencionar que consta no Plano de Ação do CNAS 2012/2014 o
957 acompanhamento e o monitoramento das ações da Assistência Social no Plano Integrado de

958 Enfrentamento do Crack e outras drogas: Crack, é possível vencer! 4. Alinhamento das metas
959 estabelecidas no Plano de Ação da Comissão – 2013. Após a leitura e discussão do Plano de Ação, a
960 Comissão de Política definiu os assuntos prioritários em função da urgência e considerando que 2013
961 o processo de conferências terá como tema "A Gestão e Financiamento na Efetivação do SUAS,
962 propondo os seguintes encaminhamentos: -A Secretaria Executiva do CNAS e o Coordenador da
963 Comissão reordenarão as ações do plano considerando os seguintes parâmetros: -a) As ações
964 previstas no Plano de Ação da Comissão de Política serão pautadas nas reuniões ordinárias, e, em
965 havendo demandas de pactuações da CIT de reordenamento e expansões de serviços, esses serão
966 pautados em reuniões extraordinárias. b) As ações do Plano de Ação relacionadas à gestão do SUAS e
967 que necessitam da presença de representantes da SNAS serão reordenadas e pautadas
968 trimestralmente. c) Distribuir as ações de articulação e intersectorialidade junto a conselhos setoriais e
969 de defesa e garantia de direitos nos demais meses, dando prioridade aos seguintes temas: Lei do
970 SINASE, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC, Impactos Sociais de Grande
971 Obras e Grandes Eventos. Encaminhamentos: - O Coordenador da Comissão se reunirá com a equipe
972 da SNAS para avaliar os temas intersectoriais prioritárias para o fortalecimento e consolidação do
973 SUAS, considerando os elencados acima. d) Realização de reuniões conjuntas com a Comissão de
974 Acompanhamento para tratar de benefícios e transferência de renda (foram definidas duas reuniões
975 até o momento: março, abril e maio).” Tendo em vista aqui grifando fruto de um debate da nossa
976 reunião, e na hora que a Coordenadora da Comissão apresentar o relato, a Coordenadora Márcia, vão
977 perceber como a agenda é uma agenda grande, extensa e necessária. Então a gente já estabeleceu
978 aqui que nós teremos reuniões conjuntas extraordinárias, março, abril e maio para darmos, tratarmos
979 dos assuntos produtos, assuntos que inclusive eram para ser tratados no ano passado, mas como
980 priorizamos o debate da NOB foram assuntos que ficaram. Então, portanto, urge aí e é necessário a
981 reunião com a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda em conjunto
982 com a Comissão de Política. e) Considerando que o Plano de Ação da Comissão de Política prevê a
983 elaboração de 11 boletins temáticos de orientação aos conselhos de assistência social relacionados ao
984 acompanhamento e controle social de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, a
985 Comissão aprova o seguinte roteiro que subsidiará a Secretaria Executiva do CNAS, na preparação das
986 minutas dessas orientações. Essas minutas serão apreciadas pela Comissão e, em alguns casos,
987 conjuntamente com a Comissão de Acompanhamento de Conselhos e de Normas: 1. O Papel dos
988 Conselhos de Assistência Social no controle social do tema a ser desenvolvido (CF/LOAS/NOB
989 SUAS/2012); 2. O que o Conselho deve saber sobre o tema (o que é a função do gestor na
990 implementação e outros aspectos relevantes). 3. O que o conselho deve acompanhar e fiscalizar em
991 relação ao tema? 4. Para conhecer mais detalhadamente sobre o tema (referências bibliográficas e
992 links) f) Após a leitura das ações do Plano de Ação a Comissão de Política tirou os seguintes
993 encaminhamentos, em função de sua urgência: 1. Solicitar à SNAS/MDS a apresentação dos
994 encaminhamentos previstos na Resolução CNAS nº 35 na Reunião da Comissão de Política em abril. 2.
995 Realização, na segunda-feira...” Aqui é dia 11, viu, gente, a gente já tinha arrumado. “Realização aqui
996 no dia 11 de março, antes das reuniões das Comissões Temáticas, no horário de 14h às 18h, de
997 Reunião Extraordinária da Comissão de Política, com a participação da Comissão de

998 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda para discussão dos seguintes temas: -
999 Avanços e Desafios em relação aos benefícios e transferência de renda Convidados: SNAS e a SENARC.
1000 Na conclusão do processo de alinhamento do Plano de Ação, com a definição de estratégia de
1001 participação da SNAS trimestralmente, de pautas conjuntas com outras comissões e conselhos
1002 setoriais e de defesa e garantia de direito, a Comissão avaliará a necessidade de realização de
1003 reuniões extraordinárias para atender as operacionalizações previstas no Plano. 5. Outros Informes: O
1004 Coordenador José Crus leu o Ofício Promotoria de Justiça de Minas Gerais - Comissão Permanente da
1005 Infância e da Juventude (COPEIJ/MG), que solicita ao CNAS "a expedição de atos normativos,
1006 contendo diretrizes de planos de atuação, em face do impacto das grandes obras que estão sendo
1007 realizadas, bem como dos eventos esportivos que o Brasil irá sediar-Copa/2014 e Olimpíadas/2016.
1008 Ressalta-se que esse tema está previsto no Plano de Ação da Comissão de Política e que tão logo
1009 tenhamos um encaminhamento, este será informado à Promotoria. 6. Definição de pauta de março:
1010 a) 11 de Março - tarde: Reunião Conjunta da Comissão de Política e Comissão de Acompanhamento
1011 de Benefícios e Transferência de Renda. - Avanços e Desafios em relação aos benefícios e
1012 transferência de renda Convidados: SNAS e a SENARC. 12 de março: Reunião Ordinária da Comissão
1013 de Política: Pauta: Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS): análise da
1014 PNEP/SUAS; - proposta de resolução de aprovação da PNEP/SUAS. Discussão do processo de
1015 reconhecimento das categorias profissionais de nível médio e fundamental do SUAS e a
1016 estratégia/metodologia que será utilizada. Então é a Secretaria Nacional de Assistência Social que vai
1017 estar apresentando esse trabalho." Após o término da leitura o Senhor José Crus respondeu aos
1018 questionamentos e dúvidas colocados pelas senhoras e senhores membros do conselho. **A Senhora**
1019 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS**
1020 solicitou que a Senhora Márcia fizesse o relato da Reunião Conjunta entre a Comissão de Política e a
1021 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. **A Senhora Márcia de**
1022 **Carvalho Rocha, Lar Fabiano Cristo** iniciou o seu relato: "Memória da Reunião Extraordinária,
1023 Reunião Conjunta da Comissão de Política da Assistência Social e Comissão de Acompanhamento de
1024 Benefícios e Transferência de Renda. Reunião 001/2013; data: 18/02/2013; local: auditório da SAGI,
1025 Esplanada dos Ministérios, bloco A, sala 356. Conselheiros presentes: José Crus, Coordenador da
1026 Comissão de Política; Márcia de Carvalho Rocha, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento de
1027 Benefícios e Transferência de Renda; Anderson Lopes Miranda, membro das duas Comissões; Dóris
1028 Margareth de Jesus, da Comissão de Acompanhamento; Edivaldo da Comissão de Política; Jane
1029 Pereira Clemente e Nilsia Lourdes também da Comissão de Política. Ouvintes: Carlos Nambu, Débora
1030 Akerman, Marlene Merisse. Ausências justificadas Léa Lúcia Cecílio Braga; Maria do Socorro
1031 Fernandes Tabosa; Marisa Rodrigues da Silva. Secretaria-Executiva: Maria Auxiliadora Pereira; Ana
1032 Tereza Gomes, Carolina Ribeiro e Maria Antônia Pereira Valente. Definições de ações convergentes
1033 nos Planos de Ação das Comissão de Política e de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
1034 renda. Considerando a função precípua do CNAS como guardião dos direitos socioassistenciais de
1035 forma a assegurar as proteções afiançadas pela Política de Assistência Social as Comissões discutiram
1036 os assuntos convergentes constantes nos seus planos e propôs a priorização das seguintes ações: na
1037 perspectiva de tornar esse direito por público e reclamável a qualquer cidadão que dele necessitar, e

1038 também de subsidiar o processo de conferências com a proposição de manifesto e/ou orientações,
1039 considerando a Busca Ativa como principal estratégia. I) Acompanhar os resultados da implementação
1040 do protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda; II) Acompanhar a
1041 utilização dos recursos do IGDSUAS e IGD Bolsa Família; III) Acompanhar as agendas dos planos do
1042 governo federal, plano Brasil Sem Miséria, ação Brasil Carinhoso e Plano Integrado de Enfrentamento
1043 do Crack e Outras Drogas, Crack É Possível Vencer. Encaminhamentos: as ações elencadas acima
1044 serão pautas de Reunião Conjunta das duas Comissões nos meses de março, abril e maio, a saber: dia
1045 11 de março, à tarde, avanços e desafios com relação aos benefícios e transferência de renda.
1046 Convidados: SNAS e a SENARC. Abril – Em data a ser definida. Avaliação da inclusão das pessoas com
1047 deficiência ao mundo do trabalho na escola e na sociedade, considerando suas necessidades
1048 específicas, BPC, BPC Escola, BPC Trabalho, convidando a SNAS. Dia 06 de maio – balanço do plano
1049 Brasil Sem Miséria, ação Brasil Carinhoso e do plano Viver Sem Limite. Convidados: SESEP, MDS e
1050 SDH, Presidência da República. Recomendar ao MDS, SNAS e SENARC a realização de campanhas
1051 nacionais sobre os benefícios socioassistenciais e a transferência de renda na perspectiva do direito
1052 socioassistencial. A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda fará o
1053 realinhamento do seu Plano de Ação a partir desses encaminhamentos e observar os prescritos na
1054 NOBSUAS aprovada pelo CNAS em dezembro de 2012. José Crus, Coordenador da Comissão de
1055 Política de Assistência Social e Márcia de Carvalho Rocha, Coordenadora da Comissão de
1056 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.” Após a leitura as dúvidas e
1057 questionamentos com relação à reunião foram esclarecidos a todas e todos pelo Senhor José Crus. **A**
1058 **Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência**
1059 **Social/MDS** solicitou que o senhor Ademar fizesse o relato do debate da Reunião da Comissão de
1060 Financiamento, já que o Senhor Volmir não pode estar presente. **O Senhor Ademar de Andrade**
1061 **Bertucci, Representante da Entidade Cáritas Brasileira** iniciou dizendo: “Reunião da Comissão de
1062 Financiamento e Orçamento da Assistência Social, fevereiro de 2013. Reunião 19/02/2013, na sala
1063 422. Conselheiros presentes: Conselheiros (as) Presentes: Ademar Bertucci, Coordenador Adjunto;
1064 Clara Carolina de Sá Dóris; Margareth de Jesus; Fábio Moassab Bruni; José Geraldo França Diniz.
1065 Ausências Justificadas: Volmir Raimondi - Coordenador Marcílio Marquesini Ferrari. Convidados:
1066 Dulcelena Alves Vaz Martins - Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo
1067 Nacional de Assistência Social - FNAS; Daniel Avelino - Diretor Substituto da Coordenação Geral de
1068 Participação Social na Gestão Pública da Secretaria- Geral da Presidência da República-SG. Ouvintes:
1069 Vanessa P. Batista - Confederação Nacional de Municípios. Marina Marinho Azevedo - Conselho
1070 Estadual de Assistência Social de São Paulo. Secretaria Executiva do CNAS: Jamile Calado Mirelle
1071 Dantas Suzany Gonçalves Thalita Eleto. 1. Reunião conjunta com a Comissão de Política. A Comissão
1072 de Financiamento e a Comissão de Política discutiram sobre o reordenamento do serviço de
1073 convivência e fortalecimento de vínculos. O relato da reunião será feito em momento específico, em
1074 separado, nesta 2083 reunião ordinária do CNAS. 2. Informes da Secretaria Executiva/Coordenação de
1075 Financiamento. A Coordenadora de Financiamento, Jamile Calado, fez a leitura dos informes com os
1076 assuntos pertinentes à Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Foram lidos: a)
1077 as respostas encaminhadas ao CNAS referentes às moções da VIII Conferência Nacional, relativas à

1078 orçamento e financiamento da assistência social; b) o ofício encaminhado a este Conselho, a
1079 respeito da Resolução do COMAS do Rio Largo - AL que trata da sistemática de apresentação dos
1080 processos de pagamento com recursos originários do Fundo Municipal de Assistência Social; c) Por
1081 fim, o informe sobre audiência realizada pela Coordenação de Financiamento e o Presidente eleito do
1082 Conselho Municipal de Xambioá/TO, que solicitava orientações a respeito das competências dos
1083 Conselhos Municipais, em especial as relativas à matéria orçamentária e financeira.
1084 Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento sugere à Plenária: • Que a Coordenação de
1085 Financiamento da Secretaria Executiva encaminhe as respostas referentes às moções da VIII
1086 Conferência Nacional, de forma digitalizada, aos Conselheiros da Comissão de Financiamento; •
1087 Inserir no link "boas práticas" no endereço eletrônico do CNAS, a Resolução do COMAS de Rio Largo -
1088 AL, que versa sobre a sistemática de apresentação dos processos de pagamento com recursos
1089 originários do Fundo Municipal de Assistência Social. 2. Relatório final de execução orçamentária e
1090 financeira, exercício 2012. A Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria
1091 Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Dulcelena Alves Vaz Martins apresentou o
1092 Relatório Final de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS, apurado pelo regime de caixa,
1093 referente ao exercício de 2012, conforme quadros abaixo. A Lei nº 12.595/2012 destinou R\$
1094 32.760.698.249,00 (trinta e dois bilhões, setecentos e sessenta milhões, seiscentos e noventa e oito
1095 mil e duzentos e quarenta e nove reais) para as despesas do FNAS. Ao longo do exercício, foram
1096 autorizados créditos adicionais de R\$ 780.918.791,00 (setecentos e oitenta milhões, novecentos e
1097 dezoito mil e setecentos e noventa e um reais), equivalentes a 2,4% da dotação inicial, que resultaram
1098 em dotação orçamentária final de R\$ 33.541.617.040,00 (trinta e três bilhões, quinhentos e quarenta
1099 e um milhões, seiscentos e dezessete mil e quarenta reais), distribuídas conforme os títulos:
1100 Benefícios Assistência e Serviços, programas e projetos. A) Quanto aos Benefícios Assistenciais: O
1101 orçamento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, BPC e da Renda Mensal
1102 Vitalícia - RMV é alocada no MDS a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação. A
1103 operacionalização desses benefícios compete ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. A
1104 execução orçamentária e financeira do BPC e da RMV aqui apresentada corresponde,
1105 respectivamente, às descentralizações de créditos orçamentários e repasses de recursos financeiros
1106 realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Instituto Nacional do Seguro Social. Quanto à
1107 execução orçamentária e financeira das Ações de Cumprimento de Sentenças Judiciais corresponde à
1108 descentralização do crédito orçamentário e repasse de recursos financeiros feitos automaticamente
1109 pela Secretaria de Orçamento Federal ao Tribunal Regional Federal. B) Quanto aos Serviços
1110 Programas e Projetos: Os quadros abaixo demonstram, por ação, o orçamento aprovado e a execução
1111 orçamentária e financeira correspondente às parcelas referentes ao exercício de 2012, transferido aos
1112 Estados, aos Municípios e ao DF, o pagamento de bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de
1113 Trabalho e ainda, o reconhecimento de dívida no montante de R\$ 154.509.546,00 (cento e cinquenta
1114 e quatro milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais), referente à parcela dos
1115 pagamentos não realizados no exercício de 2011 das competências novembro e dezembro, o que
1116 equivale a 6% da dotação aprovada para esse tipo de despesa. Foram apresentados dois quadros, o
1117 primeiro não computando os valores oriundos de emendas, e o segundo considerando o orçamento

1118 total, respectivamente: * Obs: O percentual de execução foi obtido mediante a divisão do valor
1119 executado em relação à dotação regular, não computando os valores oriundos de emendas. O índice
1120 de Gestão Descentralizada do SUAS - IGDSUAS foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei
1121 nº 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto 7.366/2011 e pelas Portarias nº 337/2011 e NE
1122 07/2012. Desta forma, a União passou a apoiar financeiramente o aprimoramento da gestão
1123 reconhecendo e incentivando os esforços dos gestores na condução e implantação do SUAS de forma
1124 qualificada. O IGDSUAS é repassado mensalmente aos Fundos de Assistência Social dos Municípios, do
1125 DF e dos Estados que cumprem os critérios para o recebimento dos recursos. Ressalta-se que a
1126 execução orçamentária do IGDSUAS foi de R\$ 139.282.018,00 (cento e trinta nove milhões, duzentos
1127 e oitenta e dois mil e dezoito reais). Na Ação 2B30, a diferença entre o valor empenhado e o liquidado
1128 se dá pelo fato do empenho ter ocorrido no final de dezembro. A execução financeira dessa ação se
1129 dará ao longo de 2013. O mesmo acontece com a ação 2B31. Do total do orçamento aprovado para o
1130 FNAS foi empenhado o valor de R\$ 2.103.001.691,00 (dois bilhões, cento e três milhões, um mil e
1131 seiscentos e noventa e um reais), que representa um percentual de 82%, sendo R\$ 1.825,184.740,00
1132 (um bilhão, oitocentos e vinte e cinco milhões, cento e oitenta e quatro relativos aos serviços
1133 socioassistenciais. As outras ações: A execução financeira do FNAS foi de R\$ 1.760.555.872,00 (um
1134 bilhão, setecentos e sessenta milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e setenta e
1135 dois reais) concernente aos Serviços Socioassistenciais, e R\$ 192.172.789,00 (cento e noventa e dois
1136 milhões, cento e setenta e dois mil e setecentos e oitenta e nove reais) aos outros programas,
1137 totalizando R\$ 1.952.728.661,00 (um bilhão, novecentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e
1138 vinte e oito mil e seiscentos e sessenta e um reais). Aí vem o quadro quanto às despesas concretas ou
1139 recebidas por meio de provisão e sub-repasse. O FNAS realizou a execução orçamentária e financeira
1140 dos recursos das Ações; 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no
1141 âmbito do SUAS, 6877 - Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento
1142 Social e Combate à Fome para repasse do Programa CAPACITASUAS e 20GG -Fomento, Capacitação
1143 Ocupacional e Assistência Técnica e Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores, para
1144 repasse da primeira parcela do financiamento do ACESSUAS trabalho e 8446 - para repasse dos
1145 Serviços de Apoio à Gestão Descentralizada ao Programa Bolsa Família. O Orçamento das Ações acima
1146 descritas foi descentralizado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento -SPO e pela Secretaria
1147 Nacional de Renda e Cidadania - SENARC em favor do FNAS. Dos recursos descentralizados, no valor
1148 de R\$ 609.241.494,00 (seiscentos e nove milhões, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e
1149 noventa e quatro reais), foram executados R\$ 531.218.157 (quinhentos e trinta e um milhões,
1150 duzentos e dezoito mil e cento e cinquenta e sete reais), o que corresponde a um índice de execução
1151 de 87%. D) Quanto aos Restos a Pagar: As tabelas abaixo demonstram os saldos de restos a pagar
1152 (RAP) inscritos, cancelados, pagos e a pagar. Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento sugere
1153 à Plenária: • Solicitar ao FNAS a alteração do quadro do orçamento autorizado, com a inserção de
1154 coluna "valor alterado" (suplementação ou cancelamento). Após o recebimento da Nota Explicativa
1155 ajustada, encaminhar para a Comissão de Financiamento; • Solicitar ao FNAS listagem dos
1156 municípios que estão em cláusulas suspensivas, com os motivos das pendências; • Solicitar ao FNAS a
1157 listagem dos municípios com práticas exitosas (empenhados a partir de 2009); • Solicitar ao DGSUAS,

1158 quando disponível, o conteúdo do Programa Nacional de Capacitação sobre gestão orçamentária e
1159 financeira; • Aprovar o Relatório Final de execução orçamentária e financeira, exercício 2012,
1160 apresentado pelo FNAS (Resolução, anexa). 3. Revisão/atualização do Manual Orientador aos
1161 Conselhos de Assistência Social sobre matéria orçamentária e financeira. Em decorrência do fluxo de
1162 trabalho oriundo do final do exercício financeiro de 2012 e da NOB/SUAS 2012, aprovada em
1163 dezembro passado, e tendo em vista a excelência do documento a ser revisado conjuntamente entre
1164 o CNAS e o FNAS, a Comissão discutirá o assunto em abril. Encaminhamentos: A Comissão de
1165 Financiamento sugere à Plenária: • Pautar o assunto para a reunião de abril; • Encaminhar aos
1166 Conselheiros da Comissão de Financiamento o Manual Orientador aos Conselhos de Assistência
1167 Social. 4. Demanda do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina. Foram lidos o ofício
1168 nº 02/2013/CEAS/SC, que informa que o CEAS/SC analisou e reprovou a proposta orçamentária da
1169 Assistência Social apresentada pelo Gestor Estadual para o exercício 2013; dois pareceres (um datado
1170 de 24 de setembro e outro de 26 de outubro) da Comissão de Financiamento e Orçamento do
1171 CEAS/SC e por final a Resolução CEAS/SC nº 29, de 13 de novembro de 2012. Os referidos
1172 documentos foram encaminhados tanto ao CNAS quanto ao FNAS. A Comissão ao discutir o assunto,
1173 balizou suas considerações no cenário político do Estado de Santa Catarina, nas diretrizes do Sistema
1174 Único de Assistência Social - SUAS e nas competências dos Conselhos de Assistência Social. A
1175 Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria Executiva do Fundo Nacional
1176 de Assistência Social - FNAS, Dulcelena Alves Vaz Martins, relatou a visita técnica feita ao Estado de
1177 Santa Catarina, quando do Plano de Providências solicitado pela SNAS/MDS. Em face do discutido na
1178 Comissão e com vistas a subsidiar o debate, no que tange aos aspectos legais, foi indicada a
1179 manifestação da Consultoria Jurídica do MDS. Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento
1180 sugere à Plenária: • Consultar a CONJUR/MDS sobre o tema, considerando os planos de
1181 providências pactuados na CIT (encaminhar em anexo os documentos recebidos do CEAS/SC); •
1182 Solicitar os planos de providências ao DGSUAS; • Com o parecer da CONJUR/MDS, pautar na
1183 reunião de março da Comissão de Financiamento; • Orientar os Conselhos de Assistência Social que
1184 estabeleçam prazos para apresentação dos parâmetros da proposta orçamentária e a proposta
1185 orçamentária, nos moldes das Resoluções do CNAS; • Informar ao CEAS/SC que o assunto está
1186 sendo discutido na Comissão de Financiamento. 5. Definição da pauta de março de 2013. • Relatório
1187 final de execução da Ação 8249 - Funcionamento dos Conselhos (exercício 2012); • Agendas
1188 Transversais do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015; • Demanda do CEAS/SC; 6. Agendas. Transversais
1189 do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O Diretor Substituto da Coordenação Geral de Participação
1190 Social na Gestão Pública da Secretaria- Geral da Presidência da República, Daniel Avelino, apresentou
1191 a proposta das Agendas Transversais do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (deliberação do III Fórum
1192 Interconselhos), ressaltou a importância da discussão e análise do assunto e solicitou manifestação
1193 deste CNAS até dia 20 de março. As Agendas Transversais serão o principal instrumento orientador do
1194 monitoramento do PPA a ser realizado periodicamente pelo Fórum Interconselhos. Com ênfase nas
1195 políticas transversais e envolvendo várias áreas governamentais. As agendas listam Programas,
1196 Objetivos e Metas do PPA relacionadas com temas transversais. Elas possibilitam a identificação mais
1197 precisa dessas políticas transversais no PPA e fornecem um quadro orientador para monitoramento.

1198 Encaminhamento: A Comissão de Financiamento sugere à Plenária: • Que a Comissão de
1199 Financiamento estude a proposta das Agendas Transversais do Plano Plurianual e pautar o assunto na
1200 próxima reunião em 12 de março, elaborando as contribuições a serem enviadas a Secretaria Geral da
1201 Presidência da República até o dia 20 de março. 7. Composição ao GT de acompanhamento e
1202 monitoramento das Deliberações das Conferências. Ademar de Andrade Bertucci. Coordenador
1203 Adjunto da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Foram indicados a
1204 Conselheira Clara Carolina de Sá e o Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci para compor o referido
1205 GT. Segue a Resolução. Proposta de Resolução: A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social
1206 (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 18 a 21 de fevereiro de 2013, no uso da competência
1207 que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.58.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei
1208 Orgânica da Assistência Social (LOAS) resolve: Art. 12 - Aprovar o Relatório Final da Execução
1209 Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício 2012,
1210 apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria
1211 Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
1212 (MDS), planilha anexa. Art. 22 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.” **A Senhora**
1213 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social/MDS** dando
1214 continuidade solicitou que o Senhor Edivaldo fizesse o relato dos debates da Comissão de
1215 Financiamento e Orçamento. **O Senhor Edivaldo da Silva Ramos, ABDEV** iniciou dizendo: “Quero
1216 propor que esse primeiro encaminhamento, como ele se refere às moções inerentes ao assunto
1217 financiamento, e como o tema da Conferência é o financiamento e a gestão, entendo eu que esse é
1218 um assunto de interesse de todos os Conselheiros, óbvio que é talvez em função de ser mais do
1219 âmbito de atuação é talvez de interesse maior da Comissão de Financiamento, mas em decorrência da
1220 matéria em curso proposto para o ano de 2013 acredito que seja do conhecimento, do interesse de
1221 todos. Então eu gostaria de propor que fosse encaminhado a todos os Conselheiros.” **A Senhora**
1222 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social/MDS**
1223 solicitou que fosse feita a votação dos itens apresentados pela Comissão de Financiamento e da
1224 Resolução nº 21 apresentada pela Comissão de Financiamento e que a Resolução de 21 de fevereiro
1225 era a seguinte: “A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em Reunião Ordinária
1226 realizada nos dias 18 a 21 de fevereiro de 2013, no uso da competência que lhe confere nos incisos
1227 VIII e IX do Artigo 18 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social –
1228 LOAS resolve: Artigo 1º - Aprovar o relatório final da execução orçamentária e financeira do Fundo
1229 Nacional de Assistência Social, FNAS, exercício 2012, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo
1230 Nacional de Assistência Social, do FNAS, da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, do
1231 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, planilha anexa. Artigo 2º - Essa
1232 Resolução entra em vigor na data da sua publicação.” Terminada a leitura da Resolução a Senhora
1233 Maria das Mercês fez a votação da Resolução nº 21 e a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando
1234 continuidade a Senhora Luziele colocou para aprovação os itens restantes da pauta e todos foram
1235 aprovados. Em seguida solicitou que todos cantassem parabéns para o Senhor Fábio, solicitou que
1236 todos estivessem presentes no dia seguinte às 9h e de por encerrada a reunião.
1237

1238 **Ata do dia 21 de fevereiro de 2013**

1239

1240 **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência**
1241 **Social/MDS** deu início ao segundo dia de reunião falando sobre a Marcha das Margaridas, falou sobre
1242 o estado de saúde da Senhora Dóris que havia sido socorrida pela Senhora Randriene, mas estava
1243 passando bem. **A Senhrrora Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de Mulheres, UBM** informou
1244 que estava passando bem, que o que havia ocorrido era um problema renal, que estava controlado
1245 com a medicação receitada, agradeceu o carinho de todos e também a Senhora Randriene por tê-la
1246 acompanhado ao hospital, a Senhora das Mercês e a Senhora Vice-Presidenta pela visita no hotel. **A**
1247 **Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência**
1248 **Social/MDS** agradeceu a atenção dada a Senhora Dóris. Cumprimentou o Senhor Fábio pelos seus 30
1249 anos. **A Senhrrora Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de Mulheres, UBM** manifestou-se
1250 dizendo que estava muito feliz, empolgada e orgulhosa por ser a mais nova caloura do Serviço Social,
1251 pois havia passado na prova do ENEM e havia conseguido uma bolsa pelo ProUni para cursar o curso
1252 de Serviço Social. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de**
1253 **Assistência Social/MDS** informou que um dos itens de pauta que, inclusive, havia sido decidido no dia
1254 anterior seria o Relatório de Pesquisas dos Conselhos Nacionais, Perfis e Atuação dos Conselheiros.
1255 Disse que a reunião estava começando com um certo atraso e que iria começar pelo relato da
1256 Presidência Ampliada, mas antes cumprimentou a todas e a todos e solicitou que a Senhora Maria das
1257 Mercês fizesse a confirmação do quórum. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do**
1258 **Conselho Nacional de Assistência Social/MDS** cumprimentou a todas e todos e passou a verificação
1259 de quórum informando que os presentes eram: Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele
1260 Maria de Souza Tapajós; Conselheira Clara Carolina de Sá; Conselheiro José Geraldo França Diniz;
1261 Conselheiro José Ferreira da Crus; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana;
1262 Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora Gomes
1263 Gonzáles; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheira Margareth Alves
1264 Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheira Eloiana Cambraia Soares. Conselheiros
1265 na Suplência: Conselheira Maria Cristina Lobo; Conselheiro Fábio Bruni; Conselheira Dóris Margareth
1266 de Jesus; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Carlos
1267 Rogério de Carvalho Nunes; Conselheiro Tiago Pereira Cabral, Conselheiro Charles Roberto Pranke. **A**
1268 **Senhora Maria das Mercês, Secretária-Executiva do CNAS, Ministério do Desenvolvimento Social e**
1269 **Combate à Fome, MDS** agradeceu a Senhora Maria pela verificação do quórum. Informou que o seu
1270 mais novo apaixonante filósofo costuma dizer: “O que fizemos com a nossa chance?” E que no caso
1271 teriam, então, a chance de renovar os propósitos democráticos na perspectiva de fazer funcionar o
1272 controle social que dá rumos, corrige rumos da Política Nacional de Assistência Social. Informou que
1273 infelizmente a Vice-Presidenta não poderia estar presente na reunião porque iria estar
1274 representando o conselho na posse do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o
1275 CONAD. Em seguida passou a ler o relato da Reunião da Presidência Ampliada ocorrida nos dias 19 e
1276 20 de fevereiro: “Conselheiros integrantes da Presidência Ampliada: Luziele Tapajós - Presidenta do
1277 Conselho Nacional de Assistência Social; Leila Pizzato - Vice -presidenta do Conselho Nacional de

1278 Assistência Social; José Ferreira da Crus - Coordenador da Comissão de Política da Assistência Social;
1279 Ademar de Andrade Bertucci - Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento e Orçamento da
1280 Assistência Social; Margareth Alves Dallaruvera - Coordenadora da Comissão de Acompanhamento
1281 aos Conselhos Volmir Raimondi Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da
1282 Assistência Social (presente no dia 20/2). Ausência Justificada: Marisa Rodrigues - Coordenadora da
1283 Comissão de Normas da Assistência Social, que se encontrava ontem representando o CNAS no
1284 encontro do CONGEMAS da região Sul, em Foz do Iguaçu. Da Secretaria Executiva: Maria das Mercês
1285 Avelino de Carvalho - Secretária Executiva do CNAS; Silvani Souza - Apoio da Secretária Executiva do
1286 CNAS; Thais Pereira Braga - Apoio da Secretária Executiva do CNAS. Vamos entrar na pauta. Primeiro
1287 foram alguns informes, para além de informes, algumas situações relacionadas ao que nós chamamos
1288 de CNS administrativo, que é uma fórmula nova que a gente está colocando na nossa reunião de
1289 Presidência Ampliada, que é justamente também tratar das questões administrativas para o
1290 conhecimento de todos os Conselheiros. Então 1. CNAS administrativo: Reforma CNAS. A Presidente
1291 informou sobre o andamento da reforma na sede do Conselho Nacional de Assistência Social, Bloco F,
1292 1º andar. Eu gostaria que passasse aqui, se pudesse agora, as fotos de como o Conselho já está
1293 ficando, a partir daquela nossa aprovação de *layout*, aprovação de algumas outras questões. Então
1294 essa vai ser agora o *layout* do CNAS, ou seja, vidros e divisórias, nós vamos sair daquele sarcófago
1295 institucional a qual não estávamos submetidos, que era aquela coisa de ninguém se ver, ao contrário,
1296 agora nós vamos ter essa interação, inclusive visual, muito interessante. Aqui é a entrada da sala da
1297 Presidência, que cuja área que era uma área sem utilização organizacional, vai ser a sala das
1298 Secretárias da Presidência e da Secretaria-Executiva. Aqui é uma visão geral de como está o Conselho
1299 agora, já higienizado, e na segunda-feira chegam os móveis, todos novos, a partir de um *layout* que
1300 nós também aprovamos juntos ali quando aprovamos o *layout* integral. Aqui é a entrada do CNAS,
1301 quando os senhores saem do elevador ou sobem as escadas, lembram que só viam as paredes, agora
1302 vão ver as pessoas recebendo aí todos os senhores e ali nós estamos com cada coordenação, cada
1303 setor deixou o que é mais importante. Essa situação nos deu a possibilidade de fazer um bom
1304 trabalho de descarte, um bom trabalho de separação que é arquivo, que desce para arquivo, etc.,
1305 arquivo funcional, administrativo do CNAS. Isso aqui é a vista ao contrário, e aqui é aquela sala de
1306 arquivo, que muitos dos senhores conhecem, onde tivemos aquelas caixas amarelas com o arquivo do
1307 subsolo somam 84 mil processos que vêm aí desde 56 etc. Então essas são as caixas que nós tiramos
1308 lá de dentro, nós higienizamos aquele lugar e essas caixas, elas vão ser, esses arquivos, elas vão ser
1309 agora colocados em armários deslizantes, que otimizam 100% do espaço. Esse conjunto de arquivos,
1310 ele agora desce para uma nova sala no subsolo higienizada, já no armário deslizante, projetando aí
1311 um trabalho de médio prazo, para que a gente também conclua um trabalho de higienização e em
1312 arquivos deslizantes na sala que nós temos embaixo no subsolo. Então volta um pouquinho, Silvani.
1313 Nós vamos aproveitar essa sala toda como plus da nossa, no nosso espaço físico. Isso aqui é como
1314 estar hoje a nossa reunião Plenária, é a sala 108, vocês nunca imaginaram ver essa 108 assim, não é?
1315 Então como dia 25 nós começamos a receber e a montar os móveis, nós até o final da semana que
1316 vem essas caixas já estarão organizadas se tudo correr como o previsto no subsolo numa nova sala, já
1317 com toda a higienização e com toda, com o cuidado administrativo que a Secretaria-Executiva tem

1318 tido nesse sentido. Eu achei melhor mostrar para os senhores, eu sei que todos os senhores
1319 receberam, mas acho que comentando fica alguma coisa melhor, está bom? Passagens: A Presidência
1320 convidará a Coordenação - Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos
1321 - CGRH/SAA/SE/MDS para discutir as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e
1322 controle das diárias e passagens, decorrentes de viagens realizadas no interesse da administração
1323 pública federal, em face da perspectiva de nova portaria sobre o assunto. Nós temos a notícia que
1324 essa Portaria está sendo remontada, refeita e nós queremos de pronto já saber quais são as
1325 inovações, as mudanças para que a gente possa de pronto também já sermos treinados pelos técnicos
1326 de forma a não incorrer, nós, nem nós, nem os senhores e nenhum tipo de erro diante das novas
1327 normas. Em seguida informou que o Senhor José Geraldo gostaria de dar um informe com relação ao
1328 assunto. **O Senhor José Geraldo França Diniz, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
1329 informou que: “Na realidade, esse assunto está a cargo da Secretaria-Executiva do Ministério do
1330 Planejamento com a colaboração da Secretaria de Orçamento Federal. A gente está num embate,
1331 porque a Secretaria-Executiva quer que o limite seja por empenhado no ano passado com um corte, e
1332 a nossa defesa é que seja um limite dado o ano passado, com uma correção, então tem um embate
1333 aí.” **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência**
1334 **Social, MDS** agradeceu pela informação e solicitou que o Senhor José Geraldo levasse como opinião
1335 do conselho de que o que se queria era a correção e não o corte. E que o conselho iria convidá-los
1336 para que informassem ao conselho tudo o que estava acontecendo. Em seguida deu continuidade ao
1337 relato da Presidência Ampliada: “1.3) Consultores. A Secretaria Executiva do CNAS informou à
1338 Presidência Ampliada que os produtos das consultoras contratadas em 2012 já estão prontos. São
1339 eles: Produto 1: Revisão, avaliação e complementação da Cartilha 1 "Orientação acerca dos Conselhos
1340 e do controle social da política pública de assistência social" e da Cartilha 2 "Implicações do SUAS e da
1341 Gestão descentralizada na atuação dos Conselhos de Assistência social" e elaboração da Cartilha 3,
1342 que tratará do controle social dos Conselhos à inscrição das entidades de assistência social; Produto
1343 2: Elaboração de Manual de Planejamento do Controle Social do Sistema Único de Assistência Social -
1344 SUAS sobre o planejamento da execução das competências dos conselhos da assistência; Produto 3:
1345 Levantamento e organização do conjunto normativo que está diretamente relacionado às atividades
1346 do CNAS (Resoluções, ações em tramitação na justiça federam relativas a assistência social). De
1347 acordo com os encaminhamentos da reunião da Presidência Ampliada de novembro de 2012, os
1348 produtos foram aprovados pela Secretaria Executiva do CNAS e pelos departamentos do MDS
1349 responsáveis, e estão em fase de revisão pelas consultoras para atualização, em virtude da Norma
1350 Operacional Básica - NOB/SUAS aprovada em dezembro de 2012. O CNAS avaliará os produtos tendo
1351 em vista a possibilidade de publicação e publicização.” Nesse sentido eu já quero colocar aos
1352 senhores que os produtos serão levados evidentemente às Comissões etc., porque o conteúdo está
1353 sendo revisto à luz da nova NOB, então não é um conteúdo de valoração feito pelo Consultor e sim a
1354 partir das normativas, que vai passar por todo o Conselho, até para que a gente veja que esse produto
1355 vai para uma publicação, aquele produto vai para um outro tipo de orientação, ou um produto pode
1356 ter um tipo de tratamento melhor, mais apropriado para a linguagem do usuário, para a linguagem do
1357 trabalhador, para a linguagem das entidades etc., fazer alguma coisa nesse sentido. “Estão em

1358 andamento três processos de consultoria relacionados ao apoio técnico da Secretaria executiva do
1359 CNAS, no campo da gestão da informação, comunicação e da IX Conferência Nacional.” São três
1360 Consultores, três consultorias muito ligadas à questão técnica, administrativa, operacional mesmo da
1361 Secretaria-Executiva. 2) Encontros Regionais do CONGEMAS em 2013 e Reuniões Ordinárias do CNAS.
1362 Região Sul - 19 e 20 de fevereiro - Foz do Iguaçu/PR (Representante do CNAS: conselheira Marisa
1363 Rodrigues e Oficina "Controle Social e Gestão" realizada pelo Ex-conselheiro Prof. Edval Bernardino
1364 Campos à convite do CNAS.); Região Centro Oeste - 03 e 04 de abril - Rio Verde/GO (Representante do
1365 CNAS: Presidenta Luziele Tapajós); Região Sudeste - 12 e 13 de março - Belo Horizonte/MG
1366 (Representante do CNAS: Presidenta Luziele Tapajós).” Aqui nós temos uma situação a ver, porque é o
1367 nosso pleno, mas a gente na sequência da leitura vai dar uma tratativa a isso. “Região Norte - 19 e 20
1368 de março - Belém/PA (Representante do CNAS: Presidenta Luziele Tapajós e Vice-presidenta Leila
1369 Pizzato). 3) Reuniões regionalizadas do CNAS com os CEAS e CAS/DF. As reuniões objetivam discutir
1370 junto aos Conselhos Estaduais e CAS/DF questões afetas ao controle social do SUAS, atendendo às
1371 especificidades das cinco regiões do país, com base nos resultados do Censo Suas e deliberações de
1372 conferências.” Essa aqui é um dos itens do nosso plano de ação, do plano de ação específico da
1373 Comissão de Conselhos. “Encaminhamentos: 3.1 - Consulta aos CEAS e CAS/DF sobre o interesse em
1374 sediar as reuniões regionalizadas do CNAS:
1375 Enviado Ofício- Circular aos CEAS e CAS/DF para consultá-los sobre a possibilidade de sediar os
1376 encontros nas cinco regiões e em resposta recebemos manifestações dos CEAS São Paulo, Mato
1377 Grosso do Sul e Acre: Região Sul: CEAS/SP manifestou interesse em sediar a reunião das regiões sul e
1378 sudeste com proposta para os dias 25 e 26 de março de 2013;” Lembrando que a decisão de unir as
1379 duas regiões foi feita no pleno lá no nosso último pleno de dezembro. “Região Centro-Oeste:
1380 CEAS/MS informou disponibilidade de realizar o encontro da região centro-oeste naquele Estado no
1381 mês de maio; Região Norte: CEAS/AC manifestou interesse em sediar a reunião da região norte em
1382 abril. Região Nordeste: Encontro previsto para ser realizado em junho. Não houve manifestação de
1383 nenhum CEAS até o momento.” Alguns CEASs já fizeram algumas ligações para nós, mas ainda estão,
1384 enfim, fazendo algumas considerações relacionadas ao evento. Esses são os encaminhamentos. “3.2)
1385 Articulação com a SNAS para custeio das despesas quanto à passagens e diárias para dois
1386 representantes dos conselhos estaduais de assistência social participaram das reuniões regionais com
1387 o CNAS. 3.3) Participação dos conselhos municipais de capital, na qualidade de convidados, para
1388 acompanharem as referidas reuniões, ampliando a participação nas mesmas. 3.4) Reunião com
1389 FONSEAS: A Presidente do CNAS agendou reunião com a Presidente do Fórum Nacional dos
1390 Secretários de Estado da Assistência Social para informar sobre a agenda de reuniões do CNAS com os
1391 CEAS e CAS/DF(Encontros regionais e reuniões trimestrais do CNAS) de forma a articular para os
1392 referidos encontros.” Essa reunião já está agenda com a Presidenta Cida Ramos. “3.5) Como proposta,
1393 mas isso a gente vai discutir também quando escutarmos aí a reunião de Conselhos, de
1394 acompanhamento aos Conselhos, a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Pautas gerais:
1395 Orientações para mobilização e orientações para criação das comissões de acompanhamento aos
1396 CMAS pelos CEAS; resultado do CENSO SUAS/Conselhos e ações a serem desenvolvidas pelos CEAS;
1397 pauta específica dos conselhos das regiões; Planejamento das ações dos CEAS e CAS/DF e

1398 informações sobre as conferências de assistência social. 4.” Quero só chamar a atenção dos senhores,
1399 que todas essas pautas, elas vão absolutamente baseadas em dados da própria região, então o CNAS
1400 não vai fazer palestra, não é mesa etc., isso vai ser uma reunião de trabalho que foi aprovada por esse
1401 Plenário de forma bastante específica mesmo. 4) Agenda de Reuniões Trimestrais do CNAS com CEAS
1402 e CAS/DF. Sugestão que a reunião ocorra no dia 19 de abril de 2013 com os CEAS e CAS/DF em
1403 Brasília/DF.” A nossa primeira reunião foi no segundo semestre de 2012, em agosto de 2012 e foi uma
1404 reunião onde ficou absolutamente comprovada o êxito dessa ação e dessa, enfim, dessa deliberação
1405 desse Conselho Nacional. 5 - Solicitações de pesquisa: 5.1) Pesquisa do IPEA sobre o processo de
1406 transformação dos resultados de conferências nacionais em elementos de uma política nacional: A
1407 assistente de pesquisa da Diretoria de Estudos sobre o Estado, as Instituições e a Democracia -DIEST
1408 do (PEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Paula Pompeu Fiúza Lima, enviou e-mail
1409 informando que está em fase de desenvolvimento uma pesquisa sobre as experiências de
1410 monitoramento de resultados de conferências nacionais e solicita entrevista/audiência representante
1411 do CNAS que já participou de alguma experiência de monitoramento das Conferências Nacionais de
1412 Assistência Social. A pesquisadora informou que teve contato com o relatório produzido pelo CNAS
1413 sobre a análise da incorporação das deliberações das Conferências de Assistência Social pelo Conselho
1414 Nacional em suas resoluções, por isso, tem interesse particular de entender como se dá esse processo
1415 de transformação dos resultados de conferências nacionais em elementos de uma política nacional.
1416 Encaminhamento: A Presidência Ampliada aprova a realização da pesquisa e sugere colocar este CNAS
1417 à disposição para a entrevista da pesquisadora. 5.2) Equipe da Participação em foco - portal de
1418 divulgação pelo IPEA - solicita lista de e-mails dos *conselheiros* do CNAS para enviar newsletter sobre
1419 as pesquisas e publicações do IPEA: A partir que dezembro, a equipe Participação em Foco
1420 (www.ipea.gov.br/participacao) irá divulgar Newsletters para os Conselhos e demais interfaces
1421 socioestatais com as atualizações do site, assim como das pesquisas e publicações do IPEA sobre o
1422 tema. Foram publicados recentemente os resultados da pesquisa do IPEA Conselhos Nacionais na
1423 Visão dos Conselheiros <http://www.ipea.gov.br/participacao/estudos-do-ipea/conselhosnacionais> Em
1424 breve estará disponível o Relatório Final que cruza dados de todos os conselhos estudados na
1425 pesquisa e o IPEA pretende divulgá-lo para os Conselheiros. Para tanto, precisam atualizar a lista de e-
1426 mails. Encaminhamento: Aprovada a divulgação dos e-mails dos conselheiros do CNAS. A Presidência
1427 Ampliada sugere ofertar os endereços eletrônicos dos CEAS também para divulgação das publicações
1428 e recomendar que a pesquisa seja divulgada em arquivo ".Doc" para tornar-se acessível para pessoas
1429 com deficiência visual.” Isso foi uma demanda muito bem colocada pelo Conselheiro Volmir. “6 -
1430 Carta do Grupo Nacional dos Pedagogos sobre Serviço de Atendimento em Proteção Socioassistencial
1431 Especial de Média Complexidade ao Adolescente em Conflito com a lei no cumprimento de medida
1432 socioeducativa exclusivamente no CREAS. Reflexão de representante do Grupo Nacional dos
1433 Pedagogos enviada ao CONANDA, MDS e CNAS sobre o Serviço de Atendimento em Proteção
1434 Socioassistencial Especial de Média Complexidade ao Adolescente em Conflito com a Lei, no
1435 cumprimento de medida socioeducativa, da qual retiramos alguns trechos: *"Esta ação que estimula,
1436 motiva ou direciona os CRAS/CREAS como locus de atividades rotineiras e cotidiana/s tem como
1437 consequência real, na prática, tornar esse espaço um grande equipamento de mera oferta de*

1438 *atividades com muito prejuízo ao aspecto que entendemos mais fundamental dos mesmos: a gestão e*
1439 *a vigilância socioassistencial na perspectiva da territorialização e da matricialidade familiar. Não*
1440 *entendemos que os CRAS/CREAS não devam ter atividades, mas que ali o privilégio precisa ser de*
1441 *atividades de busca ativa, recepção, acolhimento, escuta, atendimento psicossocial referencial e*
1442 *interlocução com a rede mantendo-se como órgão referenciador, territorializado, organizador, do*
1443 *atendimento operacional e até o ofertando complementarmente, quando possível. Atividades*
1444 *operativas não podem ser a essência dos CRAS/CREAS, mas sim vigilância socioassistencial do*
1445 *território, referenciamento dos grupos familiares que os compõe quanto a seu acesso aos serviços,*
1446 *programas, projetos e benefícios disponibilizados na REDE. Encaminhamento: Proposta de enviar a*
1447 *demanda ao Departamento de Gestão do SUAS -DGSUAS/SNAS solicitando manifestação sobre o*
1448 *assunto e resposta ao interessado; enviar o documento para conhecimento dos conselheiros. 7.*
1449 *Informes: 7.1) Curso de Formação de Conselheiros A Secretaria Geral da Presidência da República e a*
1450 *Universidade Federal de Minas Gerais informam que as inscrições para a edição 2013 do Curso de*
1451 *Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais estão abertas de 04 a 20*
1452 *de fevereiro de 2013. São oferecidas 150 vagas, que deverão ser ocupadas prioritariamente por*
1453 *membros de conselhos de políticas públicas em nível federal, técnicos e gestores do governo federal*
1454 *envolvidos com políticas participativas e membros das organizações da sociedade civil de âmbito*
1455 *nacional. Para mais informações, os interessados devem acessar a página:*
1456 www.ufmg.br/conselheirosnacionais. *Notícia enviada aos conselheiros do CNAS no dia 07/02/2013.*
1457 *Encaminhamento: Recomendar a utilização de plataforma digital, visando à acessibilidade. 7.2) O*
1458 *Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça divulga o XIV Concurso*
1459 *Nacional de Monografia daquele Conselho com o tema "Projeto de Arquitetura Penal" com inscrições*
1460 *até dia 28/02/2013. Enviou também material gráfico de divulgação em mural. 7.3) Exposição*
1461 *fotográfica "Memórias e participação social das mulheres brasileiras na construção de políticas*
1462 *públicas de saúde". A Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde informa que será*
1463 *realizado, no período de 18 a 20 de março de 2013, um Seminário Nacional para atualizar, acolher e*
1464 *inserir necessidades e demandas de saúde das mulheres que estejam na pauta atual das*
1465 *coordenações estaduais e municipais de saúde da mulher, dos organismos de políticas para mulheres,*
1466 *movimentos sociais, movimentos de mulheres e feministas, entidades científicas e acadêmicas, além*
1467 *de adequar/atualizar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) às novas*
1468 *orientações e normativas do Sistema único de Saúde (SUS). A intenção é a de que esse seminário*
1469 *nacional marque uma série de atividades em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (08 de*
1470 *março). Entre as ações propostas, considera-se a realização de uma exposição fotográfica, no espaço*
1471 *do túnel do anexo, intitulada "Memórias e participação social das mulheres brasileiras na construção*
1472 *de políticas públicas de saúde". Aquela assessoria solicita contribuições do CNAS no sentido de enviar*
1473 *cópias de documentos e fotografias que possam servir de referência e subsidiar a montagem dessa*
1474 *exposição fotográfica. Comunica, ainda, que as contribuições serão recebidas até o dia 19 de*
1475 *fevereiro de 2013 por meio dos seguintes e-mails: luciana.fonseca@saude.gov.br e*
1476 anizio.silva@saude.gov.br." *A gente vai ter uma conversa com a saúde, que esse prazo é um prazo*
1477 *que ainda pode ser pensado. "Encaminhamento: Solicitar aos conselheiros do CNAS documentos e*

1478 fotografias que possam ajudar a construir o cenário do evento. Verificar, ainda, se o MDS/SAGI tem,
1479 em seu banco de imagens autorizadas, fotografias que subsidiem a exposição.” Depois claro a
1480 Conselheira Dóris vem representando, já está convocada para representar esse CNAS no evento. 7.4)
1481 O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE convidou o CNAS para a
1482 solenidade de Posse dos Conselheiros do CONADE para a Gestão 2013/2015, no dia 21 de fevereiro de
1483 2013 às 10h no Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, auditório do 8º andar, na
1484 cidade de Brasília/DF. Encaminhamento: A Vice-Presidente Leila Pizzato representará o CNAS na
1485 solenidade.” Nós decidimos isso devido à importância na nossa interação e do nosso desejo colocado
1486 no plano de ação de maior interação interconselhos, não é isso? 8. Solicitação de apoio enviado pelo
1487 CONANDA referente ao caso de estupro de duas adolescentes por integrantes de uma banda no
1488 município de Ruy Barbosa/BA. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente enviou
1489 ao CNAS cópia do Ofício nº 27/2013 e Nota Pública do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
1490 Adolescente da Bahia que relatam o caso de estupro no município de Ruy Barbosa/BA por integrantes
1491 da Banda New Rit. O CONANDA solicita apoio do CNAS, dentro de suas atribuições e competências, a
1492 fim de auxiliar no ocorrido. Encaminhamentos: Propôs-se elaborar uma manifestação de desagravo e
1493 repúdio ao ocorrido e informar que a rede socioassistencial está à disposição para atender as
1494 adolescentes e suas famílias. A Presidente do CNAS também marcará reunião com a Presidente do
1495 CONANDA para tratar desse assunto, assim como de outros temas transversais aos dois Conselhos.
1496 Encaminhar o manifesto do CNAS à SNAS.” Também nós tivemos aqui, salvo melhor juízo, mas a gente
1497 pode discutir nos encaminhamentos, o contato com o Conselho Estadual da Bahia, para que, para
1498 fazer coro junto conosco a esse repúdio. “9. Grupo de discussão da Lei de Diretrizes
1499 Orçamentárias - LDO. A Secretaria Geral da Presidência da República e o Ministério do Planejamento,
1500 Orçamento e Gestão iniciam neste mês de fevereiro diálogos com a sociedade civil acerca da
1501 promoção da participação social na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014. O
1502 prazo para envio do projeto de lei ao Congresso Nacional se encerra em 15 de abril de 2013. Essas
1503 ações não substituem ou se sobrepõem a quaisquer outras estratégias de discussão da LDO que já
1504 venham sendo realizadas pelos Ministérios e Conselhos. Para isso, solicita deste Conselho, caso haja
1505 interesse em integrar mais esse canal, a indicação de nomes dê conselheiros que tenham
1506 disponibilidade de acompanhar esses debates via internet. É possível indicar qualquer número de
1507 conselheiros, mas recomenda-se que sejam representantes da sociedade civil, com experiência na
1508 área de planejamento e orçamento públicos e que assumam o compromisso de socializar os debates
1509 com os demais conselheiros. As indicações devem ser feitas até o dia 21 de fevereiro, constando o
1510 nome e e-mail dos interessados por mensagem eletrônica para o endereço
1511 articipac:aosocialsg@presidencia.gov.br. Encaminhamento: A Presidência Ampliada indicou os
1512 conselheiros integrantes da comissão de financiamento: Ademar Bertucci e Dóris Margareth e
1513 submete à plenária outras indicações. 10 – Convites: 10.1 O Fórum Nacional dos Trabalhadores do
1514 SUAS - FNTSUAS convidou a Presidente do CNAS participar da abertura do Seminário "Cenários e
1515 Perspectivas da Terapia Ocupacional no SUAS", no dia 01 de março próximo em Porto Alegre/RS para
1516 abordar o tema "O papel do Conselho Nacional de Assistência Social no controle social e Conferências
1517 2013". Encaminhamento: Aprovada a indicação e a presença da Presidente Luziele Tapajós.” Tendo

1518 em vista que a data coincide com o Encontro Regionalizado do CNAS, região Sudeste e Sul, que será
1519 realizado em São Paulo, propôs verificar com o Conselheiro Wagner e com os Conselheiros de São
1520 Paulo sobre a possibilidade de alteração de data ou de possibilidade, eu diria, de algum outro tipo de
1521 mexida de data para a minha presença poder ser possível nesse Fórum, que tem sido muito comum
1522 trazido pelos municípios a esse CNAS. 10.2) A Federação Catarinense de Municípios - FECAM para a
1523 Presidente do CNAS participar da "Oficina "Estadual para os Novos Gestores Municipais de Assistência
1524 Social" nos dias 25 e 26 de março de 2013 em Florianópolis para abordar o tema " Controle Social".
1525 Encaminhamento: Aprovada a indicação e a presença da Presidente Luziele Tapajós. Tendo em vista
1526 que a data coincide com o Encontro Regionalizado do CNAS - Região Sudeste/Sul, que será realizado
1527 em São Paulo, propôs- se verificar com o Conselheiro Wagner sobre a possibilidade de alteração da
1528 data para os dias 26 e 27/03. 10.3) Convite do CMAS de Passo Fundo/RS. Tendo em vista as
1529 orientações e prazos para adequação das entidades e organizações sociais que atuam com a política
1530 de assistência social, o CMAS de Passo Fundo/RS, por mensagem eletrônica, nos informou que
1531 pretende organizar um evento (seminário ou palestra) no mês de março para capacitar as entidades
1532 quanto às adequações necessárias à política de assistência social. Aquele CMAS solicita a
1533 indicação/sugestão do CEAS e do CNAS quanto a possíveis nomes que possam abordar a temática da
1534 rede privada da política de assistência social no evento. Do mesmo modo, solicita saber se há um
1535 mecanismo de capacitações aos Conselhos Municipais viabilizadas pelo Conselho Estadual ou
1536 Nacional no sobre a temática da rede privada do SUAS. A data proposta é um dia inteiro entre as
1537 datas 18 e 22 de março. Encaminhamento: Indicadas a Vice- Presidente Leila Pizzato e a Conselheira
1538 Clara de Sá." Sendo que podemos ver isso posteriormente com a Diretora da Rede Socioassistencial
1539 Privada e a Diretora de Gestão do SUAS. "10.4) Convite para a Presidente do CNAS para proferir
1540 palestra sobre o tema "Participação e Controle Social no SUAS" durante o Encontro de Gestores
1541 Municipais de Assistência Social de Tocantins no dia 27/02/2013 Encaminhamento: Aprovada a
1542 indicação e a presença da Presidente Luziele Tapajós. 10.5) A Secretaria de Estado de Trabalho e
1543 Assistência Social de Campo Grande/MS convidou a Presidente participar do Encontro Estadual no dia
1544 22/02/2013 em Campo Grande/MS e proferir palestra sobre o tema "Controle Social no SUAS".
1545 Encaminhamento: Aprovada a indicação e a presença da Presidente Luziele. Tapajós. 11. Minuta de
1546 pauta da 209ª Reunião Ordinária do CNAS (Anexo A)." Aqui nós teremos uma situação anterior a
1547 colocar. A Presidência Ampliada sugere com essa pauta a alteração da data do nosso pleno, da nossa
1548 Reunião Ordinária de março do dia 12, 13 e 14 para o dia 11, 12 e 13, de forma a facultar a presença,
1549 tanto no dia 25 da Reunião Extraordinária da Comissão de Normas, como no dia 11 também, com
1550 algumas ausências em uma e outra data, tanto de representantes governamentais, como não
1551 governamentais. Então a proposta seria essa. No dia 11 faríamos as reuniões temáticas das 9h às 16h
1552 e das 16h às 20h reunião da Presidência Ampliada ainda, um pouco mais cedo, porém. No dia 12: De
1553 9h a 9h15 aprovação da Ata da 208ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 209ª Reunião
1554 Ordinária; das 9h15 às 10h30 informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT, FONSEAS,
1555 CONGEMAS e Conselheiros; 10h30 às 12h apresentação do tema Trabalho Infantil, convidar a SNAS e
1556 a Secretaria-Executiva por ocasião da III Conferência Global Sobre o Trabalho Infantil, nós qual nós
1557 somos Comissão Organizadora. Depois a gente pode falar sobre isso, me deixaeu acabar de ler. 14h às

1558 18h agenda do Crack. Debates com Encaminhamentos, convidar Ministério da Saúde, Secretaria de
1559 Direitos Humanos; CEAS São Paulo, CEAS RJ, faltou aqui técnicos e gestores. A gente vai ler tudo e
1560 voltar, assim tem muita gente pedindo, mas eu estou solicitando que a gente leia tudo e vamos ponto
1561 a ponto, certo Conselheiros? Muito obrigada. Dia 13: de 9h, são os relatos da Comissão, de 9h às 18h,
1562 e no dia 14 de março a Reunião Extraordinária da Comissão de Política de Assistência Social, assim
1563 como fora solicitado pelo Coordenador, pela Comissão e pelo Coordenador da Comissão, certo? Então
1564 vamos ponto a ponto, para que a gente possa fazer a discussão do relato dos resultados da reunião da
1565 Presidência Ampliada. Em seguida perguntou se alguém gostaria de se manifestar com relação ao
1566 item 1. Em não havendo manifestação informou que o Item 2 da pauta seria com relação aos
1567 Encontros Regionais do CONGEMAS em 2013 e Reuniões Ordinárias do CNAS. Esclareceu as dúvidas
1568 levantadas pela Senhora Margareth e Jane. Em seguida passou ao Item 3 da pauta. Esclareceu as
1569 dúvidas e informou que alguns itens iriam ser aprovados após o relato das comissões, conforme
1570 sugestão dada por alguns conselheiros. Continuando passou ao Item 4, Agenda de Reuniões
1571 Trimestrais com o CNAS, CONSEAS e CAES/DF. Informou que a sugestão era que a reunião ocorresse
1572 no dia 19 de abril. Em não havendo manifestação contrária o item foi aprovado. Seguindo passou ao
1573 Item 5, Solicitação de Pesquisas. Informou que o encaminhamento é que fosse aprovada Pesquisa do
1574 IPEA no âmbito do CNAS. Em não havendo manifestação contrária o item foi aprovado. Em seguida
1575 passou aos outros itens e os mesmos foram aprovados. Informou que a Reunião do Pleno em Março
1576 iria ocorrer nos dias 11, 12 e 13 de março e que a pauta do dia 11 seria: Reunião das Comissões
1577 Temáticas, 09h às 16h e de 16h às 20h Reunião da Presidência Ampliada. Em seguida após algumas
1578 considerações feitas pelo Conselheiro José Crus ficou definido que no dia 11 das 9h às 12h as
1579 Comissões irão reunir-se normalmente com as suas pautas, das 14h às 16h a Comissão de
1580 Financiamento e a Comissão de Política iriam fazer uma Reunião Conjunta com o tema sobre o
1581 “Reordenamento do PETI”. E a partir daí no dia 12 o tema do Trabalho Infantil, trazido pela Vice-
1582 Presidente, que iria ter como convidada a SNAS para mostrar o Quadro Geral do Trabalho Infantil no
1583 Brasil, hoje, e as intencionalidades da III Conferência Global de Trabalho Infantil, que iria acontecer
1584 em outubro de 2013. Em seguida ressaltou que com relação ao primeiro dia da Reunião do Pleno no
1585 mês de Março todos estariam de acordo, então, estava aprovada a pauta. Continuando colocou para
1586 discussão o dia 12. Alguns conselheiros se manifestaram fazendo as suas observações e
1587 questionamentos e a pauta foi aprovada. Colocou em aprovação o dia 13 e a pauta foi aprovada,
1588 ficando as datas da plenária de março aprovada para o dia 11, 12 e 13 de março. Em seguida solicitou
1589 que todos estivesse de volta às 14h e que a pauta seria o relato do Fórum Social Mundial, sobre o
1590 relato da Comissão de Acompanhamento a Conselhos, depois o relato da Comissão Conjunta de
1591 Política e Assistência Social, e Comissão de Financiamento e ressaltou que seria muito importante o
1592 quórum qualificado de votação. Desejou um bom almoço a todas e a todos. Almoço. **A Senhora**
1593 **Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS**
1594 manifestou-se dizendo que conforme havia sido combinado iriam ser feitos os informes com relação
1595 ao Fórum Social Mundial e depois Coordenação de Conselhos e Coordenação de Política e depois
1596 Comissão Organizadora da IX Conferência. Ressaltou que a pedido do Senhor José Crus iria haver uma
1597 mudança nessa pauta ficando a mesma: Comissão de Política e Financiamento iriam fazer o relato da

1598 reunião em conjunto, depois a Comissão de Conselhos faria o seu relato e por último a Conferência e
1599 o Fórum Social Mundial. Que com relação aos relatos do Fórum Social Mundial iria enviar a todas e a
1600 todos os informes com relação ao fórum via email. **O Senhor José Ferreira da Crus, Ministério do**
1601 **Desenvolvimento Social e Combate à Fome** iniciou o relato da Memória da Reunião Conjunta da
1602 Comissão de Financiamento e Política de Assistência Social sendo: “Reunião conjunta da Comissão de
1603 Financiamento e Política de Assistência Social, reunião 001 de 2013. Data: 18/02/2013. Local:
1604 Auditório da SAGI - Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 3º andar, sala 356. Conselheiros Presentes:
1605 Ademar Bertucci - Coordenador-Adjunto da Comissão de Financiamento, José Crus - Coordenador da
1606 Comissão de Política, Anderson Lopes Miranda, Clara Carolina de Sá, Dóris Margareth de Jesus,
1607 Edivaldo da Silva Ramos, Fábio Moassab Bruni, Jane Pereira Clemente, Léa Lúcia Cecílio Braga, Márcia
1608 de Carvalho Rocha, Nilsia Lourdes dos Santos. Ausências Justificadas:
1609 Volmir Raimondi, Coordenador da Comissão de Financiamento, José Geraldo França Diniz, Marcílio
1610 Marquesini Ferrari, Meive Alsonia Piacesi, Maria Socorro Fernandes Tabosa. Convidados: Adriana da
1611 Silva Pereira, Coordenadora Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -
1612 Departamento de Proteção Social Básica, DPSB/SNAS; Lidia Cristina Silva Barbosa, Coordenadora
1613 Geral de Apoio a Execução de Projetos e Serviços - SICONV, SISCON e Emendas do Departamento de
1614 Proteção Social Básico/SNAS; Alberto Albino dos Santos - Coordenador Geral do Projovem
1615 Adolescente e Serviços para a Juventude do Departamento de Proteção Social Básico/SNAS; Luis
1616 Otávio Pires Farias - Coordenador Geral de Serviços de Vigilância Social – Departamento de Gestão do
1617 Sistema Único da Assistência Social. Ouvintes: Vanessa P. Batista - Confederação Nacional de
1618 Municípios, Hilton Leal Silva - Confederação Nacional de Municípios, Rosângela da Silva Ribeiro -
1619 Confederação Nacional de Municípios. Secretária Executiva do CNAS: Jamile Calado, Maria Auxiliadora
1620 Pereira, Carolina Ribeiro, Mirelle Dantas, Suzany Gonçalves, Thalita Eleto, Maria Antônia Pereira
1621 Valente, Ana Tereza Gomes. A partir da pactuação do reordenamento do Serviço de Convivência e
1622 Fortalecimento de Vínculos - SCFV na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, as Comissões de Política
1623 e de Financiamento discutiram o reordenamento desse serviço. O Serviço de Convivência e
1624 Fortalecimento de Vínculo integra a Proteção Social Básica do SUAS e é realizado em grupos, com
1625 intervenção social planejada e se propõe a assegurar espaços de convívio e desenvolvimento de
1626 relações de afetividade e sociabilidade. Valoriza a cultura de famílias e comunidades locais pelo
1627 resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas; desenvolve o sentimento de pertença e
1628 de identidade; promove a socialização e a convivência comunitária; e incentiva a participação
1629 comunitária, a apropriação dos espaços públicos e o protagonismo no território. O reordenamento
1630 visa garantir serviços continuados; planejar a oferta de acordo com a demanda local equalizar a oferta
1631 do O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo; facilitar a execução do O Serviço de
1632 Convivência e Fortalecimento de Vínculo, otimizando recursos humanos, materiais e financeiros;
1633 unificar a lógica de cofinanciamento, independente da faixa etária; potencializar a inclusão dos
1634 usuários identificados nas situações prioritárias, a saber: situação de isolamento; trabalho infantil;
1635 vivência de violência e, ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos;
1636 em situação de acolhimento; em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto; egressos
1637 de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do

1638 ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; e vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com
1639 deficiência. O reordenamento prevê também a adoção de novos parâmetros para o cofinanciamento
1640 e a oferta desses serviços e se aplica aos municípios e Distrito Federal que possuem atualmente
1641 cofinanciamento federal para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, com maiores
1642 detalhamentos na resolução em anexo. Encaminhamentos: Aprovar o Reordenamento do Serviço de
1643 Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, conforme pactuação realizada na reunião da
1644 Comissão Intergestores Tripartite - CIT, em fevereiro de 2013, resolução CNAS anexa. Reiterar junto
1645 ao MDS a importância do debate sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, na
1646 perspectiva do atendimento a todas as faixas etárias no serviço de convivência e fortalecimento de
1647 vínculos. José Crus, Coordenador da Comissão de Financiamento, Ademar Bertucci Coordenador-
1648 Adjunto da Comissão de Financiamento. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do**
1649 **Conselho Nacional de Assistência Social, MDS** agradeceu ao conselheiro pelo relato, informou a
1650 todos que haviam sido dois encaminhamentos que seriam: “Resolução fevereiro de 2013: Dispõe
1651 sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no âmbito do
1652 Sistema Único da Assistência Social, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas
1653 de atendimento do público prioritário e, dá outras providências. O Conselho Nacional de Assistência
1654 Social - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 18 a 21 de fevereiro de 2013, no uso da
1655 competência conferida pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da
1656 Assistência Social - LOAS, considerando a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que
1657 aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS; considerando
1658 a Resolução nº 35, de 29 de novembro de 2011, do CNAS, que dispõe sobre o Serviço de Convivência e
1659 Fortalecimento de Vínculos; considerando a Resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011, do CNAS
1660 que define a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua inclusão à vida
1661 comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos; considerando a Resolução nº
1662 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços
1663 Socioassistenciais; considerando a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS, que aprova
1664 a Política Nacional de Assistência Social; considerando o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009,
1665 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD;
1666 considerando a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com
1667 deficiência, sua integração social e dá outras providências; considerando o Estatuto da Criança e do
1668 Adolescente - ECA, aprovado pela Lei nº 8.069 de julho de 1990, especialmente os dispositivos
1669 contidos nos artigos 2º, 3º e 4º; considerando o Estatuto do Idoso, aprovado pela Lei nº 10.741, de 19
1670 de outubro de 2003, que dispõe sobre a regulação dos direitos assegurados às pessoas idosas;
1671 considerando a Resolução CIT nº 01, de 7 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do
1672 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da
1673 Assistência Social, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento
1674 do público prioritário e, dá outras providências. Resolve: Art. 1º Aprovar o reordenamento do Serviço
1675 de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que promove a equalização e qualificação da oferta, a
1676 unificação da lógica de cofinanciamento federal e o estabelecimento de meta de atendimento do
1677 público prioritário, respeitando-se as características de cada faixa etária. §1º O reordenamento do

1678 SCFV implica na adoção de novos parâmetros para o cofinanciamento federal e oferta do serviço
1679 pelos municípios e Distrito Federal, na forma prevista nesta Resolução. §2º O reordenamento do SCFV
1680 de que trata esta Resolução aplicar-se-á aos municípios e Distrito Federal que recebam
1681 cofinanciamento federal para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças,
1682 adolescentes ou idosos, tendo como referência, para apuração desta informação, o mês de
1683 competência de dezembro de 2012. §3º A apuração da informação de que trata o parágrafo anterior
1684 será diferenciada para o Projovem Adolescente - Serviço socioeducativo, para o qual será utilizada a
1685 média do último quadrimestre de 2012. Capítulo I: Da oferta do Serviço de Convivência e
1686 Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Art. 2º O SCFV é um serviço de proteção social básica realizado em
1687 grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus
1688 usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e
1689 prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. Art. 3º Considera-se em situação
1690 prioritária para inclusão no SCFV, as crianças, adolescentes e pessoas idosas: I - em situação de
1691 isolamento; II - trabalho infantil; III - vivência de violência e, ou negligência; IV - fora da escola ou com
1692 defasagem escolar superior a dois anos; V - em situação de acolhimento; VI - em cumprimento de
1693 medida socioeducativa em meio aberto; VII- egressos de medidas socioeducativas; VIII - situação de
1694 abuso e/ ou exploração sexual; IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente
1695 - ECA; X - crianças e adolescentes em situação de rua; XI - vulnerabilidade que diz respeito às
1696 pessoas com deficiência; §1º Para a identificação dos usuários em situação prioritária será utilizado o
1697 Número de Identificação Social - NIS do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal -
1698 CadÚnico. §2º A comprovação das situações prioritárias dar-se-á por meio de documento técnico que
1699 deverá ser arquivado na Unidade que oferta o SCFV ou no órgão gestor, por um período mínimo de
1700 cinco anos, à disposição dos órgãos de controle. §3º Estabelece-se como meta de atendimento de
1701 50%, no mínimo, do público prioritário. Art. 4º O cofinanciamento da oferta qualificada do SCFV dar-
1702 se-á por meio do Piso Básico Variável -PBV, observado os recursos orçamentários do Fundo Nacional
1703 de Assistência Social - FNAS, disponíveis para a sua execução. Parágrafo único. Os recursos do PBV são
1704 oriundos dos Pisos que cofinanciam o: I - Projovem Adolescente - Serviço socioeducativo - PBVI; II -
1705 Serviço de Proteção Social Básica para Crianças até seis anos e, ou Idosos - PBVII; e III - Serviço
1706 Socioeducativo e de Convivência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Piso Variável
1707 de Média Complexidade - PVMC/PETI. Art. 5º O PBV será calculado com base na capacidade de
1708 atendimento do município e Distrito Federal sendo composto por dois componentes: I - permanente:
1709 componente I. II - variável: componente II. Art. 6º O cálculo do montante do PBV utilizará como valor
1710 mensal de referência R\$ 50,00 por usuário e será aferido com base na capacidade de atendimento do
1711 município e do Distrito Federal. Art. 7º A capacidade de atendimento do SCFV será calculada tendo
1712 como base: I - as informações do CadÚnico sobre o quantitativo de pessoas na faixa etária de zero a
1713 17 anos e maiores de 60 anos, de famílias com renda per capita de até Vi salário mínimo, observados
1714 os seguintes parâmetros: a) até 3.000 (três mil) pessoas aplica-se o percentual de 6 % (seis por cento)
1715 de atendimento que corresponde a 180 (cento e oitenta) usuários; b) de 3.001 (três mil e um) a
1716 10.000 (dez mil) pessoas aplica-se o percentual de 4% (quatro por cento) de atendimento; c) acima de
1717 10.000 (dez mil) pessoas aplica-se o percentual de 2% (dois por cento) de atendimento. II - o

1718 referenciamento do SCFV ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, observados os
1719 seguintes parâmetros: a) até 600 (seiscentos) usuários por CRAS para os municípios de Pequeno Porte
1720 I; b) até 800 (oitocentos) usuários por CRAS para os municípios de Pequeno Porte II; c) até 1.000 (mil)
1721 usuários por CRAS para municípios de Médio, Grande Porte e Metrópole : §1º Considera-se
1722 capacidade de atendimento mínima até 180 (cento e oitenta) usuários. §2º A capacidade de
1723 atendimento apurada multiplicada pelo valor de referência representa o valor máximo do montante
1724 do PBV para cofinanciamento federal do SCFV. §3º A capacidade de atendimento poderá ser
1725 atualizada anualmente, de acordo com os dados do CadÚnico para o cálculo da capacidade a ser
1726 utilizada no exercício seguinte, observada a disponibilidade orçamentária do FNAS. Art. 8º O
1727 componente I compreende a parcela do PBV, valor permanente, destinada à manutenção da
1728 capacidade de atendimento. §1º o valor do componente I representa 50% (cinquenta por cento) do
1729 valor do PBV do município ou Distrito Federal e visa garantir a manutenção e continuidade do SCFV.
1730 §2º Nenhum município ou Distrito Federal receberá como componente I valor inferior a R\$ 4.500,00
1731 (quatro mil e quinhentos reais). Art. 9º O componente II compreende a parcela do PBV, valor variável,
1732 destinada à indução do atendimento e à inclusão do público prioritário. §1º O valor do componente II
1733 será calculado proporcionalmente ao atendimento e ao alcance do percentual da meta de inclusão do
1734 público prioritário, considerando a capacidade de atendimento calculada. §2º Para efeito de cálculo
1735 do componente II, a meta de inclusão do público prioritário previsto no §3º do art. 32 desta Resolução
1736 será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade de atendimento. §3º O valor do
1737 componente II será apurado trimestralmente, podendo chegar até valor igual ao do componente I,
1738 observando o: I - número de atendimentos; e II - percentual de alcance da meta de inclusão do
1739 público prioritário. §4º Os municípios e Distrito Federal que não alcançarem a meta prevista no §2º
1740 deste artigo terão o componente variável calculado de forma proporcional ao percentual atingido,
1741 sendo que nenhum município receberá valor inferior equivalente a 10% (dez por cento) da meta de
1742 inclusão do público prioritário. Art. 10. Os municípios e Distrito Federal que no processo de
1743 reordenamento do SCFV apresentarem redução do repasse do cofinanciamento federal em relação ao
1744 somatório do cofinanciamento atual dos pisos citados no parágrafo único do art. 4º, terão a capacidade
1745 de atendimento ajustada, de forma a assegurar a continuidade do serviço que já venha sendo
1746 executado. § 1º Para o ajuste de que trata o caput serão considerados: I - a quantidade de trabalho
1747 infantil identificado pelo Censo IBGE/2010; II - a quantidade de adolescentes registrados no Sistema
1748 de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente - SISJOVEM - média do último quadrimestre
1749 de 2012; III - o referenciamento do SCFV ao CRAS, na forma do inciso II do art. 7º; e IV- o limite do
1750 valor do cofinanciamento federal repassado para os pisos citados no parágrafo único do art. 4º. §2º A
1751 capacidade de atendimento ajustada de acordo com este artigo poderá ser revista, nos casos de
1752 redução de cofinanciamento, mediante solicitação do município ou Distrito Federal, por meio de
1753 ofício a ser encaminhado ao Departamento de Proteção Social Básica, da Secretaria Nacional de
1754 Assistência Social, para análise e manifestação quanto ao deferimento. §3º A solicitação de que trata
1755 o parágrafo anterior deverá conter: I - manifestação do respectivo Conselho de Assistência Social; II -
1756 parecer técnico do Estado para os municípios de sua jurisdição; e III - justificativa com informações
1757 sobre a oferta existente, estrutura física e de recursos humanos para execução dos Serviços de

1758 Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Art.11 O repasse de recursos do cofinanciamento federal
1759 do PBV será realizado trimestralmente da seguinte forma para o: I - componente I: no início de cada
1760 trimestre, do FNAS para os Fundos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal. II -
1761 componente II: no início de cada trimestre, do FNAS para os Fundos de Assistência Social dos
1762 municípios e do Distrito Federal, considerando os registros, no sistema a ser disponibilizado pelo
1763 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, dos atendimentos efetuados no
1764 trimestre anterior como base de cálculo desse componente. Art.12. A continuidade do repasse do
1765 cofinanciamento federal referente ao PBV para o SCFV condiciona-se à comprovação de que o serviço
1766 está em funcionamento. Art.13. Para o repasse dos recursos do cofinanciamento federal do PBV
1767 considerar-se-á o ano civil de janeiro a dezembro, sendo considerado: I - primeiro trimestre de janeiro
1768 a março; II - segundo trimestre de abril a junho; III - terceiro trimestre de julho a setembro; e IV -
1769 quarto trimestre de outubro a dezembro. Art.14. O processo de reordenamento do SCFV, da Proteção
1770 Social Básica, consistirá em: I - aceite formal pelo gestor do município e do Distrito Federal; II -
1771 adequação e qualificação da oferta do SCFV, com a unificação da lógica de cofinanciamento e a
1772 inclusão do público prioritário, de acordo com o disposto nesta Resolução; e III - registro dos usuários
1773 em sistema próprio, a ser disponibilizado pelo MDS. Art.15. O aceite formal consiste no processo pelo
1774 qual o gestor do município e do Distrito Federal aceita a partilha do cofinanciamento federal,
1775 formalizando as responsabilidades gerais de gestão e os compromissos com a continuidade da oferta
1776 do serviço por meio de um Termo de Aceite e Compromisso. Art.16. Poderão realizar o aceite formal
1777 para o processo de reordenamento do SCFV os municípios e Distrito Federal que atendam às
1778 condições dispostas no §2º do art. 1º desta Resolução. Parágrafo Único. Ao realizar o aceite formal, o
1779 município e o Distrito Federal se comprometem a dar ciência ao respectivo Conselho de Assistência
1780 Social. Art.17. A realização do aceite formal é condição para o repasse de recursos do
1781 cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos aos municípios e
1782 Distrito Federal. §19 Os municípios e Distrito Federal que procederem ao aceite formal passarão a
1783 receber o cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na forma
1784 disposta nesta Resolução, desde que atendam às seguintes condições: I - habilitação em gestão básica
1785 ou plena do SUAS, exceto o Distrito Federal; e II - possuir CRAS implantado e em funcionamento,
1786 cadastrado no Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social - CadSUAS; §2º Ensejará a
1787 desistência formal do gestor municipal ou do Distrito Federal ao cofinanciamento federal do Serviço
1788 de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, compostos pelos Pisos dispostos no parágrafo único do
1789 art. 4º, as seguintes situações: I - o não atendimento das condições dispostas no §1º deste artigo pelo
1790 gestor municipal e do Distrito Federal, no prazo definido na Resolução nº 05, de 2011, da Comissão
1791 Intergestores Tripartite - CIT; e II - a não realização do aceite formal por parte dos municípios e
1792 Distrito Federal representará a desistência formal do gestor ao cofinanciamento federal do Serviço de
1793 Convivência e Fortalecimento de Vínculos composto pelos seguintes pisos: Art.18. Os municípios e
1794 Distrito Federal que realizarem aceite para o reordenamento deverão adequar a oferta e organização
1795 do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com a Tipificação Nacional de
1796 Serviços Socioassistenciais e demais disposições desta Resolução, dispondo de autonomia e
1797 flexibilidade para planejar e definir a oferta do Serviço, considerando as situações prioritárias, as

1798 características dos usuários e a demanda local. Art. 19. Constitui responsabilidade do gestor municipal
1799 e do Distrito Federal o registro da participação dos usuários no SCFV, vinculado ao NIS, em sistema de
1800 informação a ser disponibilizado pelo MDS. Art. 20. O apoio técnico ao reordenamento e o
1801 acompanhamento da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos caberá ao
1802 Estado, em relação aos seus municípios, e ao MDS, em relação ao Distrito Federal, observando as
1803 disposições da NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho
1804 Nacional de Assistência Social - CNAS. Capítulo IV da transição. Art. 21. O início do repasse do
1805 cofinanciamento federal para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com
1806 as regras definidas nesta Resolução, se dará em julho de 2013. Parágrafo único; Excepcionalmente, no
1807 trimestre de julho a setembro de 2013, o valor do componente II, variável, será calculado com base
1808 na capacidade de atendimento, sendo repassado o calor integral, em parcela única moção início do
1809 trimestre, considerando as metas de inclusão do público prioritário como alcançadas. Art. 23. A partir
1810 do trimestre de outubro a dezembro de 2013, o cálculo do componente II observará o disposto no
1811 inciso II do art.11 desta Resolução. Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
1812 Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social.” **O Senhor**
1813 **José Ferreira da Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** manifestou-se
1814 dizendo que gostaria de ter feito um registro no início do relato parabenizando o Departamento de
1815 Proteção Social Básica pelo trabalho que vinha desenvolvendo e a brilhante apresentação da
1816 Conselheira e Diretora Léa Braga na reunião das duas Comissões. **A Senhora Léa Lúcia Cecília Braga,**
1817 **Departamento de Proteção Social Básica, MDS** manifestou-se dizendo que iria fazer um relato do que
1818 havia ocorrido na reunião conjunta com a Comissão de Política, onde havia sido indicada a formação
1819 de um GT para discutir o Processo de Reordenamento, sendo o relato: “Iniciamos o debate em
1820 outubro do ano passado, nós tivemos a possibilidade de enquanto Comissão de Política participar no
1821 dia 23 de outubro, de uma oficina realizada pela Secretaria que apresentou a concepção, o rumo, os
1822 avanços e a necessidade de reordenamento dos Serviços de Convivência, posteriormente um debate
1823 na CIT em dezembro do anos passado, a CIT indicou um Grupo de Trabalho, esse grupo de trabalho
1824 composto pelo colegiado de gestores municipais, pelo FONSEAS e pelo MDS, tiveram dois dias de
1825 trabalho aqui em Brasília, construiu essa proposta que foi apreciada novamente na reunião da CIT em
1826 fevereiro e analisada também pela Comissão de Financiamento e a Comissão de Política. Então nós
1827 temos aí um percurso importante e eu digo isso, porque realmente as informações elas não são muito
1828 simples, a Leila tem razão, mas ela tem essa tranquilidade de ser um processo bastante construído e
1829 com a presença do Conselho como um todo. Eu vou tentar aqui, traçar algumas informações básicas
1830 do processo do reordenamento para tentar atender a solicitação para aqueles que não tiveram a
1831 oportunidade de acompanhar esse processo tão detalhado. A primeira coisa que muda, é que nós
1832 estamos consolidando um serviço de convivência para e fortalecimento de vínculos na Assistência
1833 Social, nós temos serviços hoje, três serviços voltado muito nessa direção, o Programa de Ratificação
1834 do Trabalho Infantil que tem uma dimensão de convivência muito forte, o Programa Projovem
1835 Adolescente e a nossa, o Conjunto de Atenção a Criança Pequena de até seis anos e à pessoa idosa.
1836 Então o reordenamento consolida um serviço de convivência integrando e criando possibilidades de
1837 atendimento a esse público e aos seus familiares adultos que é uma solicitação também já muito

1838 tratada aqui neste Conselho, também muito observada por nós da Secretaria de que é o atendimento
1839 e a convivência chegar também para a população adulta. Segundo aspecto importante é que ao
1840 organizar esse serviço num serviço continuado e a estruturação dele dialoga com o cofinanciamento,
1841 daqui a pouco a gente fala disso, mas ele também possibilita nós chegarmos naquele usuário que
1842 mais demanda do Sistema Único de Assistência Social e a Resolução ela vai caracterizar aí no Art. 3º
1843 que situações são essas que nós queremos chegar, em toda população citada nos serviços de
1844 convivência em situação de isolamento, de trabalho infantil, vivência violência ou negligência, não
1845 vou ler todos, mas todos esses que estão aí explicitados no Art. 3º. Uma outra dimensão importante é
1846 que nós olhamos para realidade dos municípios, os municípios há muito vem nos dizendo de que
1847 arranjos locais tem sido feitos para atender essa realidade e esse arranjo que hoje o município faz
1848 para atender essa realidade não encontra amparo na nossa legislação federal, porque no nosso
1849 diagnóstico, nós tínhamos também dois programas, o PETI e o Projovem Adolescente também tem
1850 suas normativas, então as o município identificava lá um adolescente numa faixa etária diferenciada,
1851 importante ir para um serviço de convivência, mas ele estava nos patamares ou do PETI ou do
1852 Projovem, então o município até encaminhava, mas ele não tinha a retaguarda do cofinanciamento e
1853 das orientações técnicas, então também ganha o município na medida em que ele pode organizar o
1854 seu atendimento de acordo com a necessidade, se hoje a questão é o trabalho infantil ele tem toda
1855 condição de intervir, se amanhã for população idosa ele pode alterar nesse sentido, então esta é um
1856 dos aspectos também importante que o reordenamento vem apontar. Ao olhar para essa realidade
1857 dos municípios, nós também com o reordenamento estamos facilitando a vida do gestor. Então ao
1858 rever essa legislação a gente rever também procedimentos de informação, então vocês viram aí que o
1859 cofinanciamento ele tem um componente fixo que ele por só isso já garante o funcionamento do
1860 serviço, o município pode atender o conjunto que chegar, seja criança, adolescente, idosos, pessoa
1861 adulta que demanda a convivência, o município já tem um cofinanciamento que já estrutura esse
1862 serviço. Normalmente esses programas com valores diferenciados, cada município tendo um ou outro
1863 ele recebia determinado valor, hoje, com o reordenamento, nenhum município no país recebe menos
1864 de R\$ 4.500,00 para estruturar este serviço básico do serviço de convivência. E o componente II ele é
1865 uma indução, uma possibilidade para que o município chegue nesta população que nós estamos
1866 priorizando, então o componente aí do cofinanciamento, o primeiro permanente garante o
1867 atendimento nesse valor entre outros município pode até dobrar em 100% esse valor caso ele atenda
1868 a essas situações prioritárias, então esse também é um ganho, é significativo para esse atendimento.
1869 Nós pensamos também uma possibilidade de transição, porque ao olhar para a realidade do
1870 município, o reordenamento está estruturado na capacidade que ele já tem de hoje, nós
1871 demonstramos isso no GT, demonstramos na Comissão dados que diz que hoje os municípios tem
1872 uma capacidade planejada de atendimento a esse público que necessita do serviço de convivência,
1873 então se eles já têm, nós não estamos criando nada além que pese para o município, mas garantido
1874 que ele de fato possa atender essa realidade que está lá. E para isso nós construímos, inclusive, nas
1875 regras de transição uma forma que o cofinanciamento não penaliza esses municípios Leila, que ele
1876 possa se organizar, se ele planejou de forma diferenciada, se a realidade dele se alterou o município
1877 terá um prazo, um tempo para ele dizer: “Olha, nossa realidade mudou, nossos dados são esses, nós

1878 vamos organizar.” E importante que nós estamos já observando a NOB que nós aprovamos em
1879 dezembro, o que a NOB diz, ela diz de meta e de prioridade, então o serviço de convivência já vem, o
1880 piso básico variável, com esse componente já observa também as determinações da NOB. Bom, eu
1881 acho que eu teria mais questões para falar, porque realmente assim, a gente conseguiu atingir um
1882 processo importante, mas eu penso que essas informações mais gerais e quero dizer que cada vez eu
1883 passo mais aperto, na CIT eu tive duas horas para traduzir dois dias de trabalho e agora aqui alguns
1884 minutos para a gente traduzir uma tarde do trabalho das duas Comissões, mas eu espero ter
1885 conseguido dar esse panorama geral e assim, estamos todos convencidos que a gente dá um passo
1886 importante hoje com a aprovação do reordenamento e na sequência nós iríamos orientar os
1887 municípios, fazer capacitações uma coisa interessante, foi muito responsável o processo do debate, o
1888 tempo toda questão da gestão compareceu, em alguns momentos a gente entendeu que o
1889 reordenamento por si não resolveria todas as questões da gestão, mas contribui efetivamente. E tem
1890 também o conjunto de compromissos dos estados e do governo federal com a implementação desse
1891 reordenamento, apoiar esses municípios para que eles possam receber essas informações, adequar,
1892 implementar na forma do que está colocado, então a régua de transição foi muito pensada nesse
1893 sentido também e com conjunto de compromissos nossos.” Em seguida alguns conselheiros fizeram
1894 complementações com relação ao relato da Senhora Léa. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós,**
1895 **Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, MDS** passou ao segundo item da pauta, que
1896 seria “Reiterar junto ao MDS a importância do debate sobre a tipificação nacional dos serviços
1897 socioassistenciais, na perspectiva do atendimento a todas as faixas etárias no Serviço de Convivência
1898 e Fortalecimento de Vínculos.” **A Senhora Leila Pizzato, Vice-Presidenta do Conselho Nacional de**
1899 **Assistência Social, CNAS, MDS** ressaltou que gostaria propor a seguinte redação, porque esse
1900 encaminhamento dialogava com a Resolução nº 35 do CNAS de 2011 e que a redação seria a seguinte:
1901 “Reiterar junto ao MDS a importância e a urgência da revisão da tipificação nacional dos serviços
1902 socioassistenciais na perspectiva do atendimento de todas as faixas etárias,” colocar depois entre
1903 parênteses 18 a 59 anos, porque é isso que está se referindo aqui. “Nos serviços de convivência e
1904 fortalecimento de vínculos, conforme apontado pela Resolução CNAS nº35 de 2011.” Alguns
1905 conselheiros fizeram questionamentos e colocaram suas dúvidas e sugestões com relação ao relato da
1906 Senhora Leila. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de**
1907 **Assistência Social, MDS** dando continuidade colocou em votação a Resolução nº 35. Todos as
1908 conselheiras e conselheiros votaram a favor da Resolução nº 35 e parabenizaram o trabalho de todos
1909 os envolvidos na discussão. Em seguida solicitou que a Senhora Margareth fizesse o relato da
1910 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. **A Senhora Margareth Alves**
1911 **Dallaruvera, FENAS** informou que iria fazer o relato e logo em seguida passaria a palavra para a
1912 Coordenadora-Adjunta, Conselheira Aldenora, para dar prosseguimento tendo em vista o horário
1913 porque teria que estar em São Paulo e iniciou o relato: “Reunião da Comissão de fevereiro de 2013,
1914 01013 que aconteceu no dia 19 de fevereiro de 2013, no horário das 9 às 18h. No local: Sala 460, 4º
1915 andar, Bloco A. Esplanada dos Ministérios. Margareth Alves Dallaruvera – Coordenadora, Aldenora
1916 Gomes Gonzalez – Coordenadora-Adjunta, Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Charles Roberto
1917 Pranke, José Araújo da Silva, Luziele Maria de Souza Tapajós, Wagner Carneiro de Santana.

1918 Conselheiras com ausência justificada: Fátima Aparecida Rampim, Solange Teixeira. Participantes
1919 ouvintes: Maria Michele Dodó, Rosângela da Silva Ribeiro, Vanessa Ramos da Cruz Batista, Carlos
1920 Nambu. Secretaria executiva: Liliane Neves, Coordenadora, Lilian Guedes, Josué Santos. Memória da
1921 Reunião: 1. Discussão do documento com orientações aos Conselhos de Assistência Social com
1922 estratégias para o cumprimento da determinação de utilização de, no mínimo, 3% do IGDSUAS e do
1923 PBF para o funcionamento dos CAS. As orientações foram elaboradas contando com a colaboração da
1924 Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;
1925 (SENARC) e Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), conforme deliberado em plenária do mês de
1926 agosto. Documento para apreciação da plenária em anexo. No processo de elaboração do documento
1927 a Comissão verificou a necessidade de apresentar alguns encaminhamentos a cerca do assunto.” Em
1928 seguida informou que a Comissão estaria sugerindo que todos os Conselheiros recebessem por e-mail
1929 as formulações das contribuições da comissão e o documento para aprovação seria feita no próximo
1930 pleno onde todos já teriam tido acesso a documentação. Em seguida agradeceu a todas as
1931 contribuições enviadas para a realização do trabalho, informou que a Senhora Aldenora iria continuar
1932 a apresentação a partir do Item 2 e se despediu, mais uma vez, agradecendo a todas e a todos. **A**
1933 **Senhora Aldenora Gomes Gonzales, Confederação Nacional das Associações de Moradores, CONAM**
1934 manifestou-se dando segmento ao relato do Item 2 referente a Comissão de Acompanhamento aos
1935 Conselhos de Assistência Social: “Reuniões Regionalizadas do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Conforme
1936 já deliberado pelo CNAS referente às reuniões regionalizadas, a Comissão discutiu sobre a
1937 programação priorizando, dentre os pontos a serem abordados e já deliberados, os itens a seguir: I -
1938 Planejamento das ações dos CEAS e CAS/DF tendo em vista superar as questões apresentadas pelo
1939 CENSO/SUAS 2011/2012, conforme orientações para a criação: das comissões de acompanhamento
1940 aos CMAS pelos CEAS. II - Orientações para mobilização e realização das Conferências de Assistência
1941 Social em 2013. Objetivo.” Ag colocou aqui até entre parênteses deliberado pela plenaria anterior.
1942 “Discutir junto aos Conselhos Estaduais e CAS/DF questões afetas ao controle social do SUAS,
1943 atendendo às especificidades das cinco regiões do país, visando discutir o planejamento das ações dos
1944 CEAS e CAS/DF, tendo por base os resultados do CENSO/SUAS e deliberações de Conferências.” E a
1945 partir daí vocês vão ver que existe já uma proposta de pauta para esses encontros, para essas
1946 reuniões regionalizadas, para o primeiro dia nós propomos: Às 9h abertura, com a presença do gestor
1947 estadual da Assistência Social, onde no estado onde vai estar sediando, o Presidente do CEAS da
1948 capital, a Presidenta do CNAS e a Vice-Presidência do CNAS. Às 9h30 nós teríamos a primeira mesa,
1949 apresentação da metodologia dos trabalhos que aí a gente ainda ficou a definir dentro da Comissão
1950 quem será a pessoa ou Conselheiro que vai apresentar a metodologia. Das 9h30 às 12h: Vai ter o
1951 primeiro painel: Apresentação dos Conselhos sobre a avaliação da sua atuação no acompanhamento
1952 aos Conselhos Municipais de Assistência Social. 15 minutos para cada Conselho. Coordenação, um
1953 Conselheiro da mesma forma, como a apresentação da metodologia a gente vai colocar um
1954 Conselheiro, mas que ainda não ficou definido quem. Das 14h às 18h: Acontecerá um debate e com a
1955 Coordenação do Conselheiro a ser definido também. No segundo dia das 9h às 9h30: Apresentação
1956 do CNAS sobre a sistematização das apresentações e debates ocorridos no primeiro dia. Aí a
1957 apresentação, Conselheiro a definir também. 9h30 às 12h: Planejamento das ações dos Conselhos,

1958 tendo em vista superar as ações apresentadas pelo CENSO/SUAS 2011/2012 conforme orientações
1959 para a criação das Comissões de Acompanhamento aos Conselhos Municipais da Assistência Social
1960 pelos Conselheiros estaduais de Assistência Social publicada no Conselho Nacional de Assistência
1961 Social. Das 14h às 15h30: Apresentação do planejamento dos CEAS. De 15h30 às 17h: Orientações
1962 para mobilização e realização das Conferências de Assistência Social em 2013. De 17h às 18: Avaliação
1963 e encerramento dos trabalhos. Foram encaminhados ofícios aos CEAS informando sobre a realização
1964 das reuniões e solicitando manifestação de interesse em sediá-la. Para fins de organização e logística
1965 do local, a Comissão apresenta sugestão de número de participantes representantes dos Conselhos e,
1966 ainda, sugere a participação dos conselheiros que integram a Comissão de Acompanhamento aos
1967 Conselhos nestas reuniões. Apresentamos abaixo informações acerca do número de participantes,
1968 bem como retorno dos Conselhos acerca da realização das reuniões regionalizadas.” Aí abaixo tem
1969 uma tabela onde gostaria que os senhores me acompanhassem. A primeira proposta de reunião será
1970 na região Sul e Sudeste participando os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas
1971 Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo. A data proposta é para março. Os representantes, no
1972 máximo 35 representantes dos Conselhos estaduais, doze representantes do Conselho Nacional, total
1973 de 47 participantes. O estado que se manifestou foi o estado de São Paulo que demonstrou interesse
1974 em realizar o evento e a data sugerida pelo Conselho Estadual foi 25 e 26 de março. A segunda região,
1975 a região Norte, estados do Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Pará Rondônia e Roraima. A data
1976 proposta foi para abril com a representação do Conselho Estadual 35 representantes, do Conselho
1977 Nacional 12 no total de 47 representantes e o estado que manifestou interesse foi o Acre. A data
1978 proposta 25 e 26 de abril. A terceira reunião região Centro-Oeste, comendo o Distrito Federal, Mato
1979 Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. A data proposta dois de maio de 2013. Representantes dos
1980 Conselhos estaduais 20, representantes do Conselho Nacional 12, no total de 32 participantes e nós
1981 recebemos manifestação de interesse de dois estados, o primeiro Mato Grosso, o segundo Goiás,
1982 Mato Grosso do Sul primeiro, depois Goiás em segundo, mas ainda não está definido em qual dos dois
1983 estados será realizado. E não tem data sugerida. A quarta região, região Nordeste comendo os
1984 estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte,
1985 Sergipe. A data ficou para o mês de junho de 2013. Os representantes dos CEAS seriam 45, os
1986 representantes nacionais 12, com um total de 57 participantes e até o momento nós ainda não
1987 recebemos interesse de nenhum estado para sediar o encontro. Encaminhamentos: 2.1 Sugerir aos
1988 CEAS que os seus representantes nestas reuniões sejam conselheiros que estão na composição das
1989 Comissões de Acompanhamento aos CMAS, além do Presidente, Vice-Presidente e secretário(a)
1990 executivo(a); 2.2 Que os Conselheiros (as) que integram a Comissão de Acompanhamento aos
1991 Conselhos estejam presentes nestes encontros, bem como a presidenta e vice, e dois representantes
1992 da secretaria executiva do CNAS; 2.3 A Comissão elaborará orientações a ser encaminhada aos
1993 conselhos para a preparação da apresentação acerca da avaliação da atuação dos CEAS aos CMAS.
1994 Mobilização dos Conselhos para a participação e promoção de debates sobre a III Conferência Global
1995 de Combate ao Trabalho Infantil. Inserir este item na pauta da Comissão em março e solicitar que as
1996 conselheiras representantes do CNAS na Comissão Organizadora, Leila Pizzato e Margarida Munguba,
1997 enviem à Comissão material para subsidiar o debate da Comissão. 4. Pauta da reunião do mês de

1998 março: 4.1 Definição de estratégias para mobilização dos Conselhos para a participação e promoção
1999 de debates sobre a III Conferência Global de Combate ao Trabalho Infantil. 4.2 Apresentação do
2000 estudo realizado sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos Conselhos de
2001 Assistência Social. 4.3 Discutir orientações aos CAS para desenvolver ações para mobilização dos
2002 segmentos para a participação no controle social do SUAS. 4.4 Discussão sobre as questões que
2003 devem constar nas Orientações gerais para o processo de escolha dos representantes da sociedade
2004 civil nos conselhos de assistência social, considerando as deliberações da VIII Conferência Nacional, a
2005 consulta pública realizada pelo CNAS e revisitando as Resoluções CNAS nº 23 e 24/2006, e outras. 4.5
2006 Discussão sobre orientação aos CAS para o monitoramento do cumprimento das deliberações das
2007 Conferências de Assistência Social. 4.9 Discussão sobre forma de subsidiar os Conselhos (tecnológicos
2008 e metodológicos) para padronização do sistema de relatoria das conferências. 5. Representantes da
2009 Comissão no Grupo de Trabalho para o acompanhamento e monitoramento das deliberações das
2010 conferências de assistência social. A Comissão indica o Conselheiro Charles Pranke e a Conselheira
2011 Aldenora Gonzalez. Aqui a nossa Coordenadora Margareth Dalaruvera, Coordenadora da Comissão de
2012 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.” Informou que essa era a memória da Reunião
2013 da Comissão de Acompanhamentos aos Conselhos de Assistência Social. Em seguida disse achar
2014 importante passar a todos como seria o documento que iria ser enviado aos conselhos, no caso, as
2015 perguntas que iriam ser enviadas e fez a leitura das mesmas: A primeira delas é: O CEAS tem algum
2016 acompanhamento e monitoramento junto aos Conselhos municipais para o fortalecimento do
2017 controle social? A segunda pergunta é: Quais são as principais dificuldades que o CEAS enfrentou e
2018 está enfrentando neste acompanhamento e monitoramento? A terceira pergunta: Quais são as
2019 estratégias que o CEAS ou o CRAS/DF utilizam para superar estas dificuldades. Quarta: Como que estas
2020 estratégias são operacionalizadas pelo CEAS ou CRAS/DF? Quinta: Qual é a recepção e aceitação do
2021 Conselho Municipal de Assistência Social sobre este monitoramento? Sexta: no que se refere as
2022 deliberações das Conferências Estaduais, como o CEAS podem aprimorar a relação com os Conselhos
2023 Municipais de Assistência Social a fim de fortalecer o controle social? Sétima: Considerando que os
2024 recursos do IGD e PBF e IGD/SUAS definem que pelo menos 3% de cada um deles deve ser destinado
2025 ao controle social como os mesmos estão sendo executados no seu estado? Informou que essas eram
2026 as setes questões que haviam sido elaboradas, mas que ainda iria ser feito um trabalho em cima das
2027 mesmas. Em seguida alguns questionamentos, dúvidas e sugestões foram feitas após a fala da
2028 Senhora Aldenora e os esclarecimentos foram dados pela mesma. **A Senhora Luziele Maria de Souza**
2029 **Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS** manifestou-se dizendo que:
2030 Quero pedir desculpa porque precisei me ausentar para falar às questões que estão latentes aí do
2031 Fórum Social, e quero dizer o seguinte: nós temos, estamos incorrendo no perigo de transformar
2032 essas reuniões regionalizadas em seminários, acho que é o primeiro item que a gente tem que pensar,
2033 essas reuniões são reuniões, não simplórias, mas reuniões simples, Conselho Nacional de Assistência
2034 Social com os Conselhos Estaduais de Assistência Social, a gente não vai abarcar, não foi esse o plano
2035 de abarcar nessa reunião todos os assuntos que nós fazemos aqui, não são pequenas reuniões
2036 ampliadas e descentralizadas, são Encontros Regionais. Então, por exemplo, eu tive que me ausentar
2037 ontem da Reunião da Comissão, mas também o número de participantes está alto, e eu acho que a

2038 gente precisa priorizar, nós estamos, eu quero lembrar aos Srs. Conselheiros que essa deliberação é
2039 uma deliberação de plano de ação e foi tomada para que nós retomássemos o contato com os
2040 Conselhos Estaduais para além da vinda dos Conselhos Estaduais aqui, o CNAS vai lá. Então eu acho
2041 que quanto mais nós simplificarmos, acho não, tenho certeza, essa é a minha indicação, quanto mais
2042 nós simplificarmos pauta, número de participantes etc., e mais, eu lembro que quando nós
2043 deliberamos isso nós deliberamos que os Conselheiros que iriam, inclusive em regimento de sacrifício
2044 para todos esses eventos, seria dividido entre os Conselheiros da Presidência Ampliada. Então a gente
2045 precisa um pouco recolocar aqui, eu estou tentando recolocar aqui as situações, acho que é isso ou a
2046 gente abre mão nesse momento desse artifício, faz só o convite dos Conselhos Estaduais para virem
2047 aqui, porque eu acho uma enorme perda, porque os Conselhos vão, eu tenho certeza que as regiões
2048 vão gostar do CNAS estar lá, ouvi-los etc. Então assim, é mais escuta, é mais olhar, é mais ouvir do que
2049 ir falar etc. Eu acho que para isso existe a descentralizada, para isso existe a nossa reunião aqui, a
2050 nossa reunião trimestral, chamada aqui. Então eu acho que a gente precisava um pouco, isso não
2051 quer dizer, Srs. Conselheiros, e já concluindo que esse é um evento da Comissão de
2052 Acompanhamento de Conselhos, em absoluto, esse é um evento que o Conselho Nacional decidiu no
2053 seu plano de ação para que nós começássemos a um *approach* com os Conselhos Estaduais que é
2054 inexistente nas regiões. Então eu advogo aqui que nós refaçamos, inclusive números etc., não estava
2055 na reunião, peço mil desculpas, mas assim, eu advogo que a gente volte com esse tema rapidamente
2056 entre nós, a gente repassa todas as decisões para todos os Conselheiros ou escuta, porque os
2057 Conselhos, eu tenho já recebido telefonema de Conselhos, de gestores que estão dispostos a enviar
2058 aos Conselheiros. Então a gente precisa olhar para isso. Evidente, há um tema absolutamente
2059 importante, que é da hora, a gente vai e leva, mas a gente precisa simplificar para poder acontecer. E
2060 nesse caso mais do que nunca o ótimo é inimigo do bom. Eu tenho um encaminhamento que é o
2061 seguinte: nós, primeiro nós termos ideia do que significa isso, *pari passu* para plano de ação, isso é
2062 uma coisa. Segundo, nós, não é enxugarmos no sentido de diminuir a importância, mas é não
2063 perdermos a chance de estar nos estados. E estar qualificadamente nos estados, então a questão, por
2064 exemplo, do número, acho importantíssimo que as Secretarias-Executivas possam se ver, possam
2065 estar etc. Então o meu encaminhamento, Conselheira Aldenora, e eu faço parte da Comissão, me
2066 coloco inclusive completamente à disposição, é que a gente possa ver nessas reuniões regionalizadas
2067 que já estão inclusive sob, com datas etc., que nós tentemos entre nós bem rapidamente tentar
2068 fechar uma outra pauta, considerando a Conferência que está logo aí, considerando algumas pautas
2069 que vão ser gerais a todas, mas sem nenhuma dúvida, perder de vista a pauta específica trazida por
2070 cada região. Então essa é um pouco a minha, porque do jeito que está aqui representante do CEAS,
2071 por exemplo, tem Conselhos Estaduais que a gente está dizendo, uma das indicações é que nós
2072 solicitássemos o apoio da SNAS para a presença dos Conselhos Estaduais no evento, para trazer dois.
2073 Então o Conselho Estadual pode trazer mais ou pode trazer menos, enfim, as coisas não estão tão
2074 fechadas assim. Acho que a gente precisa aprovar a ideia, essa ideia e algumas situações, como pauta,
2075 como números a gente passar entre nós, que não tem funcionado, não é minha Vice-Presidente, a
2076 nossa comunicação por *e-mail* entre os Conselheiros, nós recebemos muito pouca resposta dos
2077 Conselheiros Nacionais com conteúdo, na verdade. Então acho que a gente pode tentar fazer isso e

2078 dar um dia até porque São Paulo já está marcado para começo de abril, ok? **A Senhora Leila Pizzato,**
2079 **Vice-Presidente da CNAS** manifestou-se dizendo que considerava essa uma das pautas mais
2080 importante, uma das deliberações mais importante que já havia tido em relação à aproximação aos
2081 Conselhos Estaduais. Algumas discussões, sugestões e dúvidas foram colocadas e após isso o
2082 encaminhamento dado foi que: A Comissão de Acompanhamento de Conselhos se voltasse para o
2083 tema discutido, revise a sua estrutura e rerepresentasse para a Plenária de março. Em seguida passou
2084 ao Item 3, “Mobilização dos Conselhos para a participação e promoção de debates sobre a III
2085 Conferência Global de Combate ao Trabalho Infantil” e que o encaminhamento seria: “Inserir esse
2086 ponto na pauta da Comissão em março e solicitar que as Conselheiras representantes do CNAS, na
2087 Comissão Organizadora, Leila Pizzato e Margarida Munguba enviem à Comissão material para realizar
2088 o debate.” Lembrando, inclusive, que esse tema seria pauta da Plenária. Colocado em votação o item
2089 foi aprovado. Em seguida passou ao Item 4, Pauta da reunião do mês de março. Perguntou se todos
2090 estavam de acordo com o que havia sido decidido. Ressaltou que o Senhor Charles havia sugerido que
2091 fosse inserido na pauta revisão do texto dos encontros regionais. Em seguida colocou em avaliação o
2092 restante dos itens e todos foram aprovados. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta**
2093 **do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS** passou ao relato da Reunião da Comissão
2094 Organizadora da IX Conferência, sendo ele: Então, estavam presentes eu, como Presidenta, Eloiana
2095 Soares como suplente da Conselheira Meive, a Dóris Margareth de Jesus, o Charles Roberto Pranke,
2096 como suplente da Conselheira Marisa, o Wagner Carneiro de Santana, o José Ferreira da Crus, o
2097 Edivaldo da Silva Ramos com a ausência nesse dia 04 de fevereiro da Leila, da Marisa Rodrigues e da
2098 Meive Piacesi. Na Secretaria-Executiva estavam Maria de Mercês Carvalho, Jamile Calado, Cristiane
2099 Menezes, Dorinha Pereira e Mirele Dantas. 1. Avaliação da Proposta de Pauta. Antes da apreciação da
2100 proposta de pauta da reunião, a Presidenta Luziele Tapajós procedeu à leitura da Resolução CNAS nº
2101 35/2012 que cria a Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social e
2102 estabelece suas competências. Também foi lida a Resolução CNAS nº 36/2012, que define o período
2103 para realização das Conferências de Assistência Social: Conferências Municipais, de 8 de maio a 9
2104 de agosto de 2013; Conferências Estaduais e do DF, até 18 de outubro de 2013 e; Conferência
2105 Nacional de Assistência Social, de 16 a 19 de dezembro de 2013. Foi entregue a todos os presentes
2106 uma pasta contendo os seguintes materiais: Pauta; Nota Técnica do IPEA: Fatores críticos de sucesso
2107 na organização de Conferências Nacionais; Portaria Conjunta nº 3, de 17 de dezembro de 2012, que
2108 dispõe sobre a convocação ordinária da IX Conferência Nacional e dá outras providências; Resolução
2109 CNAS nº 35, de 13 de dezembro de 2012, que cria a Comissão Organizadora da IX Conferência
2110 Nacional de Assistência Social; Agenda das conferências nacionais a serem realizadas em 2013. Foi
2111 apresentada Proposta de pauta para a reunião da Comissão Organizadora e definida a metodologia da
2112 reunião onde os presentes puderam se colocar em relação à expectativa da reunião, expectativa do
2113 trabalho e significado da Comissão Organizadora. A Pauta tentativa foi apresentada para
2114 conhecimento e considerações dos conselheiros: 1. Discussão sobre a organização e
2115 funcionamento da Comissão Organizadora; 2. Definição do calendário das reuniões da Comissão; 3.
2116 Discussão sobre o formato da IX Conferência Nacional, com vistas ao Termo de Referência e à
2117 definição dos Instrumentais e Orientações, visando à realização das Conferências Municipais. 4.

2118 Discussão sobre a Relatoria da IX Conferência Nacional; 5. Discussão e apreciação do Informativo
2119 CNAS nº 01/2013 que dá orientações aos conselhos e gestores para a garantia da acessibilidade nas
2120 conferências de assistência social em 2013. Os conselheiros se manifestaram sobre a proposta de
2121 pauta e, após muitas considerações e reflexões, ficou acordado que a discussão daria prioridade para
2122 o item (1) organização e funcionamento da Comissão, (2) calendário de reuniões e, ainda que de
2123 forma preliminar, sobre a concepção da IX Conferência e seu formato e estrutura, de forma a poder
2124 relatar alguns resultados encaminhados na Reunião Ordinária. E também considerando o prazo para o
2125 fechamento do Termo de Referência e (4) Discussão e apreciação do Informativo CNAS nº 01/2013
2126 que dá orientações aos conselhos e gestores para a garantia da acessibilidade nas conferências de
2127 assistência social em 2013. Essa decisão teve como base o fato de não ser possível tratar da Relatoria
2128 da Conferência ou das orientações sem decisões anteriores ainda a serem definidas. A Presidenta
2129 ainda informou que está em tramitação Termo de Referência para contratação de consultoria
2130 especializada para tratar exclusivamente dos assuntos relativos à IX Conferência Nacional e que as
2131 reuniões da Comissão Organizadora serão acompanhadas por setores da Secretaria Executiva do
2132 MDS, da área administrativa, com vistas à maior celeridade a questões referentes à licitação,
2133 questões jurídicas, etc. 1.1 Discussão sobre a organização e funcionamento da Comissão
2134 Organizadora. A Comissão discutiu a forma de organização e o funcionamento da Comissão
2135 Organizadora da IX Conferência Nacional. Encaminhamentos: • Reuniões mensais ordinárias e
2136 reuniões extraordinárias, quando necessárias; • Reunião extraordinária para os dias 14 e manhã do dia
2137 15 de fevereiro (até às 13h), de forma a propiciar um relato mais consistente para o Colegiado; • Criar
2138 grupo de e-mail específico para a Comissão Organizadora; • Criar grupo de e-mail para todos os
2139 Conselheiros do CNAS sobre a Conferência; 1.2 Definição do calendário das reuniões da Comissão.
2140 A comissão analisou as possibilidades de datas e definiu um calendário para a realização das reuniões
2141 ordinárias da Comissão Organizadora, de acordo com o calendário das reuniões ordinárias do
2142 Conselho, sendo dois dias na semana anterior à Reunião Plenária ou revisto a partir de circunstâncias.
2143 Proposta de calendário da Comissão Organizadora: Março: Dia 05; Abril – 10 e 11; Maio – 06; Junho
2144 05 e 06; Julho – 17 e 18; agosto – 14 e 15; Setembro – 11 e 12; Outubro – 16 e 17; Novembro – 12 e
2145 14; Dezembro a definir. 1.3 Discussão sobre o formato da IX Conferência Nacional, com vistas ao
2146 Termo de Referência e à definição dos Instrumentais e Orientações, visando à realização das
2147 Conferências Municipais. A Comissão leu o extrato do documento referente à avaliação da VIII
2148 Conferência Nacional de Assistência Social e, após sua leitura, discutiu o tema, por meio de uma
2149 metodologia livre de "chuva de ideias" que considerava a análise da VIII Conferência Nacional (lições
2150 aprendidas), a expectativa para esta IX Conferência (o que se espera), a necessidade de considerar o
2151 volume de deliberações de conferências anteriores e seu monitoramento para pensar o formato da
2152 Conferência. Assuntos debatidos: • Encaminhar aos integrantes da Comissão cópia da degravação da
2153 avaliação da VIII Conferência realizada pelo Pleno do CNAS, bem como do resumo dos principais
2154 pontos avaliados. • Possível objetivo da IX Conferência Nacional: ouvir, avaliar, propor e deliberar para
2155 a política de assistência social, considerando avaliação local. Base: deliberações de Conferências
2156 anteriores; • Ampliar a possibilidade de discussão: realização de conferências temáticas (livres e
2157 poderão ser organizadas em diferentes formatos), encontros preparatórios para a IX Conferência e

2158 outros; •Avaliar a situação da política de assistência social no município, no estado, DF e União, a
2159 partir das deliberações de suas Conferências; •Elaborar ementas para cada eixo; •Elaborar textos
2160 pequenos com análise para o trabalho com os eixos a serem definidos para a IX Conferência com
2161 base: - nas deliberações das suas Conferências Municipais, Estaduais e DF anteriores; -nas questões
2162 relativas a gestão e financiamento da Assistência Social presentes na LOAS, na NOB/SUAS 2012 e na
2163 PNAS para subsidiar as discussões em cada esfera; • Orientar que os estados repassem as
2164 deliberações das Conferências Municipais anteriores aos seus municípios (novas administrações, etc.);
2165 •Induzir a avaliação da corresponsabilidade dos entes federados no Sistema Único de Assistência
2166 Social; •Verificar critérios para o número de Delegados da Conferência; • Possibilidade de criar
2167 um slogan para a IX Conferência Nacional; • Criar premiação (prêmio Egli Muniz) de boas práticas na
2168 Conferência como forma de mobilização; •Sugestões para os eixos: Eixo 1: O ciclo orçamentário (PPA,
2169 LDO e LOA) e o Financiamento obrigatório da Assistência Social; Eixo 2: Gestão do SUAS: vigilância
2170 socioassistencial, planejamento, monitoramento e avaliação; Eixo 3:” Não gente, isso aqui não ficou
2171 assim não. Ah, na outra muda, desculpe, é verdade. Essa é a primeira reunião que a gente realizou,
2172 depois teve mudança, é verdade. Exatamente, a gente achou importante trazer tudo. “A
2173 regionalização no âmbito do SUAS; Eixo 4: Gestão do Trabalho no SUAS; Eixo 5: Gestão dos Serviços
2174 no SUAS; Eixo 6: Gestão dos Benefícios no SUAS; •Reeditar o documento produzido em 2011 sobre o
2175 que são as Conferências de Assistência Social e publicar por intermédio do boletim CNAS; •Constar
2176 nas orientações aos conselhos estaduais a importância do tema "regionalização"; •Elaborar boletim
2177 informativo sobre resgate das deliberações das Conferências. 4. Discussão e apreciação do
2178 Informativo CNAS nº 01/2013 que dá orientações aos conselhos e gestores para a garantia da
2179 acessibilidade nas conferências de assistência social em 2013. Encaminhamento: A Secretaria
2180 Executiva atualizará o informativo da VIII Conferência e encaminhará à Comissão Organizadora para
2181 considerações na reunião dos dias 14 e 15 de fevereiro.” Aí a gente fizemos uma outra reunião nos
2182 dias 14 e 15 de fevereiro, 14 o dia todo e 15 pela manhã. “Presentes: Luziele Maria de Souza Tapajós;
2183 Leila Pizzato Marisa Rodrigues; Meive Piacesi; Dóris Margareth de Jesus; Wagner Carneiro de Santana;
2184 José Ferreira da Crus; Edivaldo da Silva Ramos. Secretaria Executiva do CNAS: Maria das Mercês
2185 Avelino de Carvalho; Jamile Maria Boueres Calado; Christianne Camargo Menezes; Maria Auxiliadora
2186 Pereira; Mirelle da Silva Dantas. 1. Informes, Leitura da memória e revisão de encaminhamentos da
2187 reunião 001/2013. 1.1. Informes: •Plano de Comunicação: A Presidenta informou sobre a
2188 contratação de jornalista e de consultoria para planejamento e execução do Plano de Comunicação da
2189 Conferência em parceria com a ASCOM/MDS e que o Termo de Referência já está em tramitação.
2190 (Principais ideias: conferência virtual, transmissão on line, transmissão EBC, Voz do Brasil, etc.)
2191 •Logomarca da Conferência: Informado sobre a possibilidade de contratação de design para
2192 juntamente com a ASCOM/MDS elaborar logomarca e demais peças da IX Conferência. •
2193 Secretaria Executiva do MDS - SE/MDS e Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA; Foi
2194 solicitado à SE/MDS e à SAA a participação de servidores nas reuniões da Comissão Organizadora,
2195 com vistas a dar maior celeridade dos assuntos relativos a IX Conferência Nacional. 1.2. Leitura da
2196 memória e revisão de encaminhamentos da reunião 001/2013. Foi lida a memória da reunião
2197 001/2013, do dia 04/02/2013 e retomada a discussão sobre os eixos temáticos, que após a revisão da

2198 Comissão Organizadora ficaram assim indicados, constando como assuntos a serem tratados nas
2199 ementas:" Aqui a tentativa foi colocar o eixo e colocar o que estaria dentro desse eixo. "Eixo 1:0 ciclo
2200 orçamentário e o Financiamento obrigatório da Assistência Social; PPA, LDO e LOA; Gestão dos
2201 Fundos de Assistência Social (detalhamento da gestão, unidade orçamentária, revisão das Leis de
2202 criação dos Fundos de Assistência Social em consonância com a LOAS e com o Decreto do FNAS);
2203 Cofinanciamento das três esferas de governo; Plano Municipal de Assistência Social; Obrigatoriedade
2204 dos recursos na Assistência Social; NOB/SUAS 2012; Plano Decenal; Financiamento enquanto sistema;
2205 Controle social: Prestação de contas, Orçamento, IGD/PBF e IGD/SUAS; IGD/PBF e IGD/SUAS;
2206 Regionalização. Eixo 2: Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, (processos de planejamento,
2207 monitoramento e avaliação); Plano Municipal de Assistência Social; NOB/SUAS 2012; O Plano
2208 Decenal Censo SUAS; Prontuário do SUAS; Cadastro único (programas de gestão, monitoramento e
2209 avaliação do PBF); Rede SUAS; Controle Social; Diagnóstico; Sistemas da SAGI de monitoramento e
2210 avaliação; Processos de planejamento, monitoramento e avaliação; Regionalização. Eixo 3: Gestão do
2211 Trabalho; NOB/SUAS 2012; Plano Decenal; Controle Social; NOB/RH; PNEP; Capacita SUAS; LRF; -
2212 Art. 62-E da LOAS; Resolução CNAS ne 17/2011; Mesa de negociação; O trabalho social e os
2213 trabalhadores; Equipe de referência; Rede nacional de capacitação e educação permanente;
2214 Supervisão técnica dos trabalhadores; Regionalização. Eixo 4: Gestão dos Serviços, Programas e
2215 Projetos; NOB/SUAS 2012; Plano Decenal; Controle Social; Tipificação; Rede socioassistencial:
2216 atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos; Concepção de Serviços, Programas e
2217 Projetos; Qualidade dos serviços prestados; IDCRAS; Acessibilidade; Acompanhamento e atendimento
2218 familiar; Intersectorialidade; Busca ativa; Integração dos Serviços e Benefícios; Regionalização. Eixo 5:
2219 Gestão dos Benefícios no SUAS; NOB/SUAS 2012; Plano Decenal; Controle Social; BPC; BPC trabalho;
2220 BPC escola; Acessuas trabalho; "Benefícios eventuais; PBF; Cadastro Único; Integração dos Serviços e
2221 Benefícios; Busca ativa; A garantia do direito ao benefício; Regionalização. Em decorrência do
2222 momento atual da discussão da Regionalização e da relevância do assunto em todas as esferas, o
2223 tema será tratado como Mesa ou Encontro Temático." Porque dentro do formato da Conferência
2224 estamos pensando em conferências temáticas dentro da própria Conferência, que é uma coisa que
2225 mobiliza bastante. "Que terá sua formatação definida, quando da discussão da metodologia da IX
2226 Conferência Nacional. Encaminhamentos: • Pautar o tema "regionalização" na Mesa na IX
2227 Conferência Nacional;" Não digo mesa magna, não, a gente não está falando sobre isso, mas nas
2228 mesas considerar esse tema regionalização e não eixo. "•Pautar o tema "regionalização" como
2229 "Encontro Temático" durante a IX Conferência Nacional; •Orientar que o tema "regionalização" seja
2230 discutido nas conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal. e; • A questão da
2231 regionalização entre como item da ementa para cada um dos eixos •Fazer quadro de referências de
2232 normativas e publicações do CNAS para cada eixo (LOAS, NOB SUAS 2012, Plano Decenal, NOB RH
2233 etc.). 2. Tarefas (Termo de Referência e Colegiado) 2.1 Definir Objetivo Geral e Objetivos Específicos.
2234 Após as considerações da Comissão Organizadora e diante do tema da IX Conferência Nacional "A
2235 Gestão e o Financiamento na Efetivação do Suas", e tendo como base: as deliberações de
2236 Conferências anteriores; as deliberações das Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal
2237 anteriores; as questões relativas à gestão e financiamento da Assistência Social presentes na LOAS, na

2238 NOB/SUAS 2012 e na PNAS, ficou definido como objetivo geral:” Lógico com relação à proposta.
2239 "Avaliar, propor e deliberar, a partir da avaliação local, diretrizes para gestão e financiamento do
2240 Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado."
2241 Encaminhamentos: • Com base nos cinco eixos temáticos, elaborar os objetivos específicos;” A gente
2242 não se definiu, se dedicou a elaborar a cada objetivo específico, porque isso pode vir a partir da
2243 elaboração das ementas. “Após a reunião ordinária de fevereiro do CNAS, elaborar e publicizar as
2244 orientações (compromissos/competências) sobre as Conferências para serem encaminhadas aos
2245 entes tendo em vista sua especificidade. 2.2 Verificar critérios para o número de Delegados da
2246 Conferência: Após histórico feito pela Secretária Executiva, Maria das Mercês, sobre os critérios
2247 utilizados na VIII Conferência Nacional e em face do atual contexto do Sistema Único de Assistência
2248 Social, com vistas ao adensamento de critérios de valorização dos esforços de fortalecimento do SUAS
2249 e da qualificação da representação nas conferências, são sugeridos os seguintes os critérios: • Critério
2250 populacional (critério base);•Cofinanciamento; •Realização de Conferências; •Realização de concurso
2251 público; Deve-se ter como base os dados contidos no Censo SUAS. Encaminhamentos: •Após a
2252 consolidação do número de vagas, comunicar o quantitativo de delegados por estado e Distrito
2253 Federal aos Secretários Estaduais e do DF de Assistência Social e CEAS e CAS/DF, com vistas a
2254 assegurar o transporte dos delegados para a IX Conferência Nacional; •A partir do levantamento, no
2255 SISConferência, dos participantes presentes na VIII Conferência apresentado pela Secretaria Executiva
2256 do CNAS ,dos dados no Censo SUAS/2012 e dos critérios para definição do número de delegados
2257 propostos acima, solicitar à SAGI a preparação de uma planilha de distribuição das vagas de
2258 delegados, tendo como referência o número de delegados da VIII Conferência Nacional,
2259 restabelecendo o cálculo de vagas original, ou seja, devolvendo aos Estados as vagas retiradas no
2260 processo de arredondamento de vagas (foram remanejadas 14 vagas na composição da distribuição
2261 da VIII Conferência). Ressaltando que, quando se tratar de arredondamento de vagas para garantir a
2262 participação do número mínimo das delegações, criar novas vagas e não subtrair de outras
2263 delegações. •Que o CNAS, nos encontros regionais do CONGEMAS, reforce a participação dos
2264 delegados governamentais na IX Conferência Nacional; •Assegurar nas orientações às Conferências
2265 Municipais, Estaduais e do Distrito Federal o respeito à paridade; 2.3 Expediente para os gestores
2266 estaduais: reenviar as deliberações das Conferências Municipais anteriores aos seus municípios
2267 (devido às novas administrações, etc.); Encaminhamento: •No primeiro boletim informativo da IX
2268 Conferência, destacar que os Conselhos municipais, estaduais e do DF de Assistência Social resgatem
2269 as deliberações das Conferências anteriores de suas respectivas esferas, uma vez que se trata da base
2270 das Conferências de 2013. 2.4. Discussão sobre número e finalidades de estandes da IX Conferência
2271 Nacional, com vistas ao: Termo de Referência. A Secretária Executiva, Maria das Mercês, esclareceu
2272 os trâmites do termo de referência e a necessidade de até o mês de março iniciar o processo
2273 licitatório. Encaminhamentos: Replicar o modelo adotado na VIII Conferências, para estandes, salas
2274 de grupo e oficinas, de forma adaptada: 1. Que o estande do CNAS.: Seja maior para a realização de
2275 minicursos, workshops, apresentação dos produtos do CNAS, propiciando a interação dos
2276 Conselheiros Nacionais com os conselheiros dos conselhos de assistência social; As atividades desse
2277 espaço privilegiado serão organizada sem prejudicar a programação principal. Poderia se instituir um

2278 Livro de Registro/Mensagem para o registro das impressões dos conselheiros. Verificar a contratação
2279 de produtor para tratar sobre layout/decoração; 2. Orientar os estados quanto ao objetivo da
2280 utilização dos estandes; O estande dos estados: Apresentação das atividades realizadas pelos estados
2281 para consolidação do SUAS, considerando suas especificidades; Qualificação da utilização do estande;
2282 Decoração dos estandes dos Estados e do DF com algo relacionados a eles; Livro de
2283 registro/mensagens; Incluir na programação reunião de Conselheiros com o CNAS (encontros
2284 temáticos). 2.5 - Regimento Interno. Encaminhamento: • Preparação de minuta de Regimento Interno
2285 para as Conferências municipais, estaduais e do DF.” No sentido de apoiá-los apenas, mandar isso. “3.
2286 Instrumentais e Orientações, visando à realização das Conferências Municipais. Não discutido, deverá
2287 ser pauta da próxima reunião da comissão.” Em seguida alguns conselheiros e conselheiras fizeram
2288 sugestões, questionamentos e tiraram dúvidas com relação ao relato apresentado pela Senhora
2289 Presidenta com relação a Comissão Organizadora da IX Conferência. Em seguida informou que no
2290 máximo até quinta-feira iria enviar via email todas as informações relacionadas ao Fórum Social
2291 Mundial da Tunísia. Agradeceu a todos e a todas e deu por encerrada a reunião.
2292
2293
2294
2295
2296
2297
2298
2299
2300
2301
2302
2303
2304
2305
2306
2307
2308
2309